

AUTORA  
Ludmila Neves Müller

# TEMPORADA DE LUTA:

Resistência e organização travesti em  
Campo Grande, Mato Grosso do Sul  
(2001 - 2023).



Movimento trans em Campo Grande Mato Grosso do Sul;  
história da Associação de Travestis de Mato Grosso do Sul (ATMS).

AUTORA  
Ludmila Neves Müller

# TEMPORADA DE LUTA:

Resistência e organização travesti em  
Campo Grande, Mato Grosso do Sul  
(2001 - 2023).



Movimento trans em Campo Grande Mato Grosso do Sul;  
história da Associação de Travestis de Mato Grosso do Sul (ATMS).

“O presente trabalho foi realizado com apoio da coordenação de aperfeiçoamento  
De pessoal de nível superior - brasil (capes) - código de financiamento 001”

**Reitora**

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

**Vice-Reitor**

Albert Schiaveto de Souza

**Obra aprovada pelo**

CONSELHO EDITORIAL DA UFMS  
RESOLUÇÃO nº 302-COED/AGECOM/UFMS DE  
1 DE SETEMBRO DE 2025.

**Conselho Editorial**

Rose Mara Pinheiro – Presidente  
Elizabeth Aparecida Marques  
Alleisa Ferreira Riquelme  
Adriane Angélica Farias Santos Lopes de Queiroz  
Maria Lígia Rodrigues Macedo  
Cid Naudi Silva Campos  
Andrés Batista Cheung  
Ronaldo José Moraca  
Fabio Oliveira Roque  
William Teixeira



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Diretoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

---

Temporada de luta [recurso eletrônico] : resistência e organização travesti em Campo Grande, Mato Grosso do Sul (2001-2023) / organizadora: Ludmila Neves Müller. -- Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2025.  
152 p. : il. (algumas color.).

Dados de acesso: <https://repositorio.ufms.br>  
Bibliografia: p. 131-147  
ISBN 978-85-7613-740-5

1. Movimentos sociais – Mato grosso do Sul. 2. Identidade de gênero. 3. Travestis. 4. Transexuais. I. Müller, Ludmila Neves.

---

CDD (23) 303.3098171  
Bibliotecário responsável: Valdeir da Silva Severino – CRB 1/3.044

AUTORA  
**Ludmila Neves Müller**

# TEMPORADA DE LUTA

RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO  
TRAVESTI EM CAMPO GRANDE,  
MATO GROSSO DO SUL (2001 - 2023).

Campo Grande - MS  
2025



**© da autora**

Ludmila Neves Müller

**1ª edição: 2025**

**Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica**

TIS Publicidade e Propaganda

**Revisão**

A revisão linguística e ortográfica  
é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

**Direitos exclusivos para esta edição**



**Secretaria da Editora UFMS - SEDIT/AGECOM/UFMS**

Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário  
Campo Grande - MS, 79070-900  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Fone: (67) 3345-7203  
e-mail: [sedit.agecom@ufms.br](mailto:sedit.agecom@ufms.br)

**Editora associada à**



**ISBN:** 978-85-7613-740-5

**Versão digital:** setembro de 2025

Obra contemplada no Edital para Edital AGECON nº 6/2024 - Seleção de propostas para apoio a publicação de livros científicos em formato digital pela Editora UFMS - PUBLICA UFMS 2024.



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais. [br.creativecommons.org](http://br.creativecommons.org)

# SUMÁRIO

## **PREFÁCIO**

Izabel Pimentel da Silva ..... 07

**INTRODUÇÃO** ..... 11

## **CAPÍTULO 1**

### **BREVE HISTÓRIA DA RESISTÊNCIA TRANS BRASILEIRA**

..... 14

1.1 O lugar da travesti nos séculos XX e XXI ..... 15

1.2 “Desacueda, tem alibã na giral!”: histórias de resistência ..... 37

## **CAPÍTULO 2**

### **MOVIMENTO ORGANIZADO DE TRAVESTIS NO MATO**

**GROSSO DO SUL**..... 51

2.1 Conservadorismo e autoritarismo em Mato Grosso do Sul..... 53

2.2 A História Oral como método ..... 61

2.3 As depoentes ..... 65

2.4 Violência de Estado contra as travestis campo-grandenses: os  
arrastões da DEOPS ..... 73

2.5 Surge a Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do  
Sul (ATMS) ..... 75

2.6 “Eu sou uma militante”: espaços de formação política..... 79

2.7 Relações de afeto e união entre associadas..... 83

2.8 Realizações e relações com o poder público..... 85

2.9 Travessias ..... 89

## **CAPÍTULO 3**

### **ENTRE MEMÓRIAS, LUGARES E SIGNIFICADOS: O PASSADO**

**SIMBÓLICO DA ATMS**..... 92

3.1 O acervo privado da ATMS..... 94

3.2. A Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande e o Show da Diversidade.....	102
3.2.1 “A gente parou e ficou”: do surgimento à consolidação dos eventos.....	106
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>125</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>131</b>
<b>GALERIA.....</b>	<b>148</b>
<b>SOBRE A AUTORA.....</b>	<b>151</b>

# PREFÁCIO

Em 2025, quando escrevo este prefácio, acompanhamos no desfile das escolas de samba do grupo especial do Rio de Janeiro o enredo “Quem tem medo de Xica Manicongo?”, apresentado no Sambródomo Marquês de Sapucaí pela escola Paraíso do Tuiuti. No enredo, a história da primeira mulher trans documentada no Brasil. O país, que ainda é o que mais mata travestis e transexuais, assistiu a história de Xica Manicongo ser resgatada e recontada na passarela do samba, em um desfile precedido por um contundente discurso de abertura (não televisionado pela emissora que transmitia os desfiles) proferido por Erika Hilton, primeira deputada federal transgênero eleita na História do Brasil. Xica e Erika na avenida ligavam a “transculturalidade” ao tempo presente e à luta pelo direito de existência de corpos e vidas que escapam aos padrões cisheteronormativos.

Se essa temática, tão importante e necessária, ainda é pouco explorada nos enredos das escolas de samba e em outras manifestações culturais, também podemos constatar que, por muito tempo, a historiografia contemporânea silenciou ou menosprezou estas trajetórias, reduzidas ao espaço da marginalidade. Neste sentido, destaco a relevância historiográfica, política e social do livro “Temporada de luta: resistência e organização travesti na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul (2001-2023)”, fruto da dissertação de mestrado defendida por Ludmila Neves Müller, que tive o prazer de orientar.

Quando Ludmila buscou minha orientação no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-Faculdade de Formação de professores (UERJ-FFP), nós já nos conhecíamos há pouco tempo por conta de nossa atuação como pesqui-

sadoras no Núcleo de História Oral e Memória da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NUHOM/UFRJ), coordenado pela professora Maria Paula Araujo, uma referência em minha trajetória acadêmica e também na de Ludmila, que foi por ela orientada na graduação. Estávamos ainda na pandemia do Covid-19 e nossos primeiros encontros foram remotos, pela tela do computador ou do celular. Em meio aos profundos impactos, medos e inseguranças que a pandemia causou em nossas vidas, aceitei o desafio profissional de orientar uma dissertação sobre a militância política de travestis e transexuais em Mato Grosso do Sul, uma temática que não estava entre minhas áreas de atuação. E assim, eu e Ludmila, construímos uma parceria de amizade e trabalho, onde aprendemos e ensinamos uma à outra.

O livro tem como tema a criação, desenvolvimento, atuação e conquistas da Associação de Travestis e Transexuais do Mato Grosso do Sul (ATMS), com balizas temporais que vão de 2001, ano de fundação da Associação, até 2023, ano em que Ludmila defendeu a dissertação. Utilizando como fontes distintos jornais, documentos escritos, documentos audiovisuais e entrevistas, Ludmila demonstra talento e maturidade acadêmica em seu texto e dialoga com a bibliografia mais recente produzida sobre a história das travestis e seu movimento organizado no Brasil.

A pesquisa possui ainda importantes diferenciais. Em primeiro lugar, Ludmila elege como foco de sua análise a organização e ativismo político de pessoas trans na cidade de Campo Grande, capital do Estado do Mato Grosso do Sul. Assim sendo, a autora desloca seu olhar para além do eixo Rio-São Paulo, tradicionalmente privilegiado na historiografia brasileira.

Além disso, Ludmila supera um discurso acadêmico recorrente que associa as existências travestis e transexuais no Brasil quase exclusivamente aos espaços da violência, prostituição e marginalização. Isso não significa, contudo, negar um processo histórico de exclusão das pes-

soas trans no Brasil. Ludmila resgata, com muito êxito, o papel do Estado brasileiro e da sociedade civil na repressão, violência, exclusão e estigmatização dessa comunidade ao longo dos séculos XX e XXI. E faz isso partindo de uma perspectiva interseccional, ao analisar que às travestis brancas foram reservadas maiores possibilidades de ascensão social e aceitação e/ou permissividade, sobretudo na cena artística, enquanto as travestis negras raramente conquistaram visibilidade, status ou riqueza. No entanto, ao longo do livro, a ênfase está nas diversas formas de resistências contra as opressões, na construção de redes de solidariedade, na descoberta da militância política, na criação de Associações, no ativismo, no protagonismo, nas conquistas. Para além de vítimas de um sistema excludente, as travestis e transexuais aparecem, na pesquisa de Ludmila Müller, como agentes de transformação social.

Acompanhamos ainda, ao longo do livro, as trajetórias de algumas destas protagonistas das lutas políticas e sociais de pessoas trans nas últimas décadas. A partir de entrevistas realizadas através da metodologia da História Oral, Ludmila analisa as experiências, as narrativas e as memórias construídas por integrantes da pioneira Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS). Estes relatos nos permitem conhecer suas trajetórias – que apresentam muitos aspectos em comum, como a expulsão de casa ainda jovem, os desafios que levaram ao abandono dos estudos, as dificuldades para inserção no mercado de trabalho, a prostituição, a vivência e violência das ruas – e o início da militância política, a luta por direitos e políticas públicas, as redes de afeto e solidariedade e as conquistas significativas para a comunidade trans local, como a realização anual da “Parada da Cidadania” e do “Show da Diversidade” e as leis que tornaram obrigatórias as disciplinas de Relações de Gênero e Combate à Homofobia no currículo dos cursos de formação de policiais civis, militares, bombeiros e delegados do Estado. As entrevistas também possibilitam aproximar-nos das sensibilidades, dos sentimentos e emoções destas mulheres, valorizando as

experiências individuais e coletivas e a dimensão subjetiva na História do Tempo Presente.

Desejo a todas, todes e todos, uma ótima leitura! E que esta seja tão prazerosa pra vocês como foi, para mim, orientar esta pesquisa!

Rio de Janeiro, 07 de março de 2025.

**Izabel Pimentel da Silva**

Professora Adjunta de História do Brasil República na  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

# INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta na íntegra o resultado de minha pesquisa de mestrado, realizada entre 2021 e 2023, em que analisei a trajetória da Associação de Travestis e Transexuais do Mato Grosso do Sul (ATMS), desde sua criação, formalização, desenvolvimento e principais realizações. Com balizas temporais que abrangem mais de vinte anos de história, a pesquisa apresenta trajetórias de resistência contra diversas categorias de violência em que a população trans é submetida no Brasil, em especial a de Estado, além da luta por direitos, espaço e visibilidade. Entrecruzando depoimentos orais das integrantes, o acervo privado da Associação e respeitadas pesquisas sobre a história das travestis e seu movimento organizado no Brasil, propomos novos pontos de vista sobre a história recente do país e de seus movimentos sociais, tanto no campo da atuação política, quanto na vida cotidiana.

A partir de uma revisão de literatura, ao longo do primeiro capítulo apontamos e fundamentamos a atual realidade das pessoas trans no Brasil como consequência de um processo histórico de exclusão. Compreendemos o papel do Estado brasileiro e da sociedade civil na marginalização, repressão, violência e estigma contra esta comunidade ao longo da história do tempo presente, localizando ao mesmo tempo, as mais diversas formas de resistência articuladas contra tais opressões. Seja através da linguagem, da luta política na rua ou da criação de Associações, é inegável o protagonismo de travestis e transexuais, unidas em um ativismo “solidário e sobrevivente”, parafraseando Keila Simpson, atual presidente da Associação Nacional das Travestis e Transexuais (ANTRA).

Nesta seção, que localiza o lugar das travestis brasileiras nos séculos XX e XXI, evidenciaremos transgressões às normas de gênero e sexualidade de um território conservador, construído aos moldes colonizadores e imperialistas. Identificaremos relações complexas, e por vezes,

contraditórias, seguindo os passos de pesquisadores que buscam discutir o tema a partir de um novo olhar, superando um discurso acadêmico recorrente, que as reduz à marginalidade e projeta-se como um novo dispositivo de estigmas (Amaral; Silva; Cruz; Toneli 2014).

O segundo capítulo expressa um olhar para o Centro-Oeste, mais especificamente para o Mato Grosso do Sul, uma das regiões mais conservadoras do país e o estado com uma das maiores taxas de assassinatos e violências contra a população trans na atualidade (Instituto Matizes, 2025). Através da metodologia da História Oral, analisaremos experiências, trajetórias, memórias e narrativas de integrantes da ATMS, localizada na cidade de Campo Grande (MS). Para além de uma discussão inicial sobre o território a que se insere a Associação, pensando seus aspectos sociais, políticos e culturais, buscamos compreender o seu contexto de formação, formas de atuação e impacto social, evidenciando impressionantes conquistas e avanços para a comunidade trans local.

O terceiro capítulo trata sobre a relação entre memórias, lugares e significados simbólicos, a partir de dois objetos de análise principais: o acervo privado da ATMS e os eventos “Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande” e “Show da Diversidade”. O primeiro consiste em uma série de documentos, como fotografias e notícias de jornais recortados, arquivados pelas integrantes associadas a partir de um desejo de não esquecimento de suas histórias, e que foram fundamentais para a construção desta pesquisa. Consideramos problemáticas como vontades ou critérios de acumulação na investigação sobre os documentos preservados. O segundo abrange uma estudo sobre a história dos eventos citados, promovidos anualmente há quase duas décadas pela ATMS. Discutimos sobre como estas manifestações vêm atuando pela visibilidade da comunidade LGBTQIA+ no Mato Grosso do Sul, além dar sentido a espaços públicos, compondo “marcas territoriais”, conceito também apresentado no decorrer do capítulo.

A atuação política e resistência travesti, temática que ainda não havia sido analisada no contexto sul-mato-grossense, é o ponto inovador que propõe esta pesquisa. Discutiremos, ao longo deste livro, as condições que levaram esta comunidade à luta organizada neste território e as especificidades do caso campo-grandense. Ao final deste trabalho, será possível chegar a uma compreensão mais ampla sobre a luta travesti no Brasil, amplificando possibilidades de análise tempo presente.

## CAPÍTULO 1

# BREVE HISTÓRIA DA RESISTÊNCIA TRANS BRASILEIRA

Para Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018), professora e pesquisadora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), embora os termos “travesti” e “transexual” sejam recentes, suas histórias e existências não são. Em uma crítica aos trabalhos produzidos nos últimos anos que se referem às experiências trans, Oliveira aponta que tais pesquisas raramente localizam esta comunidade em uma perspectiva histórica (Oliveira, 2018). Partindo desta problemática, no primeiro tópico deste capítulo buscamos analisar vivências trans ao longo da história recente do Brasil, entrecruzando a bibliografia já produzida sobre o tema com tipologias de fontes variadas, incluindo documentos periódicos, audiovisuais e musicais.

Refletindo sobre a estrutural violência perpetrada contra esta comunidade, compreenderemos os projetos políticos brancos e heterossexuais de fins do século XIX, seus desdobramentos, o controle dos corpos e das subjetividades nos períodos autoritários republicanos e mudanças e permanências pós redemocratização. O papel do Estado, da imprensa e da sociedade na exclusão de pessoas trans também será considerado nas páginas que seguem, assim como as consequências na atualidade. O segundo e último tópico, apresentará a trajetória do movimento travesti brasileiro, de organizações e lideranças pioneiras até as atuais. Apontaremos o contexto de formação das mais de cento e vinte associações de travestis e transexuais em atuação no país hoje, evidenciando lutas, desafios e conquistas ao longo do tempo.

## 1.1 O lugar da travesti nos séculos XX e XXI

A transição do Império para a Primeira República foi marcada por uma nova identidade de nação autoritária, criada a partir de uma ordem política e social, articulando valores morais para sexualidade, gênero e raça. Richard Miskolci (2012) reflete sobre o projeto político nacional, reprodutivo, branco e heterossexual, conduzido pelas elites brasileiras no final do século XIX, e movido pela ambição de um país de progresso. As teorias raciais, que criticavam a mestiçagem e a consideravam um problema a ser resolvido, nasceram neste contexto. O temor da degeneração, caso a nação não assumisse padrões europeus, fez com que qualquer comportamento moralmente desviante fosse reprimido e visto como um mal ao desenvolvimento. Este objetivo modernizante e conservador visava superar o passado escravista e higienizar comportamentos em busca de uma sociedade civilizada (Miskolci, 2012). Se o futuro da nação dependia de uma moralidade assentada na valorização de casais reprodutivos formados por mulheres e homens brancos, existências dissidentes eram condenadas.

No Brasil, a preocupação coletiva com a sexualidade emergia na intersecção de discursos políticos, científicos e literários sobre a nação brasileira que seguiam objetivos como o de branqueamento/civilização de nosso povo por meio de práticas claramente discriminatórias ou formas sutis de rejeição, disciplinamento e controle das relações íntimas, particularmente as afetivas e sexuais, conformadas ao ideal reprodutivo (portanto heterossexual), branco e viril (Miskolci, 2012, p. 42).

No campo artístico e teatral, entretanto, a travestilidade masculina era tolerada. De acordo com João Silvério Trevisan (2018), esta prática em manifestações culturais existe, pelo menos, desde o século XVIII no Brasil. No período colonial, sobretudo a partir de 1780, quando o teatro era entendido como infame e as mulheres foram proibidas de su-

birem aos palcos, as personagens femininas eram, na maioria das vezes, interpretadas por homens travestidos (Trevisan, 2018). Tais performances, além de consagradas, atraíam um grande público.

Em antigas crônicas sobre a temporada teatral ocorrida no ano de 1790 [...] as personagens femininas das várias obras apresentadas durante um mês de festividade foram interpretadas por homens que, considerando a estabilidade dos elencos mesmo em se tratando de amadores, pareciam ter se especializado em papéis de mulher. [...] O fenômeno do travestimento em teatro não ocorria apenas nos grandes centros urbanos. Em Porto Alegre, por volta de 1830, existiu uma certa Sociedade do Teatrinho, que mantinha em seu elenco alguns rapazes especializados em papéis femininos. [...] Também no estado do Maranhão conhecem-se programas de representações teatrais de meados do século XIX nos quais os homens faziam todos os papéis femininos (Trevisan, 2018, p. 226-228).

Assim como o que chamamos na atualidade de transexualidade não deixou de existir por consequência das diversas medidas opressoras praticadas pelo Estado, a travestilidade artística masculina não acabou com o crescimento da presença das mulheres nos palcos. Esta evoluiu para duas vertentes diversas, o Carnaval e o surgimento do ator-transformista. Nas festividades carnavalescas, tornou-se tradicional e aceitável para os homens o uso de trajes femininos, até mesmo pelos “pais de família”, que pegavam emprestado roupas de suas esposas e irmãs, interpretando mulheres de forma “cômica” e grotesca (Trevisan, 2018).

James Green (2019) aponta que a tolerância com essas manifestações públicas ousadas de inversão era temporária e restrita ao momento da folia. Embora um comportamento mais transgressivo fosse permitido durante o carnaval, isso representava apenas três ou quatro dias no ano. Nos mais de 360 dias restantes, todos deveriam manter-se no limite es-

tabelecido pela sociedade, especialmente os de gênero, ou sofreriam as consequências (Green, 2019).

“Jurema”, um jovem funcionário de escritório que vivia em São Paulo nos anos 30, descobriu essa dura realidade quando decidiu experimentar roupas de mulher em público. Como fez isso fora da época do carnaval, a polícia o prendeu. [...] “Flor-de-Abacate”, vivendo na mesma época em São Paulo, admitia gostar de travestir-se, mas somente o fazia publicamente durante a época do carnaval, quando a polícia não o incomodaria (Green, 2019, p. 341).

Nos palcos, os atores-transformistas passaram a viver profissionalmente da imitação de mulheres, porém, com frequência, eram travestis também na vida cotidiana.

Em 1921, *O Estado de S. Paulo* noticiava, no palco do Cine São Paulo, um espetáculo de Darwin, famoso “imitador do belo sexo”. [...] O travestismo masculino se proliferou tanto no século XX que passou do palco para as ruas e, num movimento inverso, procurou se legitimar, de volta aos palcos, buscando função nos espetáculos transformistas. [...] Travestis-atores puderam encontrar espaço profissional mais amplo nas revistas musicais que, a partir de meados do século XIX, invadiram os palcos brasileiros e proliferaram. Oriundos da França, mas devidamente digerido e transformado no Brasil, esse gênero teatral abrasilou-se, passando em revista os acontecimentos, ideias e costumes da época, tudo de forma cômica (Trevisan, 2018, p. 234).

A pesquisadora Megg Oliveira (2018) chama a atenção para o fato de que essas afirmações tomam como base as experiências de vida das travestis brancas. Alijada desse espaço, a travestilidade negra se constituía pelas margens da margem, na prostituição, na malandragem, na pobreza, envolta por violência física e simbólica, sob a vigilância cons-

tante da polícia (Oliveira, 2018). São exemplos Madame Satã (Rio de Janeiro, 1900-1976), Maria Tomba Homem (Belo Horizonte, 1935-2016) e Cintura-Fina (Belo Horizonte, 1921-1995), conhecidas principalmente através de registros policiais e notícias sensacionalistas, em que, diversas vezes, foram relacionadas ao crime e a perversão.

Apresentamos a seguir o texto retirado de um registro policial, que compõe em *voz off*, a primeira cena de imagens do filme Madame Satã (2002), dirigido por Karim Aïnouz, que retrata a vida da famosa travesti negra moradora do bairro da Lapa, no Rio de Janeiro.

O sindicato, que também diz chamar-se Benedito Emtabajá da Silva, é conhecidíssimo na jurisdição deste Distrito Policial como desordeiro, sendo frequentador costumaz da Lapa e suas imediações. É pederasta passivo, usa as sobranceiras raspadas e adota atitudes femininas, alterando até a própria voz. Não tem religião alguma. Fuma, joga e é dado ao vício da embriaguez. Sua instrução é rudimentar. Exprime-se com dificuldade e intercala em sua conversa palavras da gíria de seu ambiente. É de pouca inteligência. Não gosta do convívio da sociedade por ver que esta o repele, dados seus vícios. É visto sempre entre pederastas, prostitutas, proxenetas e outras pessoas do mais baixo nível social. Ufana-se de possuir economias, mas, como não aufere proventos de trabalho digno, só podem ser estas economias produtos de atos repulsivos ou criminosos. Pode se adiantar que o sindicato já respondeu a vários processos e, sempre que é ouvido em cartório, provoca incidentes e agride mesmo os funcionários da polícia. É um indivíduo de temperamento calculado, **propenso ao crime** e, por todas as razões, inteiramente nocivo à sociedade. Rio de Janeiro, Distrito Federal, 12 dias do mês de maio do ano de 1932.

Para Marcos Napolitano (2008), o conjunto de elementos de um filme de representação histórica, convergentes ou não, buscam encenar

uma sociedade, seu presente ou seu passado, nem sempre com intenções políticas ou ideológicas explícitas. O texto citado acima, direcionado a Madame Satã (interpretada pelo ator Lázaro Ramos), enquanto estava sentada e machucada dentro de um recinto policial, massacrada e marginalizada esta personagem. Além disso, pode-se concluir que respingava nas travestis negras a visão do suposto potencial perigoso e propensão ao crime do homem negro. Este pensamento, que ganhou força nas primeiras décadas do século XX, deriva das teorias do racismo científico implantadas no Brasil pela Antropologia Criminal de Cesare Lombroso (1835-1909), uma das vertentes do determinismo racial, que afirmava ser “possível descobrir o criminoso antes que cometesse o crime” (Oliveira, 2018, p. 170). O longa-metragem, ou fontes audiovisuais no geral, portanto, não apresentam nem suportes adicionais das fontes escritas, nem ilustrações de contextos históricos, mas sim constituem um campo próprio e desafiador, que nos fazem redimensionar a permanente tensão entre evidência e representação da realidade passada, cerne do trabalho historiográfico (Napolitano, 2008).

Transformações importantes aconteceram nas primeiras décadas do Brasil do século XX. Centros econômicos, políticos e culturais, como Rio de Janeiro e São Paulo, tornaram-se campos de batalha para ideias conflitantes em torno da identidade nacional e visões divergentes quanto ao futuro político e econômico do país. Os acontecimentos e as construções ideológicas e sociais controversas sobre nação, raça, identidade, cultura e gênero moldaram tanto uma subcultura homossexual urbana, quanto um discurso médico-legal sobre ela (Green, 2019).

As novas teorias sobre a origem dos homossexuais<sup>1</sup>, vindas da

---

<sup>1</sup> É importante destacar que o uso do termo homossexual poderia se referir tanto ao gay cisgênero quanto às travestis.

Europa, apontavam que os comportamentos que perturbavam papéis de gêneros deviam-se a desequilíbrios hormonais congênitos, levando a condutas imorais e degeneradas. Leonídio Ribeiro, Edmur Whitaker, Viriato Fernandes Nunes, Aldo Sinisgalli, entre outros profissionais da saúde dedicados a estudar o assunto no Brasil, sugeriam meios para conter a perversão sexual, incluindo um papel maior do Estado em reagir a esta “patologia” (Green, 2019).

Já desde 1910, cientistas vinham realizando experiências com animais cobaias machos que, depois de castrados, recebiam enxerto de uma glândula do sexo oposto, a partir do que começavam a desenvolver caracteres físicos femininos – e vice-versa. Constatou-se que era possível, em laboratório, masculinizar fêmeas e feminilizar machos, com transplantes ovarianos ou testiculares. Julgava-se, portanto, que com esse tipo de manipulação hormonal se podia reforçar a natureza contra o desvio. No dizer entusiástico de Leonídio Ribeiro, aí estava “o verdadeiro caminho para o tratamento científico dos casos de inversão sexual”. [...] Dr. Fernandes propunha, ainda na década de 1920, a criação de um estabelecimento próprio para a reclusão de homossexuais, “garantindo a sociedade com a segurança do seu afastamento e devolvendo ao criminoso a assistência médica que carece”. [...] No Brasil, dizia Soares de Melo, o Código Penal era insuficiente, pois muitos casos de homossexualismo sem violência carnal ou corrupção “escapam da lei e não são punidos”. Para tanto, ele propunha a criação de um Código Criminal paralelo, que previsse medidas de segurança, para antecipar às penas ou quando não fosse possível aplicar o Código Penal. [...] Em resumo, a punição ocorreria de um modo

geral e preventivamente, antes que se praticasse o crime. De modo que, segundo tal raciocínio, ser homossexual significaria automaticamente ser criminoso (Trevisan, 2018, p. 181-185).

Para Green, tais condutas poderiam ser consideradas positivistas, por respaldar a intervenção do Estado para resolver “problemas” sociais e usarem a ciência como mola propulsora do progresso e mantenedora da ordem. Esta filosofia, que serviu ainda de estrutura ideológica para a maioria dos profissionais nas décadas de 1920 e 1930, legitimava o papel de médicos, juristas e criminologistas em sua tentativa de descobrir e estudar doenças, bem como propor suas curas, de modo a promover uma nação saudável, vigorosa, cisgênera e heterossexual (Green, 2019). Estes métodos de contenção e controle agravaram a exclusão, a violência e o estigma contra as travestis.

Além das prisões sob justificativas de propensão à criminalidade, é constatado que desde 1924, a Delegacia de Costumes já utilizava a Lei de Vadiagem, estabelecida no Código Penal de 1890, para encarcerar negros, homossexuais e travestis. Este crime foi instituído logo no início do Regime Republicano, que pretendia reeducar os vadios. A punição fazia parte de uma tentativa de mudar a concepção de trabalho para as elites brasileiras, que o entendiam como um ato de degeneração, ligado à escravidão. Durante o Estado Novo (1937-1945), mais precisamente em 1941, o crime tornou-se uma contravenção penal, tipologia jurídica utilizada para descrever crimes tidos como leves (Ocanha, 2014).

Com essa nova perspectiva, decretou-se o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais: “Art. 59 – Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupa-

ção ilícita: Pena – prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses” (Ocanha, 2014, p. 155).

No primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a vadiagem atuava de forma a expor um modelo padrão de trabalhador com carteira assinada, que é reconhecido pelo Código Penal perante o vadio. Esta medida controversa não considerava o ritual burocrático para o reconhecimento das profissões, que envolvia a apresentação de diversos documentos, que a população pobre, incluindo pessoas negras, travestis e marginalizadas não tinham acesso (Ocanha, 2014). No entanto, conforme se verá adiante, foi no período da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), com a criação de operações organizadas e padronizadas de caça às travestis, que este aparelho jurídico foi excessiva e arbitrariamente utilizado.

É fato que o Brasil é um país de dimensões continentais, assim, os sistemas sexuais e de gênero nos pequenos municípios e áreas rurais operaram num contexto diferente das estruturas sociais, culturais e econômicas das grandes áreas urbanas. Foi no decorrer da década de 1950 que, literalmente, centenas de milhares de jovens, conscientizados de seus desejos, deixaram suas famílias e amigos do interior e mudaram-se para o Rio de Janeiro e São Paulo. Essas cidades se tornaram dois dos mais importantes espaços para o surgimento de subculturas homossexuais, e eram os lugares onde a repressão agia com mais intensidade (Green, 2019). Entre essas pessoas, havia uma grande quantidade de travestis. Criado pela pesquisadora e transativista Bruna Benevides (2020), o conceito Êxodo Travesti busca explicar este processo migratório. Segundo ela, o movimento caracterizou-se como uma busca de autoconhecimento, liberdade, construção de identidades e de oportunidades, especialmente no mercado do sexo (Benevides; Nogueira, 2020).

Para Renan Quinalha (2018), esta população migrante e dissidente passou a ser tema de segurança nacional na Ditadura Militar. Os de-

sejos e afetos foram alvo do peso desse autoritarismo com pretensão de sanear moralmente a sociedade. Segundo o autor, no pós-golpe de 1964,

a estruturação de um aparato de violência complexo e funcional para seus objetivos, proveu aos síndicos da moralidade alheia os meios de que precisavam para levar a cabo um projeto de purificação, desde as agências estatais. Isso fez com que esses padrões morais, outrora particulares e restritos a determinados grupos que, ainda que influentes, fossem então alçados ao status de políticas públicas e acabassem, por extensão, dotados da mesma legitimidade com que conta o Estado (Quinalha, 2018, p. 31).

Existia ainda o discurso falacioso, recorrente em diversos documentos, de que as travestilidades e sexualidades dissidentes representavam uma ameaça à segurança nacional brasileira<sup>2</sup>, ligada ao movimento comunista internacional. Tais repressões a este “mal” compreendiam práticas de censura, veiculações de propagandas em defesa da família tradicional, agressões físicas e outros tipos de violências praticadas diretamente contra as travestis e homossexuais nas ruas (Quinalha, 2018).

O documentário *Divinas Divas* (2016), dirigido por Leandra Leal, apresenta a trajetória artística de oito travestis icônicas do teatro de revista da década de 1960. Rogéria, Valéria, Jane di Castro, Camille K., Fújica de Holliday, Eloína, Marquesa e Brigitte de Búzios apresentavam-se costumeiramente no Teatro Rival, no Rio de Janeiro.

---

<sup>2</sup> A Doutrina de Segurança Nacional criou a noção de inimigo interno, que não seria somente um inimigo da nação, mas um inimigo dos valores e de uma sociedade de progresso.

Ao mesmo tempo em que faziam grande sucesso na cena carioca, enfrentavam e resistiam ao período conhecido como Anos de Chumbo<sup>3</sup>.

Nesse período, artistas transformistas, igualmente referidos como praticantes do travestismo, apresentavam-se nos palcos, como o Teatro Rival, até mesmo após 1964, não podendo, porém, confundirem-se com as mulheres cisgêneras fora de seus espaços cênicos. Mas sempre há frestas. A cantora e performer Divina Aloma, negra, musa do pintor Di Cavalcanti, chegou a se apresentar no Canecão e em outros espaços que dividia com mulheres cis (Jesus, 2018).

Em meio à caçada brutal aos inimigos internos, sob a Doutrina de Segurança Nacional, policiais e delegados reprimiam corpos travestis na pista<sup>4</sup>. Quinalha (2021) apresenta uma discussão sobre a face mais visível da violência que se abateu contra elas nos grandes centros urbanos

Essas pessoas eram constantemente assediadas por batidas policiais seguidas de prisões arbitrárias, pela prática das mais diversas formas de torturas física e psicológica, pela extorsão e por outros métodos de violação de direitos humanos de uma população já marginalizada. As polícias, que logo integraram o complexo de aparatos repressivos da ditadura militarizada contra os sub-

---

<sup>3</sup> Conhecido como o período mais repressivo da ditadura militar no Brasil, estendendo-se desde o fim de 1968, com a edição do AI-5 até o final do governo Médici, em março de 1974, quando teve início o longo e complexo processo de abertura política no país.

<sup>4</sup> Termo que designa área de prostituição.

versivos “políticos”, passaram a regular também o direito à rua para os segmentos LGBT (Quinalha, 2021, p. 41).

Apesar da ausência da criminalização de orientações sexuais não normativas, diversos outros tipos penais foram mobilizados para enquadrar essa comunidade. Além da vadiagem, eram acusadas de atentado público ao pudor, corrupção de menores, violação da moral e dos “bons costumes”, entre outros. Estes instrumentos legalizavam o controle desses grupos e realizavam uma higiene social (Quinalha, 2021).

Em meio a tais perseguições, a década de 1970 representou um marco importante na história das pessoas trans brasileiras. Assistimos à popularização da terapia hormonal, de aplicações de silicone e a chegada da cirurgia de redesignação sexual<sup>5</sup>. Também houve um aumento substancial na quantidade de travestis se prostituindo nas calçadas das grandes capitais (Green *et al.*, 2018; Ocanha, 2014).

De acordo com o historiador Rafael Ocanha (2014), em 1976, somente na cidade de São Paulo, havia em torno de duas mil travestis trabalhando na prostituição. Neste mesmo ano, uma equipe especial, chefiada pelo delegado Guido Fonseca, foi designada para fazer um estudo de criminologia sobre as travestis e a contravenção penal de vadiagem na área da Consolação. Guido estava autorizado a abordar todas as travestis das proximidades do Hotel Hilton, área da Boca do Luxo, para verificar sua comprovação de renda. Em 1977, o estudo foi publicado em uma revista com circulação interna para todas as delegacias do estado (Ocanha, 2014).

---

<sup>5</sup> O termo *transsexual* ficou conhecido no Brasil somente a partir da primeira cirurgia de redesignação sexual (1971), feita pelo médico Roberto Farina, em Waldirene Nogueira.

Entre 14 de dezembro de 1976 e 21 de julho de 1977, 460 travestis foram sindicadas para o estudo, sendo lavrados 62 flagrantes, contabilizando 13,5% do total. O resultado mostra que 398 delas foram importunadas com interrogatório, sem serem vadias, e obrigadas a demonstrar comprovação de trabalho com mais exigências que o restante da população. A Portaria 390/1976, da Delegacia Seccional Centro, estabelecia que travestis deveriam apresentar RG e carteira de trabalho acompanhada de xerocópia, a qual era encaminhada pela autoridade policial à delegacia seccional para arquivo destinado somente a travestis. Aquelas que não apresentavam os documentos eram encaminhadas ao distrito, onde aguardavam a formulação de inquérito que, em seguida, se tornaria processo por vadiagem. Quando liberadas, deveriam ir com a maior brevidade possível a uma gráfica providenciar outra xerocópia para apresentar a polícia, caso fosse parada em uma blitz. [...] Sempre que possível, as sindicâncias serão ilustradas com fotografias desses pervertidos em trajes femininos que estiverem usando na ocasião, para que os juízes possam avaliar sua nocividade (Ocanha, 2014, p. 155).

O estudo do delegado atrela o traje feminino das travestis à criminalidade, quanto mais transgressora às normas de gênero impostas, mais nociva era a sujeita à sociedade. Desta forma, compreende-se que o indivíduo processado por vadiagem com uma foto em roupas femininas seria mais facilmente condenado do que outro em vestes masculinas (Ocanha, 2014).

A imprensa teve um papel importante ao estigmatizar as travestis, associando-as a um perfil criminoso. Podemos constatar este aspecto na seguinte manchete do jornal O Estado de S. Paulo, em março de 1980: “Eles se vestem de mulher, tomam conta de vários pontos espalhados pela cidade, são violentos e chegam a matar” (O Estado de S. Paulo, 25 mar. 1980, p. 35). O fato de um dos jornais mais influentes da época veicular reportagens sobre o “perigo das travestis”, fez com que a ofensiva se prontificasse rapidamente, ou melhor, que já estivesse montada diante do clima de medo criado em torno de um grupo já muito estigmatizado (Quinalha, 2021).

Dois dias após a série de reportagens especiais, em 1 de abril de 1980, um artigo publicado no jornal anunciava, com destaque: “Polícia já tem plano conjunto contra travestis”. Nota-se, assim, que a “cobrança” feita pelo Estadão, poucos dias antes, havia produzido resultados concretos. Diante de tão pequeno intervalo entre a enunciação do problema e a apresentação de resposta estatal, não seria demais suspeitar de que já houvesse algum tipo de negociação ajustada entre as autoridades e o órgão de imprensa. [...] Após tais cobranças por parte da grande imprensa e o anúncio de um plano pioneiro, não demorou muito tempo para que uma política ainda mais agressiva contra as travestis, uma das populações mais vulneráveis, fosse posta em prática. Não era a primeira vez que as forças policiais se engajavam em uma campanha de moralização. Mas agora era com outro nível de intensidade e organização (Quinalha, 2021, p. 70).

A política citada por Quinalha refere-se às operações lideradas pelo chefe da Delegacia Seccional de Polícia da Zona Centro, José Wilson Richetti. Mobilizando um grande aparato de homens e viaturas, estas ações prometiam acabar com os drogados, criminosos, imorais, prostitutas e travestis de São Paulo. As primeiras operações foram denominadas Cidade, Limpeza e Rondão<sup>6</sup>. As prisões diárias em massa resultaram na higienização da cidade, inspirando as demais delegacias de polícia da cidade, do estado e do país.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Criticada pelos jornais, das mais de mil pessoas presas na primeira semana da Operação Rondão, só doze permaneceram detidas.

<sup>7</sup> Apesar de liderar as operações, Richetti nunca atuou sozinho. Citamos os nomes de seus superiores: Rubens Liberatori, diretor do Departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo, Otávio Gonzaga Jr, Secretário de Segurança Pública e o general Milton Tavares, comandante do II Exército.

Nessas operações, os excessos e abusos eram recorrentes. Além das agressões físicas, eram recorrentes as extorsões, violências sexuais, muitas vezes obrigadas a realizar trabalhos forçados dentro das delegacias e penitenciárias, limpando banheiros, celas e fazendo outros serviços para os policiais (Quinalha, 2021). A partir do relato de uma travesti chamada Tatiana, que trabalhava na região da Boca do Luxo, Quinalha recuperou uma modalidade de violência empreendida especificamente contra pessoas trans: o corte de cabelo e o uso compulsório de hormônios masculinos para que “voltassem a ser homem” (Quinalha, 2021, p. 74).

Nos anos seguintes, a popularização da televisão enquanto meio de comunicação em massa, a formação de movimentos organizados de homossexuais, as primeiras manifestações políticas de gays, lésbicas e travestis, os veículos de jornais de imprensa alternativa<sup>8</sup> LGBT, como o *Lampião da Esquina* (1978-1981) e o *Boletim Chanacomchana* (1981-1987) – e, sobretudo, a revolução sexual que se desenrolou durante toda a década de 1970 –, serviram de pretexto para alimentar um pânico moral em diversos setores da sociedade (Quinalha, 2018). Não conseguindo assimilar a velocidade com que tais mudanças ocorriam, as camadas conservadoras reagiram apoiando ainda mais a repressão contra esses grupos.

*Chanacomchana* (1981-1987) – e, sobretudo, a revolução sexual que se desenrolou durante toda a década de 1970 –, serviram de pretexto para alimentar um pânico moral em diversos setores da sociedade (Quinalha, 2018). Não conseguindo assimilar a velocidade com que tais mudanças ocorriam, as camadas conservadoras reagiram apoiando ainda mais a repressão contra esses grupos.

---

<sup>8</sup> Para saber mais sobre esta imprensa alternativa, ver: ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

A canção Geni e o Zepelim (1979), que integra a Ópera do Malandro, musical escrito por Chico Buarque, faz uma referência crítica ao lugar da travesti na sociedade brasileira desta época.<sup>9</sup>

[...]

Joga pedra na Geni!

Joga pedra na Geni!

Ela é feita pra apanhar!

Ela é boa de cuspir!

Ela dá pra qualquer um!

Maldita Geni! (Chico Buarque, 1979).

Outro fator importante foi a chegada do vírus HIV ao Brasil, começando a ser notificado no segundo semestre de 1982. Acostumadas ao sexo rápido e sem proteção, muitas vezes atendendo ao desejo do cliente, o contágio ocorreu em grande velocidade entre as travestis (Trevisan, 2018). Considerada uma “peste gay”, a epidemia tornou-se também moral, propiciando violências de diversas categorias, que eram justificadas por crenças de que travesti era sinônimo de ameaça e perigo.

Edward MacRae (2018a) apresenta pesquisas de órgãos respeitados como a Divisão de Hansenologia e Dermatologia Sanitária, Instituto de Saúde, Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e o Centro de Referência Nacional para AIDS para o ano de 1987, que notificavam que a situação da epidemia neste período, no Estado de São Paulo, era de um total de 1026 casos, dos quais 387 já haviam falecido. De acordo com as fontes, um dos principais fatores de risco para a doença era a homossexualidade masculina, sendo ela recorrente em 54,94% dos casos (Macrae, 2018a). Tais conclusões precipitadas da comunidade científica, juntamente com a imprensa sensacionalista, que continuava a estigmati-

---

<sup>9</sup> Em 1979 a famosa travesti paulistana Andréa de Mayo (1950-2000) interpretou nos palcos a primeira Geni de Ópera do Malandro

zar este grupo à doença e perversão (Mariusso, 2015), fizeram com que a discriminação e violência não diminuíssem com a redemocratização.

Todos esses aspectos parecem ter provocado a reação indignada das camadas médias, que cresciam e assumiam uma importância política cada vez maior, passando a cobrar medidas mais enérgicas de limpeza moral da cidade. [...] Esse foi o combustível necessário para dar sobrevida a um aparato repressivo que se reinventava e experimentava uma mudança em suas funções habituais (Macrae, 2018b, p. 31).

Sem perspectivas, travestis brasileiras passaram a ver a Europa como grande sonho de viver uma vida tranquila e financeiramente estável. No capítulo “Travestis tipo exportação”, Trevisan afirma que, neste período, muitas se mudaram para Paris, tida então como paraíso da prostituição, conseguindo fazer certa fortuna no *trottoir*<sup>10</sup> ou em shows de cabaré (Trevisan, 2018).

Dos setecentos travestis trabalhando então na França, calculava-se que quinhentos seriam brasileiros – com enorme sucesso na praça. É verdade que eram mais bem tratados pela polícia francesa do que pela brasileira. Como informava a travesti Lora, “aqui me chamam de madame, enquanto no Brasil somos tratadas como verdadeiros animais”. [...] Mas, na verdade, mudara apenas o plano de fundo, já que os travestis brasileiros na França continuaram fundamentalmente vivendo à margem e sujeitos a todo tipo de extorsão, numa espiral de violência que provocou até assassinatos. Trabalhando em Paris, eles pagavam um dinheirão pelo “ponto” na praça, além da taxa de

---

<sup>10</sup> *Trottoir* é uma palavra francesa que significa “calçada”, também faz referência ao caminhar que as prostitutas fazem quando ficam à espera de seus clientes.

proteção cobrada pela polícia, aluguéis altíssimos e pequenas fortunas para obter documentação falsificada. Acima de tudo, não passavam de exóticos objetos de consumo [...] Além disso, a Associação pela Defesa das Prostitutas Francesas mobilizou-se através de passeatas, alegando que os travestis brasileiros as ameaçavam com uma concorrência desleal. [...] Além de estarem ameaçando a mão-de-obra local, nossos travestis foram acusados de ter aumentado a criminalidade no país. Com dificuldades na França, os travestis brasileiros se espalharam pela Alemanha, Portugal, Espanha, Suíça e Itália (Trevisan, 2018, p. 387).

A procura por autonomia, dignidade e sobrevivência em outro país ocorre pela percepção do quanto uma pessoa trans enfrenta violentos processos de exclusão social em todos os níveis, que lhe resta apenas sair de onde vive, para tentar sobreviver longe de seus locais de origem. Bruna Benevides também nomeia este processo de imigração um Êxodo Travesti (Benevides; Nogueira, 2020).

A partir de certo convívio com trans brasileiras na Suíça, o cineasta Matthias Kälin produziu o documentário *Dores de Amor* (1988). O filme apresenta relatos de travestis icônicas da época, que conseguiram prestígio principalmente através da cena artística.

São elas: Thelma Lippi, jurada do programa *Clube do Bolinha*<sup>11</sup>; Condessa Mônica, empresária, performer e fundadora da boate paulistana *NostroMondo*; Claudia Wonder, escritora e atriz famosa por atuar em peças do Teatro Oficina; Brenda Lee, militante pioneira no acolhimento

---

<sup>11</sup> Transmitido entre 1974 e 1994, foi um programa de auditório brasileiro exibido aos sábados pela Rede Bandeirantes.

de pessoas soropositivas e Andréia de Mayo, cantora, atriz e proprietária das boates Val Improviso e Prohibidu's, em São Paulo.

No Brasil pós-redemocratização, as rondas deixaram de ser noticiadas como uma solução para a ordem social, mas o poder da polícia sobre os segmentos dissidentes permaneceu intocado. As práticas continuaram no cotidiano da cidade e se intensificaram de forma estratégica durante toda a década de 1980, sendo um exemplo emblemático a Operação Tarântula, liderada por José Wilson Richetti, de combate à prostituição de travestis. Esta atuação foi investigada e analisada pelo documentário Temporada de Caça (1988), da diretora Rita Moreira. Através de entrevistas com pessoas comuns no centro da cidade de São Paulo, Rita escancara a violência, o preconceito e o desprezo da sociedade brasileira em relação aos homossexuais e às travestis.

Rita – Você tem ouvido falar nos noticiários, nos jornais, sobre assassinato de homossexuais?

Mulher – Tenho sim.

Rita – E o que você pensa disso?

Mulher – Eu acho que tem mais que assassinar mesmo.

Rita – E contra eles [LGBT], o que você tem contra eles?

Motorista – Ah, eu tenho muita coisa contra eles, eu acho que eles estão poluindo a cidade de São Paulo.

Rita – Você acha que deveriam matar travestis?

Homem jovem – Bom, eu acho que se a lei permitisse, seria uma boa! (Temporada de caça, 1988).

---

<sup>12</sup> Operação criada para prender arbitrariamente travestis na capital paulista. No pouco tempo que durou (de 27 de fevereiro a 10 de março de 1987), perseguiu cerca de 300 travestis. O álbum Tarântula (2019), do grupo musical “As Baías”, faz referência a este acontecimento.

Ao mesmo tempo em que eram ostensivamente perseguidas nas ruas, de modo contraditório, através da televisão, as travestis também se tornaram positivamente muito populares entre os brasileiros. Encontramos exemplos dessa popularidade no trabalho do antropólogo sueco Don Kulick (2008), autor de renomada etnografia sobre travestis em Salvador.

Por exemplo, um programa de televisão de grande audiência, transmitido nas tardes de sábado, mantinha um quadro fixo, onde se apresentavam homens vestidos de mulher – alguns dos quais, obviamente, travestis – que eram julgados pela beleza e pela qualidade das dublagens performáticas de cantoras que faziam. Outro programa televisivo semanal mostrava periodicamente uma travesti bastante conhecida chamada Valéria. A novela *Tieta*, uma das mais populares da época, contou com a participação especial de Rogéria, travesti muito famosa no país. E o sinal mais eloquente da posição especialíssima reservada às travestis no imaginário popular brasileiro é o fato que, em meados dos anos 80, a pessoa tida como a mulher mais bela do Brasil era... uma travesti! Roberta Close, a eleita, tornou-se um nome famoso em todo o território nacional (Kulick, 2008, p. 22-23).

Além dos exemplos apresentados acima, mencionamos também Tânia Star, travesti dona de uma companhia de shows, que se apresentou diversas vezes na televisão. Sobre as apresentações de Star, a pesquisadora Megg Oliveira<sup>13</sup> questiona o uso da *Blackface*<sup>14</sup> e discursos racistas

---

<sup>13</sup> Palestra com a Doutora Megg Rayara Gomes de Oliveira, realizado na Universidade Federal do Paraná: **Megg Rayara**: O lugar de travestis e transexuais na história e na sociedade. Publicado pelo canal Beija Flor Filmes. Youtube: 13 set. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yx9D3PeEtvw>. Acesso em: 11 jul. 2022.

<sup>14</sup> Geralmente feita por pessoas brancas no teatro, esta prática consiste em pintar rosto e braços para escurecer a pele, imitando pessoas negras de forma ofensiva e caricata.

recorrentes, concluindo que o corpo idealizado das travestis era o corpo branco. Travestis negras raramente alcançaram visibilidade ou acumularam riqueza, admiração e status cultural (Meggy Rayara, 2019).

Para Green (2019), essas figuras que personificavam o oposto dos traços comportamentais normativos de virilidade e masculinidade esperados dos homens, alcançaram ampla aceitação popular e circulavam confortavelmente na alta sociedade por um motivo. Seus modos efeminados e provocativos serviam como um parâmetro contrastante, representando um modelo divertido, mas inapropriado, proibido de ser imitado. As mulheres poderiam acolher este tipo de celebridade desde que seus filhos ou namorados não manifestassem comportamentos similares. Do mesmo modo, os homens viam essas estrelas como figuras atraentes pelo fato de atuarem como imitações perfeitas dos arraigados estereótipos da mulher ideal do universo masculino. Travestis escandalosas ou beldades peitudas poderiam desfrutar uma relativa aceitação social, desde que sejam filhos de outras mães e pais. Por vários aspectos, elas mais reforçavam do que desconcertavam o sistema de gêneros, rigidamente definido (Green, 2019).

As imagens contraditórias das festas permissivas do carnaval, sucesso na televisão e as violências brutais sofridas por este grupo, assim como as tensões entre tolerância e repressão, aceitação e ostracismo estão profundamente arraigadas na história das travestis na sociedade brasileira, persistindo em períodos posteriores (Trevisan, 2019). Nos anos de 1990, enquanto as que pertenciam à cena artística eram ovacionadas, parte da imprensa ainda parabenizava a ação da polícia contra as que viviam nas ruas, chamando-as de “indivíduos degradantes que, de noite ou de dia, afrontavam sua família, com comportamento despuadorado” (Kulick, 2008, p. 49). Kulick denuncia, em sua etnografia produzida em 1997 na cidade de Salvador, práticas policiais abusivas e corriqueiras, que se assemelham as ações das rondas de Richetti.

Nos anos 90, as travestis saíam à noite para as ruas sem saber se voltariam no dia seguinte. Elas podiam ter quase certeza, no entanto, que seriam presas pela polícia militar ou pela DJC. Em qualquer um dos casos as prisões não estavam em absoluto dentro da legalidade: prostituição não é crime no código penal brasileiro, e sobre as travestis detidas não pesava nenhuma acusação (a não ser em algumas ocasiões, quando elas eram acusadas de crime de “vadiagem”). Travestis detidas pela polícia civil eram levadas ao xadrez, onde passavam uma noite – e as vezes duas ou três noites – até serem liberadas. Mas quando eram detidas pela polícia militar, e sobretudo quando eram recolhidas pelo camburão do batalhão de choque, passavam frequentemente por sessões de tortura. Eram jogadas dentro da caminhonete, levando pontapés incontáveis e sendo esmurradas por seis ou oito policiais, que rodavam com elas dentro do carro, não para conduzi-las à delegacia, mas para a Praia do Flamengo, um local deserto, distante 45 minutos de Salvador. Chegando à praia, os policiais desciam e formavam um corredor polonês. Então, faziam as travestis descerem do carro, uma a uma, passando no corredor em meio à chutes, socos e pauladas de cassetete (Kulick, 2008, p. 49).

Para além da ofensiva policial, segundo Trevisan, também não deixou de crescer a violência partindo de outros setores da sociedade.

Em 1993, nova onda na cidade de São Paulo: “dezesesseis travestis foram assassinados em três meses, sempre por homens motorizados que se passavam por clientes e davam tiro na cabeça dos prostitutas.” [...] No segundo semestre de 1999, o Recife viveu um desses pesadelos, com o fuzilamento público, em menos de um mês, de quase meia dúzia de travestis (Trevisan, 2018, p. 383).

Em pesquisa recente do projeto *Transrespect versus Transphobia*

*Worldwide (TvT) da Transgender Europe (TGEU)*<sup>15</sup>, o Brasil liderou em 2021 o ranking pela décima terceira vez consecutiva de assassinatos contra esta comunidade no mundo. A Associação Nacional das Travestis e Transexuais (ANTRA) é responsável pelo levantamento destes dados no Brasil. Segundo a instituição, este grupo também possui menos acesso a políticas públicas em comparação à população em geral (Benevides; Nogueira, 2020).

O Estado brasileiro, sob governo de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), não foi apenas omissivo, como continuou agente na marginalização e exclusão das pessoas trans. A falta de dados governamentais e de respostas ao processo histórico de precarização dessas vidas fizeram parte de um projeto, muito bem articulado, entre o governo e outros grupos, incentivando o ódio contra essa parcela da população (Benevides; Nogueira, 2020).

No que se refere ao seu cotidiano atual, as pessoas transgênero são alvos de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e elas não conseguem adequar seus registros civis na Justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido à educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e de violências variadas, de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis denominada —transfobia (Jesus, 2013, p. 106).

Mesmo de forma embrionária, nos últimos trinta anos, presenciamos uma maior visibilidade e compreensão do que é ser transexual e travesti no Brasil, além de uma crescente discussão sobre seus direitos civis

---

<sup>15</sup> ONG internacional que mapeia 72 países denunciando casos e índices de transfobia.

(Trevisan, 2018). Isto se deu como resultado de resistências e militâncias políticas de travestis em todo o país, sobretudo a partir dos anos 1990, assunto que abordaremos de forma aprofundada no próximo tópico.

Ainda em mínimas e insuficientes proporções, encontramos hoje profissionais trans de diversas áreas no mercado de trabalho. Em entrevista para o curta-metragem MEGG – A Margem Que Migra Para o Centro, sobre sua trajetória acadêmica, a pesquisadora Megg Oliveira lamenta ser, somente em 2017, a primeira travesti negra doutora em Educação no Brasil. Estes pequenos avanços devem-se quase que exclusivamente às lutas políticas da comunidade por espaço e dignidade.

Em 2022, testemunhamos a presença de uma travesti no *Big Brother Brasil*, o *reality show* mais assistido no país, assumindo uma postura didática ao falar da própria identidade, em um espaço de muita visibilidade. A participação de Linn da Quebrada, multiartista que superou o imaginário travesti-estereótipo, fazendo sucesso com composições e atuações contendo fortes denúncias políticas<sup>16</sup>, é uma conquista para todes.

Sou determinada, sou corajosa, mas sou muito medrosa. Sou complexa, sou contraditória. Trabalho com o erro, com a falha, com o fracasso. Eu sou o fracasso. Eu fracassei. Sou o fracasso de tudo aquilo que esperavam que eu fosse. Não sou homem, nem sou mulher, sou travesti (Big Brother Brasil, 20 jan. 2022).

## 1.2 “Desacueda, tem alibã na gira!”<sup>17</sup>: histórias de resistência

Muito usado para defesa e estratégia durante episódios de perse-

---

<sup>16</sup> ONG internacional que mapeia 72 países denunciando casos e índices de transfobia.

<sup>17</sup> Em linguagem Bajubá (dialeto travesti), a expressão significa “Corram, lá vem a polícia!”.

guição policial, o Bajubá, Pajubá ou Bate-bate, dialeto criado por travestis brasileiras ao longo de sua história nas ruas trabalhando com a prostituição, é um exemplo representativo de uma cultura de resistência. Para a pesquisadora Gabriela Costa Araújo (2019), formas de proteção, sociabilidade, transgressão, reconhecimento e afirmação foram criadas através deste dispositivo. Palavras do vocabulário como *Adé*, *Alibã*, *Aqüé*, *Babado*, *Bofe*, *Ilê*, *Laruê*, *Picumã* e *Uó*<sup>18</sup> revelam seu inegável valor histórico, a começar pela influência do Iorubá-nagô, que rememora nosso passado da escravidão e mostra recortes de gênero, classe e geração (Araújo, 2019).

Com a intenção de ludibriar policiais ou investigadores durante rondas, batidas ou detenções, além da criação de palavras, era comum entre esta comunidade a adoção de dois ou até três nomes femininos. Esta prática se configurou como uma maneira engenhosa de fazer “multiplicar” o número de travestis, ao mesmo tempo em que facilitava a argumentação com a autoridade, tentando negociar sua liberação em caso de reincidência. Luiz Morando (2019), professor e pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresenta como exemplo o caso da já citada Cintura-Fina (1921 - 1995), que era também conhecida como Esther Williams (Morando, 2019).

A partir da segunda metade do século XX, testemunhamos diversas tentativas de organização política deste segmento. Morando cita a tentativa de um grupo de travestis em Belo Horizonte para fundar uma associação chamada Liga dos Liberados do Amor, em 1966. A iniciativa

---

<sup>18</sup> *Adé*: homossexual masculino efeminado ou bicha; *Alibã*: polícia ou policial; *Aqüé*: dinheiro; *Babado*: acontecimento qualquer, podendo tanto ser bom ou mau; *Bofe*: homem heterossexual ou homossexual ativo; *Ilê*: casa; *Laruê*: fofoca; *Picumã*: cabelo; *Uó*: ruim ou desagradável. As definições foram transcritas do dicionário Bajubá – Pajubá, publicado por Jovann Baby Cardoso Silva, integrante do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), em 2021.

acabou sem sucesso após forte atuação da Polícia de Costumes e de Vigilância Geral de Minas Gerais (Morando, 2014).

O autor também identifica uma matéria do Diário da Tarde de 1968, em que travestis são ameaçadas após anunciarem uma passeata contra a proibição, feita pelo Serviço de Censura da Polícia Federal, do Baile Miss Minas Gerais Travesti (Morando, 2014).

Se os travestis teimarem em fazer uma passeata de protesto na cidade, vão ser recebidos com bomba de gás lacrimogêneo e cassetetes “tamanho família”. A advertência é do próprio Secretário de Segurança, Joaquim Ferreira Gonçalves, diante da ameaça de que a turma, inconformada com a proibição de seu desfile, no Montanhês Danças, estaria planejando uma manifestação de rua (Diário da Tarde, 1968 *apud* Morando, 2014).

Em fevereiro de 1979, após ser presa pela Operação Pente Fino<sup>19</sup> em Vitória, Espírito Santo, a travesti Jovanna Baby Cardoso Silva foi convidada para participar da criação de uma associação mista de travestis e prostitutas chamada Associação Damas da Noite (Silva, 2021).

Após a minha liberação, quando voltei para a Avenida da República, no Parque Moscoso, encontro Bianca, uma mulher prostituta e portadora de deficiência, convocando as prostitutas para uma reunião às 16 horas nas Escadarias Maria Ortiz, no centro, para tratarmos da perseguição policial que estava fora dos limites. [...] O governo estadual, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUC), indicou a servidora Anúbia Rezende para lidar com as nossas

---

<sup>19</sup> Operação criada sob justificativa do Artigo 59 da Lei Nº 3.688 de 1941, conhecida popularmente como “Lei da Vadiagem”.

demandas. O governo assumiu o compromisso de convocar a área de segurança para tratar das questões das detenções de prostitutas e travestis sem nenhuma justificativa plausível (Silva, 2021, p. 19).

O já citado documentário *Divinas Divas* (2016) expõe enfrentamentos políticos praticados pelas trans que se apresentavam entre 1960 e 1970 no Teatro Rival. Em meio a operações no centro do Rio de Janeiro, elas criaram esquemas organizados para driblar policiais, em que vans e viaturas eram abertas para soltar travestis. O roteiro do filme em si já performa um marco de resistência, visto que o reencontro dessas artistas na terceira idade é uma exceção à expectativa de vida atual desta comunidade no país, que não passa de 35 anos (Benevides; Nogueira, 2021).

Renan Quinalha (2021) afirma que diversos foram os esforços para a mobilização política entre corpos dissidentes no Brasil do século XX. Contudo, essas articulações e movimentações eram circunscritas a alguns guetos territoriais e de classe, principalmente nas maiores e mais urbanizadas capitais do país. O pesquisador cita uma iniciativa anônima, ocorrida em meados de 1976, onde panfletos começaram a circular pelo Rio de Janeiro divulgando o I Congresso do Homossexual Brasileiro. Realizado nos jardins do Museu de Arte Moderna (MAM), ao invés de gays, lésbicas e pessoas trans, o que mais havia no dia e local do evento eram jornalistas e policiais (Quinalha, 2021).

Ninguém sabia quem organizara a festa, que se propunha a tratar da união do homossexual brasileiro com “alegria, amor e respeito”. Um dos poucos presentes, José Jurandir Garrido, escapou ao bloqueio policial, mas “estava irritado” e “lamentou a ausência de outros adeptos à reunião”. Garrido, como o denominava a reportagem, era na verdade uma travesti que se autodenominava Garrida (Quinalha, 2021, p. 12).

A ausência de mais integrantes da comunidade na ocasião revela a dificuldade e o medo das pessoas LGBT em se mobilizar neste período tão adverso. De qualquer modo, este dia se configurou como um acontecimento histórico (Quinalha, 2021).

Ainda em sua pesquisa sobre perseguições policiais contra as travestis em São Paulo (1976-1982), Rafael Ocanha resgata uma fonte periódica do jornal *Folha de S. Paulo*, noticiando no dia 6 de junho de 1980, a organização de uma manifestação de prostitutas e travestis contra os “rondões” de José Wilson Richetti. De acordo com a reportagem, estava prevista a queima de um boneco de três metros de altura representando o delegado (Ocanha, 2014).

Havia um clima de apreensão e medo dos manifestantes, temendo uma retaliação da polícia, pois, segundo a reportagem, Richetti teria declarado que prenderia todos os manifestantes. No entanto, depois de uma reunião com Rubens Liberatori, declarou à *Folha de S. Paulo*: “Vou fazer de conta que não é comigo. Bem, vou ficar na cidade. Vou considerar isso uma brincadeira. Estou limpando a cidade com as prisões de prostitutas e travestis e vou continuar fazendo isso. Que protestem e me queimem em praça pública. Não vai adiantar nada”. No dia seguinte à manifestação, a *Folha de S. Paulo* não publicou notícias sobre o protesto. Não foram encontrados documentos em outras fontes da imprensa que comprovem que a manifestação aconteceu. Mesmo que a manifestação não tenha ocorrido, seu anúncio é um indício de que prostitutas e travestis começavam a organizar-se de forma autônoma a outros movimentos sociais para exigir o fim das prisões arbitrárias (Ocanha, 2014, p. 164).

Resistir à repressão policial significava, muitas vezes, até atentar contra a própria integridade física. Em entrevista para o jornal *Lampião da Esquina*, a travesti Monique e suas companheiras foram questionadas

sobre carregarem uma gilete partida ao meio entre a arcada dentária e a bochecha, e cortes em seus braços (Quinalha, 2021).

Cortamos nossos braços, quando a polícia está a fim de grana, a gente não dá e eles levam em cana, arrocando cada vez mais. A gente se revolta e se corta. Então eles são obrigados a soltar, mandar pro Pronto Socorro. Mas não ponha isso no jornal, não, menino, tá louco? [...] Eu não ando com navalha, faca, gargalo de garrafa na bolsa, revólver, nada disso. Só ando com gilete. É a minha defesa contra a polícia (Mattoso, 1978).

Ao longo dos anos de 1980, com o advento da epidemia do HIV, as travestis passaram pelo estigma da doença. Neste contexto, aliado ao preconceito e a desinformação, a prática de automutilação, que antes servia apenas para fugir das prisões arbitrárias, afastava os policiais através do medo de serem infectados (Oliveira, 2021).

Podemos destacar também a criação de espaços de acolhimento como a Casa de Apoio Brenda Lee, a primeira residência a amparar pessoas portadoras do vírus HIV no Brasil. Brenda Lee foi uma travesti paulistana, que a partir de 1984, usou de sua boa condição financeira para ajudar aqueles que, embora não necessitassem de internação hospitalar, não tinham condições de exercer uma ocupação profissional e careciam de cuidados médicos diários. Este era o caso da maioria das travestis soropositivas (Carvalho; Carrara, 2013).

Foi uma tragédia, era um comando de procedência desconhecida que estava metralhando as travestis aqui em São Paulo, né? E aí dessa maneira eles chegaram a atingir cinco travestis que moravam comigo. Uma morreu, outra ficou inválida e três foram atingidas superficialmente. Aí foi quando o repórter falou assim pra mim: "Brenda, o que você vai fazer com essa travesti que tá inválida? Você vai mandar ela pra família dela? Aí eu falei que "no estado que

ela está, eu acho que não é a vontade dela, como eu também não sei se a família vai aceitar, então aqui nós somos uma comunidade e tudo que tiver vai ser dividido irmãmente”. Aí foi quando o repórter falou assim: “Brenda, e se aparecer alguma dessas travestis aqui com AIDS, o que é que você vai fazer?” Aí eu dei uma pausa e disse “Aproveito para dizer que se tem alguém com AIDS e não tem lugar pra ficar, pode vir aqui pra minha casa que a gente cuida sem discriminação”. Aí no dia seguinte a secretaria da saúde ligou aqui pra casa dizendo que tinha assistido a entrevista e que lá tinha um paciente, que inclusive era um travesti, e que a família não aceitava, e se eu aceitava que viesse aqui pra casa... (Entrevista Olhar Brasileiro Retrato em Movimento, 1993).

Além do surgimento de uma imprensa alternativa homossexual<sup>20</sup>, o final dos anos de 1970 e toda a década de 1980 foi marcada por mobilizações sociais de um conjunto de grupos denominados Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). Assistimos as criações dos pioneiros Grupo de Afirmação Homossexual - Grupo Somos (1978) e Grupo de Ação Lésbica Feminista - GALF (1981), ambos em São Paulo (Quinalha, 2021)<sup>21</sup>.

De acordo com os pesquisadores Mário Carvalho e Sérgio Carraira (2013), existem dois modelos na construção de organizações políticas travestis, que se formalizaram somente a partir da década de 1990. Algumas surgiram da sua auto-organização, em geral como uma resposta a violências de Estado, ou a partir de ONGs e políticas públicas estatais

---

<sup>20</sup> Citamos como exemplo o jornal Lampião da Esquina (1978 - 1981) e o Boletim Chacomchana (1981 - 1987).

<sup>21</sup> Somente em 1995 as associações de travestis puderam participar formalmente de um espaço do MHB, que neste mesmo ano começou a se chamar Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT).

voltadas para a prevenção do HIV. Esta década também foi marcada pela criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e o movimento de reforma sanitária, consolidando a ideia de responsabilidade do Estado em solucionar os problemas de saúde da população (Carvalho; Carrara, 2013).

Nas muitas reuniões que tivemos na sede do projeto eu propus as demais a ideia de criarmos uma associação que lutasse pelos nossos direitos, todas concordaram e seguimos fazendo mais algumas reuniões para fortalecer a ideia. [...] Então o marco histórico de fundação do nosso movimento politicamente organizado aconteceu no dia 15 de maio de 1992, quando nós seis, as fundadoras: Jovanna Cardoso, Elza Lobão, Beatriz Senegal, Josy Silva, Monique Du Bavieir e Claudia Pierre France demos entrada no cartório do registro da ASTRAL, a primeira organização brasileira de travestis e transexuais. Até o momento, as pesquisas apontam que a nossa associação foi a primeira da América Latina e possivelmente seja de fato a primeira do mundo, já que as outras instituições eram mistas de gays, lésbicas e travestis. [...] A nossa inscrição como pessoa jurídica no cartório contou inclusive com cobertura da mídia, tanto a televisiva como a escrita. [...] Foi assim que construímos esse momento histórico de surgimento do movimento social politicamente organizado de travestis e transexuais, um resultado de nossa resistência as violências e perseguições policiais e da nossa insatisfação com o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) que não nos representava (Silva, 2021, p. 23).

---

<sup>22</sup> Jovanna já havia participado anteriormente da Associação Damas da Noite, em Vitória - ES (1979).

<sup>23</sup> O termo "DSTs" (Doenças Sexualmente Transmissíveis) foi substituído recentemente e oficialmente por "ISTs" (Infecções Sexualmente Transmissíveis).

Uma das primeiras ações da Associação foi a criação de um dicionário impresso Bajubá. Com o título *Diálogo das Bonecas*, este livro foi idealizado para ajudar as travestis que viviam da prostituição no centro do Rio de Janeiro a se defender da sociedade ou dos ataques policiais. Jovanna relembra que

a principal fala era que uma podia avisar a outra em situações de emergência sem serem entendidas por curiosos. Muitas palavras usadas foram levantadas e otimizadas em um texto que foi diagramado e impresso em forma de dicionário (Silva, 2021, p. 35).

O relativo sucesso das ações políticas motivou as integrantes a organizarem, ainda em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTAL) (Silva, 2021). Posteriormente chamado de Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da AIDS (ENTLAIDS), este evento foi um marco na história do movimento travesti brasileiro, sendo a partir dele criadas diversas outras organizações estaduais, iniciando um movimento nacional.

Dois anos após a fundação da ASTRAL, as associadas se manifestaram pela primeira vez nas ruas exigindo respeito e o fim da violência. Chamada de *Marcha pela Diversidade Sexual*, este acontecimento se tornou uma tradição ao final de cada ENTLAIDS, que até hoje ocorre anualmente em uma cidade brasileira diferente (Silva, 2021).

Em 1994 presenciamos a criação da Associação de Travestis do Paraná (Grupo Esperança) e a Associação de Travestis de Brasília (ASTRAVEB). Em 1995 foram criadas a Associação de Travestis de Santo André (Grupo Tulipa), a Associação de Travestis de Salvador (ASTRAS) e o Grupo Filadélfia, em Santos. O ano de 1997 contou com a fundação da Associação Travestis de Colônia do Piauí (MOPAC), seguido, em 1999 do surgimento da Associação de Travestis de Belo Horizonte (ASTRAV), da Associação das Travestis na Luta pela Cidadania de Aracajú (UNIDAS) e do Grupo Igualdade, em Porto Alegre (Silva, 2021).

Em seu trabalho sobre a trajetória do Grupo Igualdade, a historiadora Augusta da Silveira de Oliveira (2021) alega que o movimento nasceu fruto da auto-organização de mulheres trans que frequentavam as reuniões semanais do Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA-RS).

Tendo em vista esse cenário, o GAPA, para muitas travestis e trans, foi o primeiro contato com algum serviço de assistência. [...] O GAPA transforma-se, para além de espaço para a promoção da prevenção à AIDS, num espaço de acolhimento para as populações marginalizadas afetadas pela epidemia e de promoção aos direitos humanos (Oliveira, 2021, p. 217-219).

Defende a pesquisa de Augusta que, o que atraía as travestis para esse espaço, fora o serviço de assistência, era a ideia de encontro, a troca de experiências, de serem reconhecidas por alguém como pessoas detentoras de cidadania, constituindo-se como um espaço de sociabilidade (Oliveira, 2021). No longa-metragem sobre a atuação política de Indianara Siqueira<sup>24</sup> no Rio de Janeiro, sua fala em um evento nos chama atenção sobre a relação entre o HIV e o contexto de formação de organizações travestis: “A AIDS nos matou, mas também nos salvou” (Indianara, 2020).

Primeiramente nomeada Rede Nacional de Travestis (RENATA), a criação da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em Curitiba, no final do ano 2000, significou a promoção de uma maior articulação e diálogo com lideranças de todo o Brasil (Silva, 2021). As pautas debatidas entre estas organizações em encontros posteriores, foram para além de debates acerca do HIV/AIDS e da violência de Estado,

---

<sup>24</sup> Indianara também foi integrante fundadora do Grupo Filadélfia, em Santos. (1995).

e incluíram debates acerca da importância do respeito e direito ao nome social, a ressignificação e autoafirmação do termo pejorativo “travesti”, a regulamentação da prostituição como trabalho profissional, acesso aos serviços de saúde, empregabilidade e educação (Antra, 2022).

Esta união gerou importantes conquistas dentro do cenário político nacional. Pela primeira vez na história, travestis discutiram com o governo federal a criação de uma campanha para acabar com a discriminação. Lançado no Congresso Nacional, o “Programa Nacional de DST/AIDS” elaborou em conjunto com a ANTRA a campanha “Travesti e Respeito: Já está na hora dos dois serem vistos juntos”, em 29 de janeiro de 2004, durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. Essa data foi decretada nacionalmente como Dia da Visibilidade Trans (Antra, 2022).

Condecorada com o Prêmio Direitos Humanos, recebido das mãos da então presidente Dilma Rousseff em 2014, a militante Keila Simpson, fundadora da Associação de Travestis de Salvador (ASTRAS), afirma em entrevista que o Dia da Visibilidade Trans foi essencial para ampliar a discussão dos direitos dessa população (Antra, 2022).

De acordo com o perfil digital da história e princípios da ANTRA, que atualmente conta com 127 organizações travestis brasileiras associadas, estão entre suas linhas de atuação:

Mapear, produzir estudos e denunciar nas instâncias cabíveis os assassinatos de pessoas Trans no Brasil, bem como cobrar soluções desses crimes;

Promover campanhas informativas e apresentar propostas a fim de garantir o direito das Travestis e Transexuais;

Colaborar em todos os níveis com outras redes, que trabalham com Direitos Humanos, a fim de desenvolverem trabalhos conjuntos, intercambiando experiências nas áreas de atuação de cada uma;

Denunciar e promover a divulgação, em todos os meios de comunicação possíveis, de todo e qualquer caso onde for detectado preconceito e ou discriminação por identidade de gênero;

Ter por princípio apoiar toda e qualquer ação de prevenção do HIV/Aids, Hepatites Virais e outras DST em todos os seus aspectos e âmbitos;

Apoiar as ações que visem a melhora da qualidade de vida das pessoas vivendo e convivendo com HIV/Aids;

Atuar diretamente na incidência política e na criação de climas e ambientes favoráveis para Travestis e transexuais;

Incentivar e apoiar a realização de Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais para potencializar as bandeiras de lutas e encaminhar as demandas de suas afiliadas (Antra, 2022).

Elaborando pesquisas e dados sobre os mais diversos assuntos que tangem as existências trans, a partir de 2017 esta instituição começou a produzir um dossiê anual dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras. São trabalhadas informações públicas, compiladas através da divulgação de casos publicados na mídia, que podem ser encontrados em diversos mecanismos de buscas. O desenvolvimento do trabalho é acompanhado pelo comitê de ética da ANTRA e conta com a participação de pesquisadores de diversas áreas, além das instituições – nacionais e internacionais, que apoiam a publicação e ratificam sua importância para o enfrentamento da violência (Antra, 2022).

O Estado segue em muitos espaços, replicando a lógica higienista de retirar travestis do território em que elas foram colocadas compulsoriamente e impedindo de trabalhar e sobreviver, mesmo que no Brasil não seja crime se prostituir. A nome da defesa da família,

a sociedade ainda segue apontando os dedos para a vítima como se fosse seu algoz. As travestis que eram caçadas pelos policiais diariamente, hoje quando vão a alguns fóruns e seminários são recebidas como parte da estrutura e contribuem para políticas de segurança pública. De reféns do estado passamos a educadoras sociais produzindo conteúdos, lives, material didático, cartilhas, literatura (que vão das ficcionais às literaturas médicas). Só mantendo essa postura vigilante e sem tolerância com a violência é que conseguiremos construir uma democracia com inclusão e diversidade (Benevides; Nogueira, 2020, p. 114).

Atualmente, com sede na cidade de Picos, no estado do Piauí, Jovanna Baby coordena o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS). Em entrevista à Ponte Jornalismo, ela afirma que:

O Fonatrans nasce da necessidade de ter uma discussão específica sobre negritude e transexualidade. Nós, travestis dos anos 90, e ainda hoje, sofremos muito mais por ser travesti e preta do que qualquer outra coisa (Aliança Pró-Saúde da População Negra online, 1 fev. 2021).

Apesar dos avanços, conquistados sobretudo pelo movimento trans, esta comunidade ainda sofre em índices alarmantes. Segundo o dossiê da ANTRA de 2021, a cada 10 assassinatos de pessoas trans no mundo, quatro ocorreram no Brasil. Na contramão dos esforços, estão o retrocesso, a mediocridade e o desmonte das políticas acessadas por essa população. Com o avanço da extrema-direita no poder, como se não bastasse o sucateamento dos equipamentos de assistência social, que sofrem com a falta de recursos materiais e profissionais para o atendimento ao público, também vêm sendo frequentes as tentativas de fechamento dos espaços e interrupção dos serviços (Hilton, 2020).

Em seu artigo de abertura para a obra “Tem saída? Perspectivas LGBTI+ sobre o Brasil”, Erika Hilton (2020) compreende que a saída é ocupar o parlamento. As reações e respostas ao atual cenário político foram eleger, em 2018, as primeiras travestis para estes espaços de poder<sup>25</sup>.

Percebemos que nossas subjetividades são absolutamente necessárias como formuladoras de políticas para todes, mas especialmente para corrigir desigualdades históricas e estruturais. [...] A estrada é longa e ainda há muito caminho pela frente. É certo que já estamos distantes do ponto de partida, embora não saibamos o dia em que nos encontraremos, todes juntas, na linha de chegada. Todas as saídas possíveis para a comunidade LGBT passam pela organização, pela elaboração de estratégias, pela ocupação dos espaços de poder e pelas conquistas coletivas. Só assim avançaremos (Hilton, 2020, p. 13).

---

<sup>25</sup> Em São Paulo, a Deputada Estadual Erica Malunguinho e a Vereadora Erika Hilton; em Pernambuco, a Co-Deputada Estadual Robeyoncé Lima.

## CAPÍTULO 2

# MOVIMENTO ORGANIZADO DE TRAVESTIS NO MATO GROSSO DO SUL

Em uma revisão bibliográfica sobre o discurso acadêmico a respeito da população travesti no Brasil, entre os anos de 2001 e 2010, as temáticas mais estudadas, no campo das ciências humanas e biológicas, foram prostituição, transformações corporais e a relação histórica desta comunidade com a epidemia do HIV (Amaral; Silva; Cruz; Toneli 2014). A conclusão da investigação apontou que, ao analisar este grupo a partir de limitados recortes, espaços e marcos temporais, a academia, de certa forma, também auxilia na perpetuação de estigmas.

Em outra mais recente revisão, publicada em 2017, Gustavo de Aguiar Campos e Domênico Uhng Hur (2017) apresentam avanços e mudanças nas abordagens ao analisarem o crescimento de produções acadêmicas que localizam trajetórias de lideranças políticas trans (Campos; Hur, 2017). É significativo também o aumento do número de estudos de caso envolvendo a história de seus grupos organizados ou associações, que, como vimos no capítulo anterior, surgiram a partir da década de 1990, em todo o país<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Morando (2014) para Belo Horizonte, Oliveira (2018) para Porto Alegre, Veras (2019) para Fortaleza, Miranda (2020) para São Paulo, Baby (2021) para o Rio de Janeiro, Santos (2021) para Campos do Goytacazes etc.

Reconhecendo que as discussões até então realizadas neste livro referem-se majoritariamente às maiores e mais populosas regiões do país, propomos neste capítulo um olhar inovador para o Centro-Oeste, mais especificamente para a cidade de Campo Grande (MS). Conduziremos uma análise sobre a trajetória da Associação de Travestis do Mato Grosso do Sul (ATMS) e de suas integrantes, relacionando temáticas como território, memórias e atuação política.

A proposta de estudar um movimento social de travestis e transexuais no estado do Mato Grosso do Sul não se mostra inovadora somente por pensar formas de resistências desta comunidade fora dos grandes centros urbanos. A pesquisa permite uma reflexão sobre o território em que se insere este grupo, considerando seus aspectos sociais, políticos e culturais (Souza, 2009). Buscaremos pensar a relação das normas sociais e das vivências trans sul-mato-grossenses, considerando experiências históricas, influências e identidades regionais construídas em um Brasil extenso e diverso.

Compreenderemos também de que maneira um dos estados mais conservadores do país, através do trabalho da Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS), fundada tardiamente frente a outras organizações travestis nacionais, tornou-se um dos primeiros a implementar um conjunto de leis contra a homofobia e transfobia no Brasil.

Ao longo deste capítulo, analisaremos fontes primárias que contemplam documentos periódicos encontrados no acervo privado da ATMS e depoimentos orais de integrantes associadas. Desta forma, serão reveladas múltiplas existências e resistências da população trans local, com balizas temporais que abrangem desde a criação da associação até os dias atuais.

Identificaremos a presença de estruturais condutas violentas desempenhadas pelo Estado na região e a diminuição destas práticas em

consequência da ascensão desta mobilização. Serão estudados os processos de construção, formalização e desenvolvimento da ATMS, assim como a análise de narrativas que revelam subjetividades, relações de afeto, união, coragem e propósito entre as associadas.

O primeiro tópico aborda um debate sobre o território do Mato Grosso do Sul, discutindo aspectos históricos, econômicos e socioculturais. Atravessado pelo coronelismo guerreiro e por projetos modernizantes e higienistas, estruturou-se nesta região uma sociedade marcada pela violência. Apresentaremos como as travestis eram representadas na imprensa campo-grandense e o contexto histórico de perseguições que resultaram na formação de um movimento organizado.

Através da metodologia da História Oral, o segundo tópico analisa depoimentos das integrantes da ATMS, que ao relatarem memórias e conquistas da Associação, também revelam trajetórias potentes que se encontram, emergindo da marginalização ao centro do sistema excludente, protagonizando lutas por direitos, políticas públicas, respeito e dignidade.

## **2.1 Conservadorismo e autoritarismo em Mato Grosso do Sul**

Criado através de uma Lei Complementar em 1977<sup>27</sup>, assinada durante o período da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964 - 1985), o Mato Grosso do Sul fora fragmentado do antigo e extenso Mato Grosso. Existem aspectos e experiências específicas que podem ter levado esta região à formação de uma cultura particularmente autoritária, conservadora e violenta. A começar pela colonização europeia, que ao longo dos séculos e

---

<sup>27</sup> Lei Complementar Nº 31, de 11 de outubro de 1977.

assim como em todo o território nacional, escravizou comunidades indígenas nativas e populações africanas na região, além de impor normas de comportamento baseadas na religião cristã e patriarcal.

Valmir Batista Corrêa (1995) nos auxilia a compreender os fatos políticos e sociais que marcaram a evolução histórica da região. De acordo com o pesquisador, a violência foi se transformando em uma forma de viver e sobreviver no Mato Grosso. Durante a transição do Império para a Primeira República, houve um aumento nas disputas por legitimidade do poder local, contribuindo para o surgimento de fenômenos como o Coronelismo Guerreiro e do Banditismo Endêmico.<sup>28</sup> Este contexto aflorou combates sangrentos na região ainda nas primeiras duas décadas de 1900 (Corrêa, 1995).

O domínio político esteve então na mão dos grandes coronéis, que viviam a reprimir os bandos, impondo à sociedade mato-grossense um cotidiano explicitamente violento. Os chamados coronéis guerreiros, caracterizados pela política das armas, restringiram-se mais ao sul do estado e, por consequência da relação com as migrações gaúchas na fronteira, semearam a ideia do separatismo (Corrêa, 1995).

Em relação aos costumes, a cultura coronelista também se formou a partir de um projeto de nação moderna, que aspirava ao progresso, baseado no machismo e na discriminação, em que se rejeitava o “diferente” e controlava as relações íntimas, afetivas e sexuais, conformadas ao ideal reprodutivo (portanto heterossexual), branco e viril (Miskolci,

---

<sup>28</sup> Segundo Valmir Corrêa (1995), a luta política no Mato Grosso assumiu tamanha proporção que se transformou em um meio de vida e uma atividade econômica, forjando o aparecimento do Coronelismo Guerreiro, fazendo política pelas armas, contra o Banditismo Endêmico, compreendendo a sociedade rural da região que se organizou em bandos, tais como agregados, posseiros, assalariados, camponeses, sem-terra e marginais.

2012). Percebemos a influência deste ideal na construção do “1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande”, instituído seis anos após o surgimento do município, e visando determinar condutas a serem seguidas pelos habitantes.

Com a Proclamação da República, um novo ideal de modernidade pautou as transformações das cidades brasileiras. Dos grandes centros urbanos aos mais distantes rincões do país, a ordem era moralizar, limpar e higienizar o espaço urbano com a finalidade de obter progresso e desenvolvimento. [...] Um dos instrumentos privilegiados do ordenamento social foi o Código de Posturas. [...] Em nome dessa nova vivência o Código dedicou-se a orientar o cidadão sobre os aspectos sociais e morais de comportamento... (Silva, 2017, p. 129).

Coronéis guerreiros só sentiram abalos em seu sistema político a partir da década de 1930, em virtude do surgimento de novas forças sociais e do rápido processo de urbanização de Campo Grande, onde se impulsionou o comércio pelos trilhos ferroviários (Corrêa, 1995). Outro fator a diminuir gradualmente e temporariamente este modelo foi a interferência da Ditadura do Estado Novo (1937-1945), alheia aos interesses regionais. Além da repressão político-policial, foi imposto o processo de desarmamento e o ideário unionista. Porém, estas ações não significaram o desaparecimento do desejo separatista, tampouco acabaram de forma definitiva com a influência dos coronéis na política (Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 3 out. 2021).

No caso do pacto entre coronéis, a submissão foi intermediada por troca de favores e espírito de corpo que uniram e preservaram o poder construído nas práticas cotidianas da violência, explícitas ou subliminares. Nessa linha de interpretação, pode ser percebida uma incontestável semelhança das práticas políticas dos separatistas do século XX com as velhas artimanhas do coronelismo tradicional, observada

nos documentos mais contundentes como manifestos e boletins, alguns apócrifos, outros declaradamente autorais. A partir da década de 1930, tal estrutura de poder autoritário utilizou-se de um verniz democrático, da fala em nome do povo, embora excluísse do poder de decisão a maioria da população, e do populismo que deslocou o eixo do poder local do ambiente rural para o ambiente urbano, mas sempre carregando em suas entranhas os germes do conservadorismo e da violência. Assim, esse conservadorismo de políticos mato-grossenses, mormente no Sul do Estado, teve as características típicas do pensamento elitista que planeja o futuro com os olhos do passado e com a preservação de privilégios (Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 3 out. 2021).

A separação do estado do Mato Grosso, disputa que se estendeu até os anos 1970, pode ser entendida como parte integrante de um processo histórico que envolve, entre diversas hipóteses, articulações e interesses políticos elitistas, autoritários, conservadores e morais, sob pretexto da busca pela modernização, ordem e progresso (Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 3 out. 2021).

Finalmente, a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, pela Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, fruto de um ato manifesto do presidente Ernesto Geisel, amparado em seus tecnocratas, passou ao largo da história do povo sulista e dos “divisionistas”. Vigorou a narrativa da centralização do poder e dos **projetos modernizantes** que pretendiam domar o bravo território das fronteiras da nova unidade da federação, que permaneceu fincado em suas raízes históricas e singulares (Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 3 out. 2021).

Segundo Nataniél Dal Moro (2016), discussões sobre a busca pela modernização aparecem recorrentemente para pensar o desenvolvimento das cidades brasileiras no período da Ditadura Civil-Militar, incluín-

do as de médio porte, como Campo Grande. Como consta em diversos suportes documentais, o município recebeu milhares de imigrantes, em grande parte paraguaios, e migrantes da zona rural ou de outras regiões do país, entre as décadas de 1950 a 1980, tornando-se, cada vez mais, uma das metrópoles regionais do centro-oeste brasileiro (Moro, 2016).

Ao mesmo tempo em que se tornava capital do recém-criado estado sulista, houve a intensificação da miséria e pobreza em vários pontos da urbe. O historiador identifica que esta explosão demográfica e o aumento da população em situação de rua intensificaram o surgimento de tensões sociais (Moro, 2016).

Campo grande vem enfrentando ultimamente um sério obstáculo no que se refere à assistência social, e diversos fatores vem contribuindo para tal. Inúmeras vezes, na 14 de Julho e Avenida Calógeras, observamos estirados na calçada, com feridas à mostra, pessoas que nos imploram a caridade. Ora são mulheres com crianças no colo, que “choram a triste sorte”. O que se verifica, também, é que atualmente existe uma área de concentração dos pedintes, na cidade, pelo menos de uma parte deles. O bom observador, irá notar que a Rua Dr. Temistócles, entre a 14 de julho e a Avenida Calógeras, onde funcionou a sede da Copobel, mostra um triste quadro: são quase 40 pessoas que se aglomeram no local. De homens, mulheres e crianças, o “ponto” está repleto (Correio do Estado, 19 nov. 1975).

Notícias do jornal Correio do Estado<sup>29</sup> foram as principais fontes utilizadas por Dal Moro na construção de seu trabalho sobre o cotidiano

---

<sup>29</sup>Com apoio de políticos do sul do Mato Grosso ligados à União Democrática Nacional (UDN), o jornal Correio do Estado foi lançado em 1954, com o objetivo de difundir ideias do partido. De caráter conservador, apoiou o Golpe civil-militar de 1964 e foi um veículo muito importante no processo separatista do estado.

urbano de Campo Grande, entre as décadas de 1960 e 1970. Para ele, este veículo mantinha uma postura bastante forte no sentido de cobrar providências do poder público, da polícia e da sociedade em geral para a expulsão de “imorais” do centro da cidade. O objetivo era edificar a capital, atingindo determinados padrões de civilização moderna e em desenvolvimento, defendidos pelas elites (Moro, 2012).

O CE [Correio do Estado] só não se mostrou divergente em um ponto: sempre defendeu um projeto para a cidade de Campo Grande, o de uma cidade que deveria ser constantemente modernizada. Ao fazer isso teve que combater, sempre, a maior parte do cotidiano das pessoas comuns existentes na urbe, cujas práticas por vezes se afastavam, quase que totalmente, do projeto pensado pelo impresso e que visava edificar uma cidade segundo determinados padrões de ordem e de higiene, progresso e modernidade/modernização à época considerados necessários pela maioria da elite cidadina. Intentando transformar a cidade em um espaço mais civilizado e mais desenvolvido, esse periódico se prestou a divulgar sistematicamente nas décadas de 1960-70 matérias que retratavam as **limitações da urbe na luta pelo progresso** (Moro, 2016, p. 538).

As limitações da urbe para o progresso, a que se refere Dal Moro, seriam as pessoas comuns, as quais o autor especifica como indivíduos sem carteira de trabalho assinada, mendigos de ambos os sexos, moradores de rua, andarilhos, enfermos, indigentes debilitados fisicamente, pessoas embriagadas, vendedores ambulantes e profissionais do sexo (Moro, 2007). Uma parcela da população que infringia o – já citado no capítulo anterior – Artigo 59 da Lei Nº 3.688 de 1941, conhecida popularmente como “Lei de Vadiagem”, incluindo as travestis.

A detenção por desordens, ou por “tirar a ordem”, expressa na breve notícia sobre a prisão de “travestis bagunceiros” a seguir, revela a

continuidade do ideal modernizante ainda na passagem do século. Outro elemento importante a se destacar é a forma debochada como o *Jornal Primeira Hora* se refere às travestis, escancarando um jornalismo transfóbico.

Depois de receber denúncia de que “elementos” (ô termozinho...) estariam promovendo desordens na vila Progresso, policiais foram para o local (onde?) e fizeram a detenção de vários travestis, que foram conduzidos para a Metropol (aí, Mau-mau, cela especial, hein?). Foram detidas a... João José Ribeiro, de 20 anos; a... Nelson dos Santos Serra, 23; a... Rubens Santos Carvalho, 20; e... Elvis da Cruz Parreira, 21 (*Primeira Hora Polícia*, 31 dez. 2000).

O historiador Victor Mariusso (2015) argumenta que a zombaria e a ridicularização das pessoas LGBTQIA+ se configuraram como uma prática comum e recorrente na imprensa brasileira. O veículo *Primeira Hora Polícia* mostra que em Campo Grande, os padrões não foram diferentes.

#### “BOFE” SURRA TRAVECÃO

O Cristiano José Vidal Venceslau apanhou que nem cachorro de um sujeito, depois de muita discussão sobre “negócios”. Ah, o Cristiano, na região das avenidas Afonso Pena e Calógeras, é a conhecida “Cris”, um travecão “dupirú”. Não é que ele resolveu peitar o “bofe” com quem fez um programa na véspera. “Cris” argumentou com o sujeito que cumpriu o combinado. Mas o “bofe”, mau pagador, enfatizou que não poderia pagar o “mixê” por que teve ejaculação precoce (nossa, eu hein!). Depois do bate-bocas, o sujeito resolveu botar prá quebrar, e aplicou sessão de porradas na bicha. Cada uma... (*Primeira Hora Polícia*, 4 jul. 2000).

#### A JIRIPOCA PIOU NO ZOOLOGICO DA COSTA E SILVA, TRECHO DA BICHARADA

Quem voltou para rever os amigos do trecho foi o

Rubens Santos de Carvalho. Ele estava numa prosa animada com os amiguinhos viadinhos ali da Costa e Silva, quando de repente, a jiripoca piou. Confusão dos diabos, chilique dos boiolas, a cena das bichas agitadas no trecho e nesta sobrou pro Marcolino que levou um tiro no braço direito, sendo socorrido por uma equipe do Corpo de Bombeiros e levado direto para o PS da Santa Casa (Primeira Hora Polícia, 20 ago. 2000).

A imagem atrelada às travestis como a figura do bandido ou do assassino, em um discurso hostil e apelativo, foi responsável, como vimos no capítulo anterior, pela exclusão dessas pessoas e da “construção de combate ao outro que se difere de mim” (Mariusso, 2015, p. 48). Mariusso (2015) afirma que esta ação também representa uma forma de violência.

No mesmo período, em contraste à estas publicações estigmatizantes, jornais como a Folha do Povo, já noticiavam denúncias feitas por travestis sobre a grave violência estatal, bem como o surgimento da ideia de uma organização: a Associação de Travestis de Mato Grosso do Sul (ATMS).

A reclamação dos cerca de 150 travestis e 80 garotos de programa da Capital é contra a violência da polícia. [...] O travesti Cristiano, 21 anos, conhecido como Cris, relata que já foi agredido várias vezes por policiais e, por conta do preconceito, quase foi impedido de abrir crediário de calçados. “Açam que porque sou travesti vou dar calotes”, conta. Ele afirma que a meta é organizar um movimento para a criação de uma associação que una homossexuais do sexo masculino, para combater o preconceito e a violência contra travestis, visando, inclusive, à implantação de um disque-defesa para amparar travestis agredidos (Folha do povo, 24 jul. 2000).

## 2.2 A História Oral como método

O principal caminho proposto para a análise da trajetória da Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS) se deu através das narrativas de suas integrantes e fundadoras. Os fios condutores da presente discussão compreendem entrevistas com seis travestis associadas, realizadas por mim entre os anos de 2019 e 2022. Tais depoimentos variam entre as que atuam desde o início da organização, até as que entraram ao longo do tempo. São elas Cristiane Stefanny Vidal Venceslau, Cláudia Assumpção, Daniela Raylana Thaylor, Alessandra de Oliveira, Hellen Kadory e Dayane Vasconcelos. Apresentamos, para além da biografia dessas sujeitas históricas, os processos de fundação, desenvolvimento, atuações e realizações da organização.

Tais testemunhos recompõem histórias individuais e coletivas, evidenciando inúmeras formas de viver e sobreviver, sendo uma pessoa trans, em território sul-mato-grossense. Manifestamos de início que o presente estudo, produzido a partir da metodologia da História Oral, não se propõe a dar voz a estas pessoas. Elas mesmas falam por si e vêm publicizando suas trajetórias em diversos meios de comunicação.

Eu sou Cris Stefanny, sou militante LGBT e fundadora da Associação das Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul. [...] Bom, Mato Grosso do Sul era um estado totalmente arcaico, um estado onde não se respeitava a questão das diferenças e das liberdades de expressão das pessoas... [...] Então a partir de 2002 a gente começa a tomar as ruas... [...] De modo que hoje no nosso estado temos leis, decretos, e órgãos públicos que defendem a pauta LGBT, graças ao trabalho realizado pelo movimento (História LGBT de Campo Grande MS, 2020).

A produção de História Oral de Vida não significa uma compensação para a incapacidade dos depoentes em escrever sobre si mesmos. Este processo consiste em uma análise sistêmica das biografias destes in-

divíduos, visto que são utilizados métodos de pesquisa (Alberti, 2005). Para Verena Alberti (2005), um dos principais alicerces da História Oral é a narrativa, ou seja, o entrevistado transforma e organiza as mais variadas experiências vividas em linguagem. O passado existe independente da ou das narrativas, portanto são “versões” de um mesmo acontecimento. Este argumento norteou-me a não tratar os depoimentos em questão como a própria realidade, mas sim como uma fonte válida que não dará conta de recompor o passado por completo, porém amplifica as possibilidades de interpretação dele. Esta metodologia, que foi inicialmente tratada com desconfiança por produzir fontes carregadas de subjetividades e distorções, hoje nos mostra que até tais aspectos podem gerar boas compreensões, tanto dos valores coletivos, quanto das próprias ações de um grupo (Alberti, 2005).

No caso das integrantes da ATMS, o estudo poderá auxiliar outros campos historiográficos como a história política e cotidiana, resgatando formas de articulação em diferentes camadas sociais, além de enriquecer estudos sobre memória.

Ao mesmo tempo, o trabalho com a História Oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organização e seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade. E porque a memória é mutante, é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História Oral. As disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo (Alberti, 2005, p. 166).

Para Maurice Halbwachs (2006), a memória é compreendida como um fenômeno coletivo, sendo mais rico o processo de reconstrução do passado analisando-o de acordo com pontos de vista compartilhados. Por este motivo, buscamos uma variedade de depoimentos para a escrita da trajetória da ATMS: “Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação” (Halbwachs, 2006, p. 29).

A noção de memória em disputa, proposto pelo sociólogo Michael Pollak (1989), aprofunda o entendimento sobre o múltiplo caráter da memória. Ela pode estar subterrânea, isto é, silenciada, lembrada somente por um grupo e guardada por meios informais de comunicação ou muito conhecida como a memória oficial, fortalecida e de difícil rompimento. A visibilidade das travestis do Mato Grosso do Sul neste trabalho, tais quais suas lutas políticas, são um marco onde as “memórias subterrâneas” emergem nas pesquisas e ruas brasileiras (Pollak, 1989). Como uma disputa de poder, suas narrativas confrontam aquelas construídas a respeito da população travesti no Brasil, a partir de um jornalismo sensacionalista e de um regime autoritário, violento, conservador e estigmatizante.

A História Oral traz também uma especificidade interessante quando consideradas as cargas traumáticas e emocionais presentes em determinados depoimentos. Maria Paula Nascimento Araujo (2012) fala sobre a impossibilidade do historiador em ignorá-las.

Coordenando projetos de pesquisa como o “Marcas da Memória”, produzindo entrevistas com pessoas cujas histórias de vida são atreladas à perseguição política no período da ditadura, e “Vozes de Antígona”, com depoimentos de mães de vítimas de violência de Estado em contexto democrático no Rio de Janeiro, a historiadora registrou fontes orais que, para além de disputar memórias, carregam sentimentos e ressen-

timentos profundos<sup>30</sup>. Para o depoente, narrar o trauma pode ser uma possibilidade de estabelecer uma ponte com o outro, romper muros. Esta narrativa pode ter um sentido de renascer (Seligmann-Silva, 2008).

Ainda de acordo com Araujo, nas narrativas históricas clássicas, as emoções dos cidadãos ilustres foram úteis para explicar certos acontecimentos, diferentemente da população em geral, que até então, não tinha voz e muito menos espaço para sentir. Posteriormente, a historiografia marxista e a Escola Francesa dos Annales, já no início do século XX, adotaram a objetividade como grande eixo da escrita da história, desvalorizando o sujeito e ocupando-se “das grandes massas e movimentos de longa duração” (Araujo, 2012, p. 179). Mesmo que o recolhimento de testemunhos para o melhor entendimento do passado não seja uma novidade do século XX, a partir da Segunda Guerra Mundial, este evento marcou a História Oral “moderna” pela iniciativa de historiadores em buscar relatos para além das elites, e pelas possibilidades trazidas através das novas tecnologias em gravar as entrevistas (Alberti, 2005).

Neste sentido, enxergamos a metodologia de História Oral como uma revolução dentro da historiografia tradicional, que torna possível a visibilidade, no caso das integrantes associadas, de seus propósitos, afetos, sentimentos e traumas. Para Dominik LaCapra (2005), o testemunho traz para o historiador um conhecimento específico que nos transporta para um passado que não pode ser percebido através dos arquivos documentais tradicionais. O depoimento, portanto, assume um papel importante nas pesquisas sobre violência de Estado e história dos movimentos sociais de travestis no Brasil, por mais dolorido que seja o ato

---

<sup>30</sup> Os acervos do Marcas da Memória e Vozes de Antígona se encontram no Núcleo de História Oral e Memória do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (TEMPO - UFRJ).

de narrar. O exercício de escutar tais depoimentos, que abarcam cargas traumáticas, ainda para LaCapra, também é pensado em uma problemática. A escuta faz do historiador uma testemunha secundária do acontecimento, sendo necessária uma compreensão subjetiva e empatia com o que está sendo ouvido (LaCapra 2005).

### 2.3 As depoentes

Entrevistei Cristiane Stefanny Vidal Venceslau pela primeira vez em um local público, ainda em 2019, para a construção de minha monografia sobre sua trajetória política. Com duração de uma hora, o depoimento revelou caminhos que a levaram a idealizar, aos vinte e um anos de idade, um movimento organizado. Posteriormente, nos encontramos mais duas vezes para novas gravações, uma em sua casa, atual sede da ATMS, e a outra no Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) do Mato Grosso do Sul.

A trajetória de Cristiane foi marcada, ainda na pré-adolescência, quando, em 1992, mudou-se com a família do interior da Paraíba para Campo Grande (MS), abrigando-se então na casa de uma tia, no Bairro São Francisco. Seus pais não se adaptaram à cidade, e após dois anos decidiram regressar. “Cris”, como a depoente prefere ser chamada, ficou. Neste período, já havia arrumado dois empregos, um na Floricultura Rosalândia e outro como balconista na lanchonete Gugu Lanches. Foi ausente, em seus primeiros anos na capital, a preocupação com a própria identidade de gênero, visto que a necessidade de arrumar trabalho e moradia eram questões mais urgentes.

[...] claro que nessa idade eu não tinha todo um entendimento sobre a questão da minha vida enquanto pessoa, enquanto gênero, tipo assim, eu estava mais preocupada em questão de como melhorar minha

vida, eu não tinha uma vida sexual (Venceslau, 26 fev. 2019).

No decorrer da entrevista, Cris relata que seu primeiro contato com o universo trans aconteceu nos bares que passou a frequentar ao longo dos anos. Vistas como “exóticas, estranhas, bizarras e ameaçadoras” ou “delinquentes, perigosas e criminosas” (Kulick, 2008, p. 49), o imaginário pejorativo construído e atribuído às travestis, principalmente através da imprensa, parecia estar presente até mesmo no discurso de homossexuais em Campo Grande. Quando começou seu processo de transição<sup>31</sup>, foi alertada que ao tornar-se travesti, poderia ser privada de oportunidades, além de ter seus direitos violados.

[...] Nesse sábado que eu fui, começou a chegar umas mulheres exuberantes, seios grandes, de quadril, todas bonitas, tal, e eu fui fazer amizade. Aí eu lembro que os gays na época, eu era bem novinha, eu tinha o que... Quinze ou dezesseis anos na época eu acho e existia muita resistência, os gays falavam pra não falar com elas, “ai, porque elas são diabólicas, porque elas matam, roubam e andam com gilete”, enfim, toda aquela coisa... [...] E eles diziam: “ah, porque você não vai poder entrar no shopping, não vai conseguir emprego, né, e fora a violência policial, porque aqui o DEOPS, que era a delegacia de Ordem e Política Social aqui de Campo Grande descia o sarrafo mesmo, batia, espancava, torturava e tal... (Venceslau, 26 fev. 2019).

---

<sup>31</sup> Atualmente, a transição de uma pessoa trans é o processo pelo qual o indivíduo começa a viver conforme sua identidade de gênero, podendo envolver diferentes dimensões: a transição social – mudanças no nome, pronomes, vestimenta, modo de falar ou agir, entre outros aspectos sociais; a transição legal – alteração de nome e gênero em documentos oficiais, como RG, CPF e certidão de nascimento e a transição médica – para quem deseja e tem acesso, pode incluir terapia hormonal, cirurgias e acompanhamento psicológico.

Esta transição, realmente, provocou desemprego e vulnerabilidade, levando Cris a passar mais de doze anos na prostituição. Foi neste período que, segundo ela, sentiu a violência abusiva da polícia.

[...] a questão da violência policial eu não só presenciei várias delas como também fui vítima de algumas delas, né... É claro que a pior de todas é a violência física, mas também tinha a violência verbal... (Venceslau, 26 fev. 2019).

Em sua notória trajetória como líder da ATMS, Cristiane foi a primeira travesti nomeada para um cargo executivo municipal (2015), como Coordenadora de Políticas Públicas LGBT na Subsecretaria Municipal de Defesa dos Direitos Humanos de Campo Grande, e chegou, entre os anos de 2012 e 2016, à presidência da Associação Nacional das Travestis (ANTRA). Em 2022, finalmente realizou o sonho de ingressar no curso de Direito.

Cristiane foi a porta de entrada para o contato com outras associadas, compartilhando o nome das que, segundo ela, atuaram ao seu lado de forma ativa em muitos projetos. Cláudia Assumpção e Daniela Raylana Thaylor, integrantes desde 2001, Alessandra Oliveira, desde 2004, Hellen Kadory, desde 2007 e Dayane Vasconcelos, desde 2013, demonstraram interesse em relatar suas trajetórias, auxiliando no desenvolvimento desta pesquisa.

---

Nem todas as pessoas trans passam por todas essas etapas. Cada transição é singular e depende de fatores pessoais, sociais, culturais e econômicos.

Devido ao isolamento social implantado entre os anos de 2020 e 2022, referente à pandemia do COVID-19, algumas entrevistas foram realizadas à distância<sup>32</sup>, via plataformas de interação online. Ricardo Santhiago e Valéria Magalhães (2020) refletem sobre o papel do corpo na História Oral e uma possibilidade de acordo entre o ambiente virtual e os princípios da metodologia. Os autores concluem que o físico não é desmaterializado no espaço remoto, mas sim reconfigurado, preservando alguns aspectos que devem ser levados em conta na produção de fontes orais, potencializando a ligação entre o entrevistador e o entrevistado. Eles também afirmam que as mudanças tecnológicas orientam hábitos, e os historiadores orais não devem estar alheios a tais avanços, parando no tempo junto ao gravador.

As novas tecnologias não podem ser ignoradas, sobretudo em situações nas quais consistem na única forma de viabilização da pesquisa. O recurso virtual deve ser entendido como mais uma ferramenta a aproximar entrevistador e entrevistado, um recurso de coligação útil, um caminho para o entendimento das complexas interações e dos pontos de vista sobre a história que não estariam disponíveis de outra forma (Santhiago; Magalhães, 2020, p. 11).

Os depoimentos de Daniela Raylana Thaylor e Alessanda Oliveira foram gravados em um encontro presencial e noturno, próximo à Avenida Costa e Silva, área tradicionalmente conhecida pelos pontos de prostituição. Por trabalhar há mais de trinta anos na região, Raylana, como prefere ser chamada, é tratada com respeito pelas profissionais do sexo que apareceram durante o tempo que estive no local, sendo chamada de “madrinha” e recebendo reverências. Raylana começou seu proces-

---

<sup>32</sup> Foram realizadas à distância as entrevistas com Cláudia Assumpção, Helen Kadory e Dayane Vasconcelos.

so de transição ainda na adolescência, sem acompanhamento médico e escondida da família, que pouco tempo depois a expulsou de casa. Assim como Alessandra Oliveira, mudou-se ainda menor de idade de Corumbá (MS) para Campo Grande, onde começou a trabalhar na prostituição.

Minha chegada mesmo na rua foi complicada, não tenho a data certa, mas foi em 1989 que eu vim. Eu comecei a trabalhar na Avenida Calógeras, na prostituição, lá realmente também era muito violento... [...] Eu ficava sozinha na época, mas depois foram chegando outras meninas, montamos um pontinho das corumbaenses (Thaylor, 17 mar. 2022).

Após algumas tentativas frustradas de ir para a Europa, em busca de melhores condições de trabalho, realizou um curso de cabeleireira. Trabalhou por muito tempo em um salão de beleza, mas precisou voltar para as ruas quando ficou responsável por cuidar de seus sobrinhos, conciliando o emprego formal durante o dia e o trabalho no ponto a noite. Atualmente Raylana vende salgados todas às terças e quintas-feiras nos arredores da Avenida Costa e Silva, sentada em uma mureta, sendo um ponto de apoio para as meninas no local, além de distribuir camisinhas para a proteção das “afilhadas”, que estão na prostituição.

Vítima de diversas batidas policiais, Alessandra Oliveira relata que algumas vezes os agentes “vinham com tudo”, levando todas as travestis e profissionais do sexo para o “paredão”. Outras vezes as levavam para longe do centro, em uma tentativa de higienizar a cidade. Ao longo da entrevista, conta que foi vítima de diversos abusos policiais, testemunhando que o medo de estar nas ruas era constante. De acordo com a depoente, tais episódios aconteciam com muita frequência antes da criação da ATMS.

Nessa época a polícia apavorava, os meninos saíam do quartel e praticavam violência contra nós... Era a época da ginástica, a gente corria e corria da polícia,

corríamos até de carro de bombeiro... (Oliveira, 17 mar. 2022).

Internada aos onze anos em uma clínica psiquiátrica por “se comportar como menina”, a travestilidade de Cláudia Assumpção não fugiu ao estigma patológico atribuído à sua comunidade. Após cinco anos tratando uma doença inexistente, voltou para a casa da família assumindo de fato quem era: uma travesti.

O meu pai me internou com onze anos em uma clínica de psiquiatria porque achava que eu era doente, fiquei cinco anos tratando de uma doença que eu nunca tive... Nunca existiu... Mas eu pego o bom disso, porque quando eu voltei pra casa da minha família eu já voltei com outra ideia, me assumi mesmo travesti que era de fato quem eu era, eu tinha vários apelidos na escola mas não sabia quem eu era... E depois eu sabia quem eu era, travesti e fiquei bem resolvida (Assumpção, 26 abr. 2021).

Esta autoafirmação fez com que, aos dezesseis anos, fosse expulsa da escola e interrompesse seus estudos. O preconceito e a falta de formação profissional a excluiu do mercado de trabalho formal, sendo jogada compulsoriamente para a prostituição. Atualmente, a partir de uma trajetória extensa de militância política, Cláudia exerce o cargo de Coordenadora de Políticas Públicas LGBTQIA+ no município de Dourados (MS).

A entrevista com Hellen Kadory aconteceu em duas etapas, sendo a primeira de forma remota, e a segunda em sua casa, nos fundos do *pet shop* em que trabalha. Aos cinquenta anos e natural de Campo Grande, a depoente afirma que apesar das dificuldades em ser uma travesti preta no Brasil, tem orgulho de ser quem é. Nasceu em uma família de classe média baixa, que apoiou o seu processo de transição quando ainda era adolescente. A aceitação de seus pais, exceção à regra da maioria das tra-

jetórias trans, não foi o suficiente para desviá-la do caminho da prostituição, visto que, durante muito tempo, não encontrou lugar no mercado de trabalho formal. Nas ruas, foi vítima de diversas violências e acabou se tornando adicta.

Nasci dentro de uma família que nunca foi rica, nunca foi pobre, mas que sempre me deu condições. Aos meus dezessete anos descobri a minha transexualidade e comecei a frequentar casas noturnas, guetos de boates gays, como era falado antigamente, GLS, e fui me descobrindo... Comecei a usar hormônios, e quando vi, já tinha me tornado uma mulher travesti. Todo início é meio complicado dentro da família, mas tive apoio dos meus familiares, e por incrível que pareça, eu tive primeiro a aceitação do meu pai. Esse apoio me deu uma força maior para continuar... Esse apoio é fundamental, mas mesmo assim, mesmo com esse apoio, eu acabei indo para a prostituição. [...] Eu não me identificava com aquilo ali, eu não queria, não gostava daquilo, de ser profissional do sexo, aquilo me incomodava muito, então estar ali nas ruas era uma revolta pra mim na época. E foi nesse momento que eu conheci as drogas, e aí que foi a ladeira abaixo... Só que aí entra na minha vida a Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul, a Cris começou com aquele assunto, eu mesma não acreditava naquilo, “travesti ter direito?” (Kadory, 10 mai. 2021).

Hellen se tornou uma artista e performer conhecida no meio LGBTQIA+ em Campo Grande, e já atuou no cargo de Presidente do Fórum Estadual LGBT do Mato Grosso do Sul.

Dayane Vasconcelos escolheu não comentar sobre sua infância e juventude, preferindo narrar sua vida a partir do início de sua militância, no 6º Congresso do Movimento Sem Terra (MST), que aconteceu em Brasília, no ano de 2013. Ao retornar para Mato Grosso do Sul, relata que procurou fazer parte da ATMS, integrando diversos projetos.

[...] quando eu retornei ao Mato Grosso do Sul eu precisava de um rumo, alguma coisa que me incentivasse a sair da rua, da prostituição... Do mundo da prostituição... E eu vi a ATMS com essa intuição, com esse intuito, de me fortalecer na militância, lutar pelos direitos da população LGBT e também de ter ali do meu lado pessoas que queriam me ajudar a sair desse mundo da prostituição. Esse foi um dos incentivos que eu tive pra militar... [...] A ATMS também me ajudou muito, na verdade ela foi um dos pontos iniciais da minha vida, eu não tinha estudo... Eu vivia da prostituição, e isso foi uma das coisas que eu consegui largar, as duas organizações me ajudaram, hoje eu me sinto ATMS e me sinto MST, as duas organizações me representam e conseguiram me tirar do mundo da prostituição (Vasconcelos, 30 abr. 2021).

José Carlos Sebe Bom Meihy (2010) afirma que o desvio, o lapso, o silêncio, os esquecimentos, as contradições e até o apagamento podem se tornar matéria passiva de análise na metodologia da História Oral. Através das palavras de Dayane, consideramos que a opção em não compartilhar vivências anteriores à experiência de integrar a Associação pode estar aliada a diversos significados, entre eles, a rejeição e o desgozo da vida na prostituição.

Ao analisarmos o perfil das depoentes, nota-se que as suas histórias de vida, antes da criação da ATMS, não fogem ao padrão apresentado por Bruna Benevides nas últimas edições do Dossiê da Associação Nacional das Travestis (ANTRA). Como consequência de uma longa história de exclusão, a pesquisadora afirma que travestis e transexuais brasileiras têm enfrentado níveis assustadores de rejeição familiar, geralmente, desde a mais tenra idade. Tal fato tem um impacto devastador em suas vidas, isolando-as dos espaços sociais essenciais ao seu bem-estar, além de provocar um aumento das dificuldades de acesso e continuidade na formação escolar. Nota-se que pela falta de suporte, a qualificação

profissional se torna inviável, impondo-lhes uma interrupção do processo de acesso à cidadania (Benevides; Nogueira, 2021).

No Brasil, 90% das travestis e mulheres transexuais ainda vivem da prostituição, que acontece majoritariamente nas ruas, durante a noite. Esta exposição aumenta ainda mais a vulnerabilidade diante das inúmeras violências físicas e psicológicas a que são submetidas, e que resultam em mortes, muitas vezes. Todo este contexto se insere no que Benevides chamou de “processos de precarização e vulnerabilização de pessoas trans” (Benevides; Nogueira, 2021, p. 37).

## **2.4 Violência de Estado contra as travestis campo-grandenses: os arrastões da DEOPS**

Segundo Naldson Ramos da Costa (2004), em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o ofício da Polícia no controle social esteve fortemente associado ao seu passado autoritário e violento, marcado pelo uso ilegítimo da força (Costa, 2004). Além disso, as rondas e operações de caça aos segmentos marginalizados em grandes centros urbanos, recorrentes durante a Ditadura Civil-Militar, parecem também ter influenciado as condutas dos agentes de Estado. Após o surgimento, no final dos anos 1980, da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social do Mato Grosso do Sul (DEOPS/MS), perseguições ostensivas, prisões em massa e espancamentos às travestis, conhecidos popularmente como “arrastões”, tornaram-se comuns nas ruas de Campo Grande.

Estas batidas aconteciam semanalmente no período noturno e eram, segundo as depoentes, realizadas pelos policiais deste departamento. Passando por pontos de prostituição da capital, os policiais recolhiam travestis, profissionais do sexo, pessoas em situação de rua, ou qualquer indivíduo “suspeito” presente no local.

Nós não podíamos ficar paradas... Já era uma dura, não podia ficar parada, não podia sentar igual a gente está aqui agora. Você tinha que estar atenta, você via a polícia e corria. Na época era a DEOPS, não deixava a gente ficar na rua, era terrível... Era um terror mesmo... (Oliveira, 17 mar. 2022).

Jogadas nas viaturas de forma agressiva e amontoada, essas pessoas eram submetidas a diversas categorias de violência. Cristiane Stefanny cita como exemplo a condução irresponsável e perigosa das viaturas, em que os agentes praticavam “cavalinho de pau”, levando-as em direção a fora da cidade, geralmente nas BRs (rodovias federais), onde realizavam sessões de tortura e espancamentos. As travestis eram tratadas com mais crueldade, principalmente as que estavam com as próteses de silicone, pois, de acordo com a depoente, os policiais sabiam que poderiam amassar ou deformar.

A coordenadora do programa Eros do Ibiss [Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável], de prevenção à DST/Aids entre travestis e michês, Edna Lopes, afirma que, embora nunca tenha testemunhado nada, já ouviu vários relatos sobre violência policial. “Quando está se aproximando o dia de *arrastão* eles já ficam apavorados!”, afirma, explicando que o termo é aplicado às rondas em que, segundo eles, os policiais da Delegacia de Ordem Pública e Social (DEOPS) enchem o camburão com homossexuais para submetê-los a humilhações e até espancamentos. [...] O travesti Cris relata que várias vezes já foi humilhado e apanhou de policiais em dias de *arrastão*, chegando a registrar queixa contra os agressores. Pela mesma situação afirma ter passado Natália, 20 anos... (Folha do Povo, 24 jul. 2000).

Hellen Kadory cita situações em que eram deixadas nuas nas estradas ou obrigadas a fazer a limpeza das delegacias, sendo liberadas no outro dia pela manhã. “Na época da DEOPS a gente sofria o tal *arrastão*

que faziam com a gente, colocavam vinte travestis no camburão, levava pra lavar a delegacia, lavar o camburão, ou deixava nas estradas, nuas...” (Kadory, 10 mai. 2021).

Através do pioneirismo de Cristiane, veremos no próximo tópico uma iniciativa de luta pelo fim de tais práticas policiais abusivas, aliada à reivindicação de direitos e respeito, não só para as pessoas trans, mas toda a comunidade LGBTQIA+ da região sul-mato-grossense.

## **2.5 Surge a Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS)**

A idealização da ATMS partiu de Cristiane, após sua participação no VIII Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta contra a AIDS (ENTLAIDS), ocorrido na cidade de Cabo Frio (RJ), em julho de 2000. Sua ida ao evento foi financiada pelo Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro Oeste (IBISS-CO)<sup>33</sup>, que na época realizava um projeto de prevenção ao HIV com as travestis profissionais do sexo de Mato Grosso do Sul.

E eu tinha ido pra esse evento, inclusive realizado pela Jovanna Baby, em 2000, lá no Rio de Janeiro, em Cabo Frio, lá eu encontrei em média de umas 280 pessoas travestis do Brasil inteiro, que debatia, discutia e falava de direito e tal e eu conheci uma pessoa que pra mim foi motivo de inspiração até pra voltar a estudar e tudo mais, que foi a Janaína Dutra, a primeira ad-

---

<sup>33</sup> O Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro-Oeste (IBISS-CO) é uma instituição sem fins lucrativos, criada em 1993. Sua atuação foi fundamental na promoção de debates e fortalecimento de organizações que hoje lutam por direitos, especialmente na região Centro-Oeste brasileira e nas fronteiras com o Paraguai e a Bolívia. promoção de debates e fortalecimento de organizações que hoje lutam por direitos, especialmente na região Centro-Oeste brasileira e nas fronteiras com o Paraguai e a Bolívia.

vogada travesti no Brasil. [...] E o mais interessante é que eu mesma, tipo assim, na minha inocência e até mesmo começando meu processo, porque eu tinha o que... dezenove anos pra vinte anos, e tava ainda no processo de hormonização, ainda não tinha silicone e tal, eu estava em um processo de aprendizado, né, mas era uma pessoa de um conhecimento espetacular, então aquilo foi me encantando, aquele grupo e aquele número imenso de pessoas, todas travestis em sua grande maioria, a maioria das falas eram delas, as mesas tinham seus convidados de outras ONGs, de outros movimentos, mas a fala em si, o empoderamento era dessas trans mais antigas, eu lembro da Jovanna, a Janaina Dutra, tinha várias outras nesse processo, eu não me lembro o nome de todas agora... Luciana Lins e tantas outras... E eu me encantei com aquilo ali... (Venceslau, 26 fev. 2019).

A depoente volta para Campo Grande influenciada pelos debates do encontro, idealizando um movimento organizado que poderia combater os arrastões. As discussões pré-formação da ATMS aconteceram ainda no ano 2000, durante as reuniões do “Projeto Eros”<sup>34</sup>, entre travestis que há algum tempo já denunciavam condutas violentas por parte da segurança pública.

Tanto que através desse mesmo projeto eu exigi, já que tinha recursos, pra gente poder fazer as reuniões pré-formação da ATMS. E foi com esse recurso que a gente pagava o *coffee break*, porque assim, a gente ia para as atividades do projeto, mas tirava uma parte, uma hora, uma hora e meia pra debater a questão específica da criação da ATMS, inclusive alugando carro,

---

<sup>34</sup> Promovido pelo IBISS-CO, a denominação inicial “Projeto Eros” era equivocada, segundo Cristiane, visto que buscava promover uma ação de prevenção à profissionais do sexo masculinos nas ruas de Campo Grande, os quais se referiam às travestis. A instituição ainda realiza este tipo de ação em campo, atualmente chamado de “Projeto Afrodite: papeando na pista”.

vale transporte, essas coisas, pra que as meninas pudessem se deslocar até a sede do IBISS-CO na época, e aí depois da criação da ATMS a gente começou a andar e caminhar por conta própria (Venceslau, 26 fev. 2019).

A formalização da Associação, em 13 de janeiro de 2001, com 47 afiliadas, ocorreu durante o mandato do ex-governador José Orcírio Miranda dos Santos (1999-2006), mais conhecido como Zeca do PT, que trazia propostas populares. De acordo com Cris, o contexto político fez com que ela e suas companheiras se sentissem mais confiantes para mobilizarem-se.

Em julho de 2001, a ATMS participou da Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cuja deliberação foi o debate entre representantes das comunidades afrodescendentes, indígenas e LGBT+. Na ocasião, Cristiane mencionou o nome de um policial específico da DEOPS como principal agente dos abusos contra as travestis em Campo Grande. Sua fala foi publicada posteriormente em vários jornais da capital sul-mato-grossense, criando-se a necessidade de ser incluída no serviço de proteção à testemunha.

A travesti Cris Stephanny, da Associação dos Travestis de Campo Grande, denunciou ontem a violência praticada pela polícia e mencionou o policial da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (DEOPS) Maurício Scaf como o principal agressor do segmento (Correio do Estado, 10 jul. 2001).

Cristiane alega que a perda da identidade e a inevitável distância da Associação foram os motivos que a levaram a não aceitar o serviço do Programa de Proteção a Testemunhas (PROVITA)<sup>35</sup>, no entanto, rece-

---

<sup>35</sup> Programa de Proteção a Testemunhas (PROVITA), criado e gerenciado pelo Ministério dos Direitos Humanos.

beu auxílio e assistência da chamada “P2”, Polícia Descaracterizada, pelo período de três anos.

Foi um inferno, uma coisa bem horrível. A polícia descaracterizada ficava na minha porta vinte e quatro horas por dia, eu ficava recebendo uma ajuda do governo pra ficar em casa escondida, isso quase durante três anos, eu só saía escoltada praticamente. Foi um inferno, um período bem complicado e a gente da ATMS ainda não tinha se fortalecido tanto, porém, tinha uma coisa interessante que era a união, a gente decidiu não parar, a gente protestava nas delegacias, se uma era detida, a gente procurava os direitos, íamos na defensoria, na promotoria, a gente fazia manifestação na Secretaria de Segurança Pública em relação à violência policial, aquela coisa toda, e as denúncias constantes através das corregedorias, inclusive passei a ser conhecida, “ah, chama aquela barraqueira da Cris Stefanny” (Venceslau, 26 fev. 2019).

A sede da ATMS funcionou por muito tempo no Bairro Amambai, sendo um período na Rua Nicolau Fragelli, e outro na Rua Vasconcelos Fernandes. Ter um lugar próprio simbolizou a autonomia do movimento frente ao IBISS-CO, no entanto, o medo foi o principal fator para que nunca houvesse uma placa com o nome da Associação na fachada. As assembleias eram marcadas com antecedência de quinze dias, e as reuniões aconteciam conforme a necessidade. Todos os encontros direcionados para a realização de projetos eram muito organizados, havendo a divisão de tarefas, geralmente indicadas por Cristiane. O financiamento vinha, na maioria das vezes, do Ministério da Saúde a partir das políticas públicas para prevenção ao HIV e ISTs.

Cristiane revela que uma vez por semana as associadas passavam em todos os pontos de prostituição da cidade, conversando com as travestis profissionais do sexo sobre a importância do uso do preservativo, de como deveriam se comportar frente a ameaças e as convidando para

integrar o movimento. Este também era o momento em que recebiam denúncias e pedidos de orientação.

[...] acontecia muito assim, de eu ir entregar preservativo e de repente ter cinco ou seis assim em uma esquina e aglomerava todas ali e uma fazia uma denúncia, a outra fazia um pedido e tal, ou pedir uma orientação, ou era coisa de médico e tal, e a gente ali mesmo já fazia alguns encaminhamentos e tal... Eu anotava já algumas coisas pra encaminhamento (Venceslau, 14 abr. 2020).

Em 2002, a ATMS atingiu o número de 150 associadas e influenciou a formação de outras duas associações: a Associação Corumbaense de Gays, Lésbicas e Travestis (ACOGLT) e a Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneros de Dourados (AGLTD).

## **2.6 “Eu sou uma militante”: espaços de formação política**

Cláudia Assumpção relata que seu primeiro contato com a ATMS aconteceu em 2001, em um seminário sobre saúde da população trans no Hospital São Julião. Este foi também o dia em que conheceu Cristiane e entrou para a Associação. Impressionada com a quantidade de travestis reunidas por uma causa, passou a frequentar outras reuniões e encontros. A depoente relembra o momento em que Cristiane a inscreveu, neste mesmo ano, para o IV Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta contra a AIDS (ENTLAIDS), realizado no Rio de Janeiro.

[...] ela me inscreveu num encontro nacional naquele mesmo ano em 2001, lá no Rio de Janeiro e eu fiquei muito feliz que lá no Rio de Janeiro tinham mais de oitocentas travestis e transexuais, que era um evento nacional pra discutir políticas de saúde para mulheres travestis e transexuais no país, era o ENTLAIDS... [...] eu lembro que falei “nossa, Cris, eu nunca ima-

ginei que a gente tinha tanto direito”, porque a gente sempre foi muito excluída da sociedade, de tudo... [...] E com esses eventos que eu comecei a participar, foi abrindo um horizonte na minha cabeça, eu pensei “meu Deus, a gente pode tanta coisa” [...] Foi, pra mim foi muito bom, naquela época, 2001, faz vinte anos já isso... Eu nem imaginava que a gente tinha tanto direito... Aí quando eu comecei a viajar com a Cris, ela me levava para os eventos estaduais, municipais e nacionais, e eu achei muito bom porque ela quis de fato me ajudar... Pra sair da invisibilidade... [...] Aí eu criei uma meta também, porque eu fiquei muito feliz de ver pessoas iguais a mim... Mas a gente ia ter que lutar, porque o nosso estado é um estado preconceituoso também, conservador e de fronteira... Tudo é mais difícil pra nós... (Assumpção, 26 abr. 2021).

Cláudia Assumpção afirma que presenciou muitos arrastões cometidos pelos agentes de segurança pública do Mato Grosso do Sul, e nunca se deixou intimidar. A consciência militante adquirida nos encontros e reuniões, no entanto, a auxiliou a se posicionar frente a tais ameaças e violências.

Teve uma vez que eles estavam fazendo uma *blitz* na rua e um tenente Polícia Militar quebrou o braço de uma travesti com cacete, bateu nela até quebrar o braço... E eu chamei um táxi, coloquei ela num táxi e levamos ela pra delegacia, primeiro fomos pro hospital, ela fez o corpo de delito e depois pra delegacia, pra fazer o boletim de ocorrência, no outro dia eu levei isso pro batalhão e aí esse tenente começou a me ameaçar. Eu não me intimidei e aí fui na delegacia fazer o boletim de ocorrência contra a ameaça e deixei escrito lá que se eu amanhecesse morta quem tinha me matado era o tal... E aí ele foi embora da cidade... (Assumpção, 26 abr. 2021).

Da mesma forma, Dayane Vasconcelos afirma que entrar em contato com integrantes e reuniões da ATMS a fez enxergar uma posição militante que gostaria de exercer.

Mas o incentivo mesmo veio depois da ATMS, eu vi as meninas lutando pela causa, como eu era pessoa do interior, no interior não tem tanto isso, então eu senti que era aquilo que eu precisava para mim, eu senti que eu precisava ser uma militante, precisava me pôr, precisava lutar por alguma causa e a minha causa era a LGBT, né... Eu participava das reuniões ali na Fernando de Vasconcelos, né, no bairro Amambá... A gente fazia muitos trabalhos de conscientização com a população trans das ruas a noite, como elas deviam se comportar, suas vestimentas, a gente conversava com elas, a gente fazia a Blitz Solidária junto com a Polícia Militar, junto com a Guarda Municipal de Campo Grande, a gente saía pra todas as ruas de prostituição de Campo Grande e conversava, conscientizava, a gente falava sobre o HIV, sobre as infecções sexualmente transmissíveis, né, o uso do preservativo, gel, essas coisas, né, a gente fazia muito isso... Então assim, a gente andava em todos os pontos, a gente varava a noite tinha vez... (Vasconcelos, 30 abr. 2021).

A pesquisa de Alessandro Soares Silva e Renato Barboza (2009) sobre as edições do ENTLAIDS, aponta que a maioria das participantes não demonstrava interesse inicial em integrar ações coletivas ou de movimentos que necessitassem de empenho pessoal. A maioria comparece pela primeira vez por curiosidade ou como acompanhante, mas ao final dos encontros, acabam se comprometendo com as bandeiras e questões que orientam os segmentos reunidos. Para os pesquisadores, estes eventos apresentam-se como um espaço de reconfiguração identitária. Observa-se que, com base na participação no movimento, travestis passam de vítimas a agentes de pressão sobre o próprio governo, sem esperar

que este venha naturalmente tomar sua defesa em diversos aspectos da vida cotidiana (Silva; Barboza, 2009).

Mas quando percebem a importância de sua atividade política para a superação de práticas grupais firmadas no preconceito de outros, em estigmas, elas vão atuar no grupo como agentes de saúde e facilitadoras de ocasiões de conscientização para outras trans. [...] A militância lhes permite ocupar um lugar questionador, capaz de dizer publicamente sobre si e sobre aquilo que desejam para si. Nesse sentido, a luta militante lhes possibilita participação ativa em processos de formulação de políticas públicas a cada vez que pensam ações possíveis de governo, mas também em um controle social efetivo daquelas políticas públicas que são implementadas. [...] A prática militante tem produzido efeitos no processo de conscientização política das trans que dele participam e faz que elas busquem diuturnamente construir estratégias eficazes para a superação da dialética da exclusão/inclusão social (Silva; Barboza, 2009, p. 271).

A pesquisadora e militante Keila Simpson (2019) faz uma crítica, no entanto, à compreensão de que o ativismo travesti tenha se caracterizado como um empoderamento tutelado pelas políticas públicas de combate ao HIV. Como vimos no capítulo anterior, a mobilização das pessoas trans no Brasil foi anterior à epidemia, pelo embate com a polícia e o enfrentamento contra a violência estatal. “O cenário das ruas, da prostituição e das performances da noite foi, sem dúvida, o mesmo que transformou as avenidas em luta política por direitos de ser, expandindo, muitas vezes, o direito a existir” (Simpson *et al.*, 2019, p. 9).

Simpson acrescenta que a participação das travestis em espaços de discussão de políticas de enfrentamento ao HIV se configura como um exercício de aprendizagem das ferramentas conceituais e modos de funcionamento de gestão, que posteriormente serão aprimorados (Simpson *et*

al., 2019). O apoio do IBISS-CO e a participação em encontros nacionais, portanto, foram para as travestis da ATMS como espaços de formação militante, onde, segundo as depoentes, compreenderam-se como cidadãs e criaram ferramentas mais eficazes para a reivindicação de seus direitos.

## **2.7 Relações de afeto e união entre associadas**

De acordo com Cristiane Stefanny, o período de criação da ATMS foi muito complicado, principalmente pelo aumento da violência em consequência das denúncias. Através da imprensa, a depoente tentava alertar sobre tais represálias, que incluíam ameaças, xingamentos e agressões físicas.

Nós fazemos as denúncias, confirmamos o nome dos agressores, um a um, e com o passar do tempo, nada é feito para que eles mudem esse tipo de atitude ou para que sejam punidos. A cada denúncia, sofremos represálias e ameaças por parte deles (*Midiamaxnews*, 10 dez. 2002).

O fortalecimento da Associação, ao longo dos seus primeiros anos de atuação, segundo Raylana, esteve diretamente ligado a esta ofensiva, promovendo uma união ainda maior entre as travestis. Outra condição a intensificar esta unidade, citada pela depoente, foi a realização, em 2004, do XI Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta contra a AIDS (ENTLAIDS) na capital sul-mato-grossense.

Aí saímos da Calógeras para a Costa e Silva por conta da violência, aí também fomos mal recebidas pelas meninas daqui... Mas aí a gente acabou tendo que se unir porque aí começou a ATMS, começou os projetos, a Cris começou a reunir as pessoas pra participar, que muitas não acreditavam na ATMS... Muitas das vezes não dava importância. Foi muito difícil porque a gente convidava e ia uma ou duas, até que a polícia começou a incomodar aqui também, aí que começaram a se unir todas por uma causa maior... (Thaylor, 17 mar. 2022).

É possível perceber, em todas as entrevistas, uma grande admiração pelo trabalho e pioneirismo de Cristiane. Hellen Kadory afirma que

Eu mesma era uma pessoa que não acreditava naquilo ali, né? De travesti ter direito? A gente mal podia andar na rua naquela época. Era espancada por polícia, por homens, sofre todo tipo de violência, hoje muito mais moderado, mas eu não acreditava naquilo. E a Cris... Eu tenho muita admiração pela Cris, hoje nós somos parceiras, somos irmãs, pelo trabalho que ela fez. Eu me sinto um resgate da ATMS, por isso eu defendo essa instituição com unhas e dentes. Um dia a Cris me chamou pra trabalhar num projeto dentro da ATMS, e foi aí que eu comecei a me interessar por política, que eu comecei a ver que nós temos sim direitos, né? Nós não somos diferentes de ninguém, eu não quero agredir ninguém com o que eu sou, eu não quero prejudicar ninguém com o que eu sou. E a gente começou a trabalhar, e aí eu comecei a me interessar, voltei a estudar, e mesmo com as minhas recaídas, e tal, a Cris foi uma pessoa que nunca me abandonou (Kadory, 10 mai. 2021).

Dayane Vasconcelos relata um aspecto afetivo e emocionante sobre a relação de irmandade entre as integrantes associadas. Uma das ações mais bonitas da ATMS, para ela, é a de arrecadar fundos para o velório e enterro das travestis que não possuem famílias. Este ato representa verdadeira lição de humanidade.

A gente fez vários trabalhos voluntários pra enterrar nossas companheiras, as nossas irmãs... Que é como a gente se chama, quando uma travesti se encontra com outra na rua a gente se apresenta e aí uma começa a chamar a outra de irmã, e como papel de irmã a gente dá um velório digno às nossas travestis mais antigas, que passaram pela ATMS, que fizeram trabalho voluntário, e pra essas muitas outras também, mesmo que a televisão fizesse o papel de só falar mal a gente ia atrás, passava horas na frente da prefeitura

com a assistente social, tudo isso a gente corria atrás pra dar um velório digno pra cada travesti que se foi desse mundo nosso... (Vasconcelos, 30 abr. 2021).

Assim como conclui a análise de Keila Simpson (2019) sobre movimentos trans em todo o Brasil, ao reconstruirmos a história da ATMS, também observamos um ativismo solidário, autônomo e sobrevivente.

## **2.8 Realizações e relações com o poder público**

Em um panorama geral sobre a trajetória da ATMS, podemos listar diversas realizações. O ano de 2001 foi marcado pela participação da Associação no “Grito dos Excluídos”, evento organizado anualmente pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (Correio do Estado, 7 set. 2001) e pelo protesto contra o adiamento do julgamento de “Careca”, conhecido como matador de travestis (Correio do Estado, 6 mar. 2001). Em 2002 destacamos a realização do primeiro ato pela livre expressão sexual, que nos anos seguintes ficou conhecida como Parada da Cidadania LGBTQIA+ de Campo Grande (Correio do Estado, 30 jun, 2001). Ainda hoje a Associação é organizadora deste evento, que em 2022 completa sua décima nona edição<sup>36</sup>.

Em novembro de 2003, representando a ATMS, Cristiane foi recebida em audiência especial na Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) para uma reunião sobre os crimes cometidos contra as travestis (Correio do Estado, 29 nov. 2003). Pelo menos trinta travestis da ATMS protestaram em frente à SEJUSP, em 2004, pedindo segurança para as profissionais do sexo na Avenida Costa e Silva (Campo Grande

---

<sup>36</sup> Os eventos “Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande”, “Concurso *Miss Trans e Miss Plus Size Trans MS*” e o “Show da Diversidade” serão analisados no Capítulo 3 desta dissertação.

*News*, 26 fev, 2004) e neste mesmo ano, a Associação conseguiu que o XI Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta contra a AIDS (ENTLAIDS) acontecesse na capital sul-mato-grossense (Antra, 2022). Em março de 2005, a organização se manifestou contra um salão de beleza que negava atendimento às travestis (Primeira Hora, 10 mar. 2005), e em dezembro do mesmo ano realizou, junto a outras quatorze entidades, um projeto de capacitação e formação profissional (MSNotícias, 23 dez. 2005). Em 2006, o jornal *Correio do Estado* dedica uma página inteira a uma entrevista com Cristiane<sup>37</sup>, intitulada “Quem é íntegro não discrimina” (*Correio do Estado*, 27 mar. 2006).

Mencionamos a formulação da Lei Estadual 3.157, sancionada em 2005 durante o governo de José Orcírio Miranda dos Santos (PT), dispondo de medidas de combate à discriminação devido à orientação sexual no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul. Esta iniciativa serviu como porta de entrada para a formulação de novas leis e decretos, a fim de inibir o preconceito e a violência contra os segmentos LGBTQIA+. Listamos a Lei 3.287/2006, que tornou obrigatória a disciplina de Relações de Gênero no currículo dos cursos de formação de policiais civis, militares, bombeiros e delegados do Estado, e a Lei 3.416/2007, acrescentando à anterior a disciplina de combate à homofobia.

Cláudia Assumpção afirma que a formulação dessas leis foram as iniciativas mais significativas para a diminuição da violência policial contra as travestis no estado, rompendo uma herança histórica do autoritarismo estatal. De autoria conjunta entre a ATMS e o então deputado estadual do Mato Grosso do Sul Pedro Kemp (PT), este fato expressa a importância da parceria e diálogo entre membros do poder legislativo e de movimentos sociais.

---

<sup>37</sup> Consideramos uma conquista significativa para a ATMS ter garantido espaço de fala e visibilidade no jornal *Correio do Estado*, veículo de posicionamento conservador.

[...] e aí eu e a Cris a gente fez um projeto em parceria com o Pedro Kemp, que depois virou lei, pra fazer uma capacitação dentro das polícias, para todos os policiais do Mato Grosso do Sul pra gente amenizar essa violência que a gente sofria com a polícia [...] a gente fez essa capacitação, na época tinham 485 policiais participando, inclusive o coronel também, e eu vou te falar, menina, que eu fiquei muito feliz e depois dessa capacitação, toda vez que entram mais policiais militares eles nos chamam pra fazer a capacitação desses novos formandos pra poder entrar novos policiais com novas ideias e novos pensamentos, pra que nenhum deles cometa o erro que no passado cometiam. [...] Até que as coisas foram mudando, hoje em dia a gente não tem muito problema com os nossos órgãos de segurança pública, nem Guarda Municipal e nem Polícia Militar... Aqui no Mato Grosso do Sul é um dos estados mais violentos, mas problema com a Polícia Militar e Guarda Municipal a gente não tem mais... (Assumpção, 26 abr. 2021).

Alessandra Oliveira afirma que estas medidas, na prática, fizeram muita diferença para quem trabalha nas ruas com a prostituição.

Hoje em dia eles dão boa noite, passam, não enchem o saco assim... A gente tá fazendo programa às vezes na rua, dentro do carro, e eles só perguntam se não tem outro lugar... Eu não paro em frente de casa de família, só em lugar comercial, onde tem paredão. Hoje em dia é mais calmo... O trabalho da Cris é isso, entendeu, porque se eles fazem isso é porque eles têm informação, a Cris vai em todos essas polícias dar palestra, explica, então a gente sente aqui na rua a diferença... O tratamento... Não muda o pensamento, mas muda a atitude deles... (Oliveira, 17 mar. 2022).

Em 15 de dezembro de 2008, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), a ATMS recebeu o Prêmio de Direitos Humanos, concedido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos

da Presidência da República. Esta cerimônia foi um reconhecimento a pessoas e organizações que desenvolveram ações que contribuem para promoção e defesa dos direitos fundamentais (IBISS-CO, 11 dez. 2008). Durante a sua segunda gestão, Lula implementou significativas políticas públicas para a comunidade trans. A proposta “TRANSpondo Barreiras: Rede de Saúde, Cidadania e Prevenção das DST/HIV” (2008), financiada pelo Ministério da Saúde, e em parceria com movimentos “T” de todo o Brasil, foi uma delas<sup>38</sup>. Hellen se sente orgulhosa por ter integrado este projeto. Seu trabalho compreendia a divulgação, para pessoas travestis e transexuais, dos seus direitos como cidadãs e do conhecimento sobre as ISTs em geral. Também atuou como agente multiplicadora, recrutando novas voluntárias.

[...] esse projeto teve encerramento lá em Brasília, onde a gente participou... O presidente Lula recebeu a gente... [...] a manifestação mais marcante pra mim foi quando nós conseguimos sentar com o ex-presidente Lula, foi um grande momento... (Kadory, 10 mai. 2021).

O episódio narrado expressa um momento simbólico e histórico, não só para a depoente, mas para todas as integrantes da Associação de Travestis de Mato Grosso do Sul. A Associação também vem realizando, desde 2013, os concursos *Miss Trans Travesti* e *Miss Plus Size Trans Travesti*, com o objetivo de promover o empoderamento e elevar a autoestima desta comunidade no estado. A organização esteve à frente da luta pelo direito ao nome social e foi responsável por fundar o Fórum LGBT do MS e a Blitz Cidadã, que consiste em uma ação conjunta com a Polícia Militar e a Guarda Civil Metropolitana para combater crimes contra tra-

---

<sup>38</sup> Citamos também o lançamento do “Disque 100 - Serviço de denúncia à violência contra travestis e transexuais” e a Portaria MS n. 1820, de 13 de agosto de 2009, que permitiu o uso do nome social no cartão do SUS.

vestis e profissionais do sexo nas ruas da cidade. A seguir, apresentamos uma imagem de Cristiane e uma parceira da Coordenadoria de Políticas Públicas LGBTQIA+ de Campo Grande, ao lado de Policiais Militares em uma ação durante a pandemia do COVID-19.

**Figura 1 – Blitz Cidadã**



Prefeitura promove blitz educativa e presta orientações a profissionais da noite em ruas de Campo Grande, 27 outubro de 2021. Fonte: Metropole MS.

Em mais de vinte anos de história, o conjunto de debates, cursos, ações e realizações que a ATMS vem promovendo se configura como uma fissura no sistema político autoritário, conservador e violento do Mato Grosso do Sul, além de se mostrar um potencial transformador de vidas.

## **2.9 Travessias**

No contexto do desenvolvimento da presente pesquisa (2021-2023), por falta de verbas públicas e editais para financiamento de projetos, a sede da organização vinha funcionando na casa de Cristiane. De

acordo com o Dossiê da Associação Nacional das Travestis (ANTRA) para o ano de 2022, o contexto político brasileiro dos últimos cinco anos (2017-2022) vem piorando a situação geral das pessoas trans. Os pequenos avanços estão sendo conquistados com muita dificuldade, através do empenho dos movimentos sociais. Mesmo sem destinação de verba, investimentos ou avanço em políticas públicas por parte do Estado, militantes continuam na luta fazendo o que podem para melhorar esta realidade (Benevides, 2022).

Segundo Cristiane, ao mesmo tempo em que se sente vitoriosa com as suas realizações, lamenta o longo caminho que a população trans ainda precisa enfrentar por inclusão e dignidade.

Hoje em dia a gente está a ver navios, não temos projetos, não temos nenhum projeto em execução e não temos previsão de quando haverá outro... O último edital de projeto também que saiu do Ministério da Saúde que era quem mais colaborava com os movimentos, em decorrência do histórico de luta contra a AIDS e tudo mais, porque o movimento também foi muito estigmatizado... O último que nós tivemos foi no final do governo Temer... Golpista ou não ainda lançou alguma coisa, agora com esse Bolsonaro que está aí... Impossível. Enquanto isso as instituições padecem, como você viu o escritório está emprestado na minha casa porque a gente não tem uma sede própria. Então, quando dá a gente reúne as pessoas aqui, quando não dá, cada um está na sua casa e a gente tem só um ponto de referência, pra não dizer que não tem instituição. É isso... A gente vai cansando, por mais que muitas coisas tenham mudado... Mas eu vou continuar na luta até onde der, até onde a vida me permitir (Venceslau, 5 abr. 2021).

Todas as associadas e colaboradoras desta pesquisa trabalharam ou ainda trabalham na prostituição, e sofreram algum tipo de violência nas ruas. A maioria foi expulsa de casa ainda jovem, e as que terminaram

o ensino básico, concluíram depois de adultas e até o momento, nenhuma possui um curso superior completo. Todas as entrevistadas superam a expectativa de vida da população trans feminina no Brasil, que é de trinta e cinco anos (Benevides, 2022).

Entendendo que a história da Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS) não pode ser recuperada de forma linear e contínua e que a ideia de trajetória não constitui um fim em si mesma<sup>39</sup>, buscamos resgatar e discutir este passado a partir de fragmentos que unem biografia e contexto. Como proposto por Giovani Levi (2006), conjunturas e comparações de experiências enriquecem o objeto ou personagem estudado, e este entrecruzamento mostra-se uma importante ferramenta de preservação da memória (Levi, 2006).

Os testemunhos utilizados também apresentaram o que Andrea Casa Nova Maia (2016) chama, dentro da metodologia da História Oral, de “pontos de saturação”, em que as respostas se repetem em várias entrevistas sobre o mesmo tema (Maia, 2016). Nota-se que a maioria das associadas começou suas militâncias por meio de eventos ou projetos sociais, e os consideram fundamentais na construção de uma consciência política. Também foram assuntos recorrentes a importância da retificação do nome no documento de identidade e o evento anual “Parada da Diversidade LGBT de Campo Grande”, que será analisado no próximo capítulo.

---

<sup>39</sup> Pierre Bourdieu (2006) pensa a trajetória como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço em que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações.” (Bourdieu, 2006, p. 189).

## CAPÍTULO 3

# **ENTRE MEMÓRIAS, LUGARES E SIGNIFICADOS: O PASSADO SIMBÓLICO DA ATMS**

Para o historiador francês Pierre Nora (1993), com o fim das sociedades de memória, que conservavam e transmitiam saberes históricos de forma hereditária, vivemos uma aceleração da história, que produz, cada vez mais rapidamente, um passado morto. É por este motivo, segundo Nora, que a memória contemporânea passou a ser arquivística, isto é, acumulamos religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos e sinais visíveis do que passou, achando brechas para o não desaparecimento, ou esquecimento de nossas histórias (Nora, 1993).

Para além das entrevistas, o capítulo anterior foi escrito majoritariamente a partir de fontes periódicas e fotográficas presentes no acervo privado da Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS). A partir de um desejo das integrantes de que estas memórias fossem preservadas, os documentos deste arquivo foram gentilmente disponibilizados para a realização e enriquecimento da presente pesquisa.

Ampliando o pensamento de Nora, Elizabeth Jelin (2002) afirma que, no espaço público contemporâneo, crescem os arquivos, multiplicam-se as datas comemorativas, placas de recordação e monumentos permanentes, assim como o passado também tem se estruturado e organizado em meios massivos de comunicação (Jelin, 2002).

Essa “explosão” da memória no mundo ocidental contemporâneo chega a constituir uma “cultura da memória” que coexiste e se fortalece com a valori-

zação do efêmero, do ritmo acelerado, da fragilidade e da transitoriedade dos acontecimentos da vida. Pessoas, grupos familiares, comunidades e nações narram seus passados, tanto para si mesmos quanto para outros, que parecem dispostos a revisitar esses passados, a ouvir e observar seus ícones e vestígios, a questionar e investigar. Essa “cultura da memória” é, em parte, uma resposta ou reação às rápidas transformações e a uma vida sem ancoragens ou raízes (Jelin, 2002, p. 9, tradução nossa).

A partir desta afirmação, pode-se concluir que a memória pode possuir um papel significativo, como um mecanismo cultural que fortalece o sentido de pertencimento de grupos ou comunidades. No caso das Associadas, o acervo como referência a um passado comum, ou “um lugar onde podemos lembrar de nossa história” (Venceslau, 5 abr. 2021), permite a construção de sentimentos como confiança e autovalorização (Jelin, 2002). Ademais, nenhum documento referente à Associação ou às travestis campo-grandenses, seja periódico ou fotográfico, foi encontrado no Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA). Este fato nos revela que, sem este trabalho de memória realizado pelas integrantes da ATMS, tais processos de transformação simbólica e elaboração de sentidos do passado não seriam realizados (Jelin, 2002).

Através destes arquivos, muito se pode recuperar também das Paradas da Cidadania e Shows da Diversidade de Campo Grande. Realizados anualmente no centro da cidade e de forma pioneira pela ATMS, em comemoração ao mês do Orgulho<sup>40</sup>, estas festividades políticas e culturais tiveram um crescimento exponencial de frequentadores em de-

---

<sup>40</sup> O mês de junho é considerado o Mês do Orgulho LGBTQIA+ ao redor do mundo. O período, que é marcado por eventos e paradas, faz referência a um movimento que aconteceu em 1969, em Nova York, conhecido como a Rebelião de Stonewall.

zenove anos, passando a integrar uma média de 30 mil pessoas em suas últimas edições.

Realizando uma breve discussão sobre acervos privados, no primeiro tópico do presente capítulo, apresentaremos o arquivo organizado e catalogado da ATMS. Contaremos como se deu nosso primeiro contato com as fontes, discorreremos sobre as potencialidades e os usos de periódicos e fotografias em produções historiográficas e realizaremos análises de documentos escolhidos.

O segundo tópico será dedicado a um panorama da trajetória do evento Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande, incluindo a utilização de diversas categorias de fontes. Também discutiremos, nesta ocasião, como o evento tem impactado a população sul-mato-grossense em geral, que como vimos no capítulo anterior, se constitui extremamente conservadora. Da mesma forma, pensaremos como as Paradas transformam a relação do sujeito participante com a cidade, proporcionando momentos de permissividade, conscientização, ações políticas e lazer. Por fim, será feita uma breve reflexão sobre minha participação na XIX Parada da Cidadania e Show da Diversidade de Campo Grande (2022), incluindo minhas percepções enquanto pesquisadora – cis e lésbica, acerca da experiência no evento.

### **3.1 O acervo privado da ATMS**

Em abril de 2020, durante o segundo encontro com Cristiane Steffanny, desta vez em sua casa, atual sede da ATMS, fui surpreendida com um armário contendo dezenas de pastas de documentos. Este volume se referia a um acervo de notícias de jornais recortados sobre travestis em Campo Grande, especialmente as que citavam a organização. Fotografias também faziam parte do conjunto e ilustravam momentos importantes para o movimento, tais como a assembleia de fundação da AMTS

e mobilizações políticas nas ruas. Documentos físicos foram divididos e organizados entre os anos de 2000 e 2010, e, posteriormente, com o advento da era digital, os mais recentes foram catalogados em pastas no computador. Segundo Cristiane, para as integrantes da Associação e, sobretudo, para ela mesma, esta coleção possui uma função de rememorar a trajetória do movimento (Venceslau, 14 abr. 2020).

Toda a documentação deste acervo privado é tida em fragmentos, ou seja, pedaços de notícias recortadas e coladas em cadernos ou pastas catalogadas por ano. Neste sentido, fez-se necessária, da mesma forma em que ocorre nos acervos públicos, uma reflexão sobre quais intenções estariam por trás de cada recorte, ou do que se desejou ou não ser guardado. Este processo, de acordo com Rejane Silva Penna e Cleusa Maria Graebin (2010), é controverso, pois, de naturezas variadas, tais fontes dependem das atividades dos personagens que se relacionam a ela, de suas vontades de acumulação e aos critérios que norteiam suas escolhas dentre o que será preservado ou descartado. As autoras afirmam que

os vestígios da atividade humana são variados e se tivermos uma maior abrangência nas concepções sobre o que é importante na História, nossos fragmentos de papel sobre pessoas, instituições e gestos culturais serão chaves de leitura para compor uma memória múltipla. O trabalho com Acervos Privados, valorizando a experiência social, oferece aproximação com personagens por muitos desconhecidos, com todo o impacto das representações que faziam de si e do mundo (Penna; Graebin, 2010, p. 124).

Outra característica importante sobre o acervo é o fato de ser privado, porém com dimensão pessoal, visto que Cristiane afirma ter construído a maior parte dele (Venceslau, 14 abr. 2020). Neste território onde o privado e o pessoal se misturam, torna-se necessário pensar em uma dimensão de “escrita de si” (Gomes, 2004). Este conceito nos leva a investigar o que a idealizadora da Associação quis registrar da história de seu

movimento e de sua própria história, percebendo que categorias de notícias mais valorizou e o que parece ter sido, para ela, importante preservar.

Para Ângela de Castro Gomes (2004), a “escrita de si” integra um conjunto de modalidades denominadas “produção de si”. Este processo começou quando se estabeleceu uma relação entre o indivíduo moderno e seus documentos, com a noção de cidadania, sujeito de direito, institucionalização de museus e o surgimento da literatura biográfica ou autobiográfica (Gomes, 2004). Segundo a autora,

essas práticas de produção de si podem ser entendidas como englobando um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita – como é o caso das autobiografias e dos diários –, até a da constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, com ou sem a intenção de resultar em coleções. É o caso das fotografias, cartões postais e de uma série de objetos do cotidiano, que passam a provar e a transformar o espaço privado da casa, do escritório etc. em um “teatro de memória”. Um espaço que dá crescente destaque à guarda de registros que materializem a história do indivíduo e dos grupos a que pertence. Em todos esses exemplos do que se pode considerar atos biográficos, os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de serem lembradas (Gomes, 2004, p. 11).

Outro aspecto considerado ao me deparar com tais fontes, foi pensar a metodologia de análise que deveria ser empregada a cada uma delas. A utilização de fontes periódicas e fotográficas em usos de compreensão do passado, fez parte, ao longo do século XX, da chamada “revolução documental” (Meirelles, 2002). Tal movimento acabou com o império do documento oficial escrito, incorporou outros monumentos

à investigação histórica e foi acompanhado de uma crítica ao próprio conceito de documento. Antes, considerado um atestado de veracidade, hoje é visto pela comunidade acadêmica como um monumento, uma contribuição (Foucault, 2007).

Historiadoras como Tânia Regina de Luca, Solange Ferraz de Lima e Vânia de Carvalho sugerem diversos procedimentos para a análise de documentos periódicos e fotográficos, sendo amplas e variadas suas possibilidades metodológicas. Para Tânia Regina de Luca (2005), para se trabalhar com registros jornalísticos, é necessária a busca pelas fontes e a construção de uma longa e representativa série, a caracterização do material iconográfico presente na notícia, pensando nas opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação. Também é preciso, para a autora, descrever o grupo responsável pela publicação, identificando seus colaboradores e por fim, analisar o material todo de acordo com a problemática escolhida (Lucca, 2005).

O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa (Lucca, 2005, p. 139).

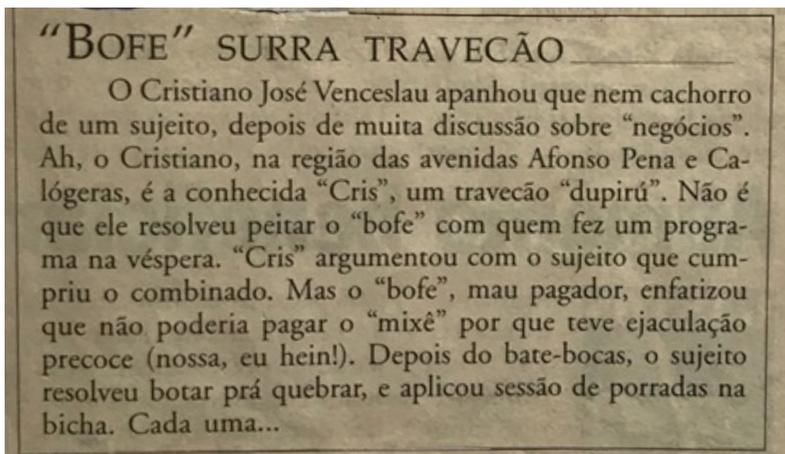
No caso da fotografia, Solange Ferraz de Lima e Vânia de Carvalho (2017) afirmam que romper com a noção de documento como prova significa parar de tratá-la como uma mera ilustração do acontecimento histórico, considerando-a uma fonte importante para resgatá-lo, percebendo suas características, isto é, quem a produziu e com que intenções, deslocando-se para um lugar de interpretação (Lima; Carvalho, 2017).

A totalidade das fontes periódicas se dividem em notícias recortadas de jornais como A Folha do Povo, Diário do Pantanal, Primeira Hora (seção especial e policial), Diário do Povo, O Estado de Mato Grosso do

Sul, MidiaMax News, Campo Grande News e Correio do Estado. Através desses registros, é possível perceber a grande recorrência de notícias em que Cristiane aparece, seja citada no corpo do texto, ou em fotografias. Muitas vezes, o que está escrito no periódico é descartado e somente a imagem é arquivada.

Observa-se que as temáticas das notícias consistem basicamente em violências e assassinatos contra as travestis na cidade de Campo Grande, colunas e crônicas de “humor” com conteúdo transfóbico, denúncias a policiais e suas práticas abusivas, reivindicações e manifestações da Associação. Entre centenas de notícias, apresentamos a seguir os documentos escolhidos para análise:

**Figura 2** – Cristiane na coluna cotidiano



Jornal Primeira Hora Polícia, 4 julho de 2000.

Fonte: Acervo privado ATMS.

Figura 3 – ATMS denuncia violência policial



Diário do Pantanal, 11 dezembro de 2002. - Fonte: Acervo privado ATMS.

Figura 4 – Manifestação em frente ao fórum de Dourados



Correio do Estado, 6 março de 2002. Fonte: Acervo privado ATMS.

**Figura 5 – Associação diz ser necessária a mudança de nome**



Jornal Primeira Hora Especial, 1 dezembro de 2000.

Fonte: Acervo privado ATMS.

**Figura 6 – Entrevista com Cristiane no jornal Correio do Estado**



Correio do Estado, 27 março de 2005. Fonte: Acervo privado ATMS.

Na Figura 2, que se refere à coluna Cotidiano do Jornal Primeira Hora Polícia, o “humor” pejorativo e preconceituoso, o uso do nome no masculino e as aspas quando se referem à “Cris” revelam o caráter violento da publicação. Este aspecto é comum também no periódico Diário do Pantanal (Figura 3), “O presidente da ATMS, Cris Sthephany, disse que tanto os travestis...” e no Primeira Hora Especial (Figura 5), “a entidade representada pelo travesti Cris...”. Podemos perceber uma mudança no respeito ao pronome de Cristiane e suas companheiras ao longo do tempo, como mostra sua entrevista para o jornal Correio do Estado (Figura 6), quatro anos após a fundação da Associação. “Cris Steffany, 25 anos, paraibana, nascida em João Pessoa...”. Este fato expressa pequenos avanços e espaços que esta comunidade alcançou através de seu movimento político.

Entre os documentos periódicos do acervo, são poucas as reportagens que relacionam travestis e criminalidade. Este aspecto parece representar o desinteresse em arquivar tais notícias, que, muitas vezes, são falaciosas, ou a intenção de documentar somente aquilo que desejam deixar para a posteridade.

Para Ana Maria Mauad (2004), no caso da fotografia, independente se foi feita para registrar um fato ou representar um estilo de vida, o historiador deve se atentar aos detalhes, de maneira crítica e fazer uma interpretação. A foto pode informar determinados aspectos do passado, como condições de vida, moda, infraestrutura urbana, condições de trabalho e apresentar referências subjetivas, como emoções (Mauad, 2004). A seguir, apresentamos a fotografia da assembleia de fundação da ATMS, os sorrisos presentes na imagem transmitem esperança.

**Figura 7** – Travestis fundam associação



Assembleia de fundação da ATMS, 13 jan. 2001. Fonte: Acervo privado ATMS.

### **3.2. A Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande e o Show da Diversidade**

Paradas do Orgulho LGBTQIA+<sup>41</sup> são manifestações realizadas anualmente em diversos países do globo, surgindo, em cada território, a partir de diferentes contextos históricos e políticos. Para além da reivindicação de direitos para a comunidade, tais passeatas possuem outro aspecto em comum: acontecem, em geral, em junho, mês da icônica rebelião de Stonewall, em 1969, na cidade de Nova York. Este acontecimento foi um momento decisivo e revolucionário que eletrizou o movimento pelos direitos dos homossexuais e transexuais, e que possui ressonância histórica até os dias de hoje (National Geographic, 24 jun. 2021).

---

<sup>41</sup> A sigla LGBT foi expandida ao longo do tempo para incluir mais identidades dentro da diversidade de gênero e orientação sexual. Atualmente, é mais comum ver variações como LGBTQIA+, que reconhecem outras formas de existência que não estavam originalmente contempladas.

Em 1969, batidas policiais em bares gays na região de Manhattan, na cidade de Nova York, nos EUA, seguiam um padrão. Policiais invadiam o local, ameaçando e espancando funcionários e clientes do bar. Os clientes saíam para a rua e formavam filas para que a polícia pudesse prendê-los. Mas não foi isso que aconteceu nas primeiras horas da manhã do dia 28 de junho de 1969, durante uma operação policial no bar Stonewall Inn. Clientes e curiosos reagiram — e a consequência foi uma confusão que durou dias e resultou em uma rebelião conhecida atualmente como a Revolta de Stonewall, um marco que ajudou a desencadear o movimento atual pelos direitos civis LGBTQIAP+. [...] Em 1970, um ano após a revolta, ativistas liderados por Craig Rodwell comemoraram a data com um evento que chamaram de Dia da Libertação da Christopher Street, que atualmente é reconhecida como a primeira marcha do orgulho gay. Os acontecimentos em Stonewall têm sido celebrados desde aquela época, embora as pessoas negras e transgênero tenham sido amplamente reconhecidas por seus papéis fundamentais somente nos últimos anos (National Geographic, 24 jun. 2021).

Para o pesquisador Moacir Lopes de Camargos (2018), o acontecimento mais próximo que antecede ao que chamamos atualmente de Parada LGBTQIA+ aconteceu em 28 de junho de 1996, na praça Roosevelt em São Paulo. Promovido pelo Grupo Corsa<sup>42</sup>, este ato reuniu cerca de 150 pessoas e foi importante para o começo de uma articulação para uma “Parada Gay”, que veio ocorrer na mesma data no ano seguinte (Camargos, 2018).

---

<sup>42</sup> Fundado em 1995, o Grupo Corsa é uma entidade de militância do movimento LGBTQ+ paulistano.

Essa primeira Parada, que tinha como tema “Somos muitos, estamos em todas as profissões”, aconteceu na Avenida Paulista, pois o pessoal decidiu que queria ocupar um espaço, sair à rua, diferente de se reunir em um local para se manifestar (Camargos, 2018, p. 425).

Ao longo dos anos, o evento entrou no calendário oficial da cidade de São Paulo, tornando-se o maior do mundo no gênero, chegando a contar com a participação de cerca de 4 milhões de pessoas em edições posteriores. Em esferas nacionais, outras Paradas foram surgindo em diversas capitais e cidades do interior do país, somando duzentas e setenta e cinco ocorrências em 2022 (Memorial da Democracia, 28 jun. 1997).

Para Jacqueline de Jesus (2010), o número considerável de Paradas e a sua dispersão temporal, considerando as características originais do evento, demonstram que elas foram absorvidas e adaptadas à cultura brasileira, desvinculando-se das tradições de seu surgimento. Regadas de festas, trios elétricos e shows, e conhecidas como um “carnaval fora de época”, as Paradas quebram os paradigmas entre eventos de caráter reivindicatório, ditos “sérios”, com a possível presença de uma carnavalização, dita “não-séria” (Jesus, 2010, p. 63).

As Paradas assim, visibilizam a sua participação social, em um contexto não de concordância com a atual organização da sociedade, mas de crença em sua mudança. Enquanto passeatas, as Paradas têm um caráter político reivindicatório, e enquanto desfiles “carnavalescos”, dramatizam e exacerbam as diferenças internas entre LGBT, e em relação à população em geral. Essa proposição é reiterada pelo antropólogo Ronaldo Trindade, para quem as Paradas brasileiras combinam elementos de festa e de política, diferenciando-se das congêneres norte-americanas porque, nessas, somente membros de grupos organizados podem participar (Jesus, 2010, p. 63).

Promovidos pela ATMS, a Parada da Cidadania e o Show da Diversidade de Campo Grande, eventos anuais que acontecem no mesmo dia, geralmente no mês de junho, um após o outro, possuem, de acordo com Cristiane Stefanny, viés “comemorativo, ideológico e político” (Venceslau, 14 abr. 2020) e serão os objetos de análise deste tópico. Reconstruir um panorama e analisar a trajetória desta manifestação na cidade, da idealização em 2002 à edição de 2022, nos possibilita compreender de que maneira tais festividades políticas se consolidaram no território sul-mato-grossense, e quais foram os impactos causados pela Parada nas Associadas e na sociedade local.

As discussões continuarão sendo realizadas a partir de fontes orais das integrantes da ATMS, em especial, da entrevista de Cristiane, idealizadora dos eventos. Também serão utilizados documentos periódicos e fotográficos disponíveis online ou no acervo privado da Associação, além de fontes audiovisuais presentes em canais do *Youtube*. Marcos Napolitano (2008) afirma que a internet se tornou, nos últimos vinte anos, um arquivo e referência. A abordagem sugerida se aproxima de uma crítica sistemática que dê conta de seu estabelecimento como fonte histórica (datação, autoria, condições de elaboração, coerência histórica de seu “testemunho”) e de seu conteúdo potencial informativo sobre um evento ou processo histórico (Napolitano, 2008).

Bruno Laitano e Anita Carneiro (2019) complementam esta proposição, na medida que apontam a relevância de nos voltarmos sobretudo para o *Youtube*, especialmente na direção das questões referentes à transmissão, à interação com o público e aos usos do passado no ciberespaço.

As estratégias de escolha de vídeos e/ou de canais dependerão do problema de pesquisa do/da historiador/a. Alguns dos aspectos que podem ser incluídos na seleção são: os filtros que a própria rede dispõe para pesquisas, como “Data do Upload” (Última hora, Hoje, Esta semana, Este mês, Este ano), “Tipo”

(Vídeo, Canal, Playlist, Filme, Programa), “Duração” (Curto - menos de quatro minutos; e Longo - mais de vinte minutos), “Características” (4K, Alta Definição, HDR, Legendas/CC, Creative Commons, 3D, Ao vivo, Comaprado, 360º, Local) e “Classificar por” (Relevância, Data de envio, Contagem de visualizações, Avaliação); as categorias de vídeos, que aparecem logo abaixo da descrição do conteúdo e que são geradas automaticamente pelo próprio *Youtube*; a ordem de aparecimento dos vídeos em pesquisas por palavras-chave; ou, ainda, a escolha de algum canal específico. Há inúmeras possibilidades de configuração daquilo que é visível aos usuários da plataforma em questão (Laitano; Carneiro, 2019, p. 242).

Buscamos, através de filtros de pesquisas, vídeos produzidos e postados pela imprensa e por frequentadores da Parada ao longo dos anos, que se referem ao momento em que o evento acontecia, alcançando um *corpus* videográfico significativo e expressando aspectos importantes a serem analisados.

### **3.2.1 “A gente parou e ficou”: do surgimento à consolidação dos eventos**

A manifestação que marca o início da tradicional Parada da Cidadania<sup>43</sup> de Campo Grande aconteceu em 29 de junho de 2002, cerca de um ano após a criação da ATMS. De acordo com Cristiane, a data foi escolhida em homenagem ao dia simbólico do Orgulho LGBTQIA+, e

---

<sup>43</sup> As denominações Parada da Cidadania ou Parada da Diversidade, como ficaram conhecidos publicamente os eventos ao longo dos anos, de acordo com Cristiane, expressam uma celebração ou movimento inclusivo para todos os cidadãos, sejam pertencentes às identidades LGBTQIA+ ou não.

aconteceu na praça Ary Coelho, localizada na região central da cidade. No dia seguinte ao evento, o jornal Correio do Estado publicou a nota: “Pelo menos 150 pessoas participaram ontem de um ato gay em Campo Grande. A manifestação inédita na cidade, atraiu poucos” (Correio do Estado, 30 jun. 2002).

**Figura 8** – Cristiane discursando na I Parada da Cidadania



Fonte: Acervo privado ATMS

Denominado “Ato Público pela Livre Expressão Sexual”, a manifestação foi, para todos que estiveram no local, um ato também de coragem. A maioria dos presentes na ocasião, de acordo com a depoente, eram travestis associadas. “E aí a gente se reuniu ali na praça e foi uma parada mesmo, porque não tinha nada... A gente parou e ficou.” (Venceslau, 14 abr. 2020).

A partir da segunda edição (2003), a Associação demonstrou preocupação com uma programação para o evento, lançando uma agenda

de atividades. A realização foi possível a partir de um orçamento de dez mil reais, concedido pelo Ministério da Saúde, para ações de conscientização, especialmente sobre ISTs. Nos dias 1 e 2 de julho, e em parceria com o Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro Oeste (IBISS-CO), as associadas realizaram palestras sobre diversidade sexual para professores da Escola Estadual Maria Constança (Perfil *News*, 16 jun. 2003), em seguida, no dia 4, aconteceu a então “Segunda Parada da Cidadania”, dividida em três etapas. Pela manhã, às 9h, na Praça Ary Coelho, foram montadas barracas para a distribuição de materiais educativos, preservativos, além de apresentações de teatro e shows de *drags*. Às 15h ficou marcada a “Caminhada da Diversidade”, começando pela Rua 14 de julho e terminando no calçadão da Rua Barão do Rio Branco<sup>44</sup>, com apresentações de bandas e performances em um trio elétrico (Aquidauana *News*, 4 jul. 2003).

Cerca de mil pessoas, segundo a Agetran, participaram ontem da parada gay, ou o 2º Show da Diversidade, no centro de Campo Grande, onde o trânsito praticamente parou. Durante três horas, gays, lésbicas, bissexuais e travestis (GLBT) movimentaram a cidade com música e bandeira de 50 metros com as cores do arco íris, símbolo dos homossexuais. [...] A parada contou com apoio de oito agentes da Agência Municipal de Trânsito (Agetran) e dois da Companhia de Policiamento de Trânsito (Ciptran) (Correio do Estado, 5 jul. 2003).

Segundo o jornal Correio do Estado, esta primeira caminhada surpreendeu a população campo-grandense, que retribuiu a manifestação com olhares de reprovação, surpresa, divertimento e apoio (Correio

---

<sup>44</sup> Todos os trechos em que passou a “Segunda Caminhada da Diversidade” são áreas comerciais do centro da cidade de Campo Grande.

do Estado, 5 jul. 2003). Em relação ao comércio, Cristiane afirma que “no começo as lojas xingavam, jogavam balde de água na gente, fechavam as lojas de medo, pra não ver a gente passar...” (Venceslau, 14 abr. 2020).

Presente no acervo privado da Associação, a imagem a seguir expressa a segunda Parada em seu momento de passeata, que contou com a participação de cerca de mil pessoas (Correio do Estado, 5 jul. 2003). Na fotografia, podemos observar a atual bandeira do movimento LGBTQIA+ no centro da caminhada ao longo da Rua 14 de Julho.

**Figura 9** – II Parada da Cidadania de Campo Grande (2003)



Fonte: Acervo privado ATMS.

Podemos perceber o crescimento no número de frequentadores do evento na medida em que, na edição de 2005, cerca de 5 mil pessoas participaram da caminhada, que teve como tema “Direitos: nem mais nem menos, apenas iguais” (Jornal Folha do Povo, 16 jul. 2005).

Cristiane afirma que este título fez referência à luta pela legalização do casamento homoafetivo, ainda não assegurado pelo Supremo Tribunal Federal naquele momento.<sup>45</sup>

De acordo com o jornal *Perfil News*, a Polícia Militar (PM) e a Guarda Municipal foram designadas pela prefeitura para garantir a segurança deste segundo evento (*Perfil News*, 16 fev. 2003). Este fato aponta uma problemática e um ponto de tensão, na medida em que, neste mesmo período, agentes de segurança da capital sul-mato-grossense eram denunciados pela Associação por violência de Estado contra as travestis, principalmente as que se prostituíam nas ruas.

A IV Parada da Cidadania (2005) contou com uma grande participação de pessoas de cidades do interior do estado, como Coxim, Corumbá, Três Lagoas e Aquidauana, além da presença de famílias, crianças e idosos (*Jornal Folha do Povo*, 16 jul. 2005).

Dentre gays, lésbicas e travestis, muitas famílias curiosas com o movimento foram às ruas acompanhar a Parada. Janete de Oliveira estava acompanhada de seus filhos, assistindo à passeata, e afirma que acha muito legal eles estarem lutando pelos seus direitos. Outra mãe, Michelle Paola, levou a sua filha durante toda a passeata, a fim de mostrar desde cedo a ela a importância de respeitar as diferenças. “Não quero que ela tenha preconceitos”, disse Michelle (*Jornal Folha do Povo*, 16 jul. 2005).

Conforme dados da PM, mais de 10 mil pessoas participaram da V Parada da Cidadania (2006), que teve como tema “Preconceito sexual e de Gênero é Crime”. Desta vez, o desfile recebeu 45 mil reais do setor pú-

---

<sup>45</sup> O casamento homoafetivo foi assegurado pelo STF somente em outubro de 2011.

blico e, contando com três trios elétricos, promoveu apresentações das artistas Elke Maravilha e Rita Cadillac. Neste ano, a Casa da Cidadania esteve presente nas atividades pela manhã, conversando com a população sobre prevenção ao uso de drogas. Na ocasião, o IBISS-CO montou um estande para a distribuição de preservativos, e o HEMOSUL, um banco móvel para fazer testes gratuitos do vírus do HIV (Correio do Estado, 16 set. 2006). A Parada também foi se transformando em um momento de divulgação dos projetos em andamento da ATMS, tais como o “Visibilidade Produtiva”, “Novos Sonhos” e “Nós temos direitos”, que aconteciam naquele ano (Perfil News, 16 jun. 2006).

Com a participação de 30 mil pessoas, o triplo da quantidade do ano anterior, a VI Parada (2007) teve apoio do Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia (CENTRHO)<sup>46</sup>. O órgão montou um quiosque e discutiu sobre a violência homofóbica, orientando a população que passava pela Praça Ary Coelho sobre a importância da diminuição do preconceito e da discriminação por orientação sexual (Capital News, 19 nov. 2007).

As ações estão em consonância com o levantado, discutido e sugerido na Conferência MS Contra a Violência. Na ocasião, o coordenador do Centrho, Mateus de Castro Castelluccio falou sobre ações de prevenção e combate à homofobia. Ele explicou que as principais funções do centro são atender as vítimas, encaminhar denúncias, realizar atividades de prevenção e elaborar ações com outros órgãos para defender os direitos de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis (Capital News, 19 nov. 2007).

---

<sup>46</sup> O Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia (CENTRHO) foi criado em junho de 2006, a partir de uma parceria entre o Governo do Estado de MS e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, no âmbito do Programa Brasil Sem Homofobia.

O suporte financeiro do Ministério da Cultura e da Saúde, do Programa Municipal, Estadual e Nacional de DSTs/AIDS, Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural e Fundação Estadual de Cultura, que apoiaram as edições de 2007 e 2008, foram obtidos, segundo Cristiane, a partir de uma “procura infinita de financiamento em todos os cantos e por todos os lados” (Venceslau, 14 abr. 2020), demonstrando que os eventos anuais vinham acontecendo com um grande empenho das travestis da Associação.

Ao longo do tempo, a Praça Ary Coelho foi se transformando em um espaço marcante para o movimento LGBTQIA+ da cidade, em especial, para as travestis da ATMS que participavam integralmente da organização da Parada.<sup>47</sup> A socióloga Elizabeth Jelin e a historiadora Victoria Langland (2003) compreendem este fenômeno e o conceitua como “marcas territoriais”, quando um espaço físico adquire e reafirma sentidos para uma determinada coletividade.

Em outras palavras, quando ocorrem eventos importantes em um determinado local, o que antes era apenas um “espaço” físico ou geográfico se transforma em um “lugar” com significados específicos, carregado de sentidos e sentimentos para aqueles que o viveram (Jelin; Langland, 2003, p. 3, tradução nossa).

Este processo, entretanto, não é isento de embates. Assim como as travestis da Associação conferem sentidos a este espaço, outros grupos também o disputam, de forma simbólica ou não, desejando transformá-lo em um lugar a partir de outros sentidos e significados. A VII Parada da Cidadania (2009) inaugurou uma série de conflitos, que se desdobram

---

<sup>47</sup> Ao longo das seis entrevistas realizadas para esta pesquisa, houve um ponto de saturação a que diz respeito a esta afirmação.

até os dias atuais, com a comunidade evangélica local, que cresceu substancialmente entre as décadas de 2000 e 2010.<sup>48</sup>

O primeiro episódio significativo desses embates foi a proibição de crianças e adolescentes em participar de qualquer atividade do evento de 2009. A determinação foi feita por meio de uma portaria editada pela juíza da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Campo Grande, Katy Braun do Prado. De acordo com a medida, adolescentes entre 16 e 18 anos só seriam permitidos acompanhados dos pais ou responsáveis, e os que porventura desobedecessem a estas normas, ficariam sujeitos à multa, determinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Campo Grande *News*, 19 nov. 2009). Para Cristiane,

aquilo foi uma tentativa de boicote da juíza Kátia Braun, também evangélica, foi uma provocativa que queria proibir menor de idade de ir na Parada, que já estava bombando. Só poderia ir de dezesseis anos para cima acompanhado dos pais. Moral da história foi que a parada dobrou porque isso saiu em tudo quanto é imprensa, os filhos todos queriam ir na Parada e aí os pais iam junto, então foi bem legal porque foi um monte de gente, não adiantou, eles pediram pro Conselho Tutelar ir lá e o Conselho Tutelar falou para eles relaxarem porque é um evento público (Venceslau, 14 abr. 2020).

Nesta mesma edição de 2009, no dia da Parada, todas as ruas que cercam a Praça Ary Coelho (14 de Julho, Afonso Pena, 13 de Maio e 15

---

<sup>48</sup> Segundo os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número de evangélicos saltou de 26,2 milhões para 42,3 milhões entre 2000 e 2010, crescendo de 15,4% da população para 22,2%. No Mato Grosso do Sul, este número saltou de 378.654 mil fiéis para 648.831 mil. Em percentuais, o aumento foi de 18,2% para 26,4% do total da população.

de Novembro) amanheceram cobertas com as frases “Buscai o Senhor enquanto se pode achar!”, “Jesus Voltará” e “O pecado não te ama! Jesus sim te ama!”. As letras grandes e brancas foram pintadas à mão, tomando grande parte das ruas. Em entrevista para o *Capital News*, Cristiane apontou o ato como provocativo e carregado de discriminação. “Quem será que são os baderneiros? Nós que estamos em um movimento legalizado ou esses conservadores que fizeram isso? Na Marcha para Jesus nenhum homossexual foi incomodar” (*Capital News*, 20 nov. 2009).

**Figura 10** – Manifestação cristã em dia de Parada da Cidadania



Em dia de “Parada Gay”, frases religiosas amanhecem pintadas nas vias do Centro; população não gosta. Campo Grande, 20 nov. 2009.

Fonte: *Capital News*, 20 nov. 2009.

Além da Parada, parte deste trecho da área central de Campo Grande é também percurso de eventos como a “Marcha para Jesus”<sup>49</sup>, que

---

<sup>49</sup> Marcha para Jesus é um evento internacional que ocorre anualmente em milhares de cidades espalhadas pelo mundo.

passou a acontecer anualmente na cidade desde o ano de 2003. Apesar de considerar a heterogeneidade de pessoas que frequentam a Marcha, Raquel Sant'Ana (2014) conclui, em uma análise sobre a marcha do ano de 2013, na cidade de São Paulo, que a maioria dos participantes defende o aniquilamento de diversas condutas com as quais não concordam, entre elas a homossexualidade.

O alvo combatido na Marcha, no entanto, é uma manifestação mais geral do que seria a ação do Demônio. Os elementos acionados como sendo fruto da ação do Diabo sobre as vidas humanas incluem a sujeira do rio Tietê, mas também a violência urbana, a prostituição, a homossexualidade e a corrupção. O combate a esse mal não se dá apenas pela ação de um pastor mediador, mas conta com a performance coletiva do público que se torna um verdadeiro “exército de Jesus” com suas armas de “louvor” e “oração” (Sant'ana, 2014, p. 212).

Com o tema “Políticas Públicas: Direito Nosso, dever do Estado”, a IX Parada (2010) passou a promover, após a tradicional caminhada, apresentações de diversos artistas na recém-inaugurada Concha Acústica Família Espíndola, na Praça do Rádio Clube<sup>50</sup>. Este momento foi denominado “Show da Diversidade”, e continuou a ser realizado, caso houvesse financiamento, em edições posteriores.

---

<sup>50</sup> Muito próxima a Praça Ary Coelho, e por determinação da Prefeitura, a partir deste momento, as próximas edições passaram a também acontecer na Praça do Rádio Clube, desde os atendimentos sociais, à concentração para a caminhada e o show.

**Figura 11** – Folheto da IX Parada e Show da Diversidade



Fonte: Acervo privado ATMS.

Algumas edições aconteceram sem o apoio financeiro de nenhuma instituição pública, como no caso da XII Parada (2013). Nesta ocasião, em entrevista ao Midiamax, Cristiane volta a citar a Marcha Para Jesus e critica a diferença de tratamento entre os dois eventos pelo Estado, principalmente no que se refere à distribuição de recursos.

A decisão da Fundac (Fundação de Cultura de Campo Grande) de apoiar a Parada da Diversidade Sexual com cedência das praças Ary Coelho e do Rádio Clube, além de banheiros químicos, desapontou a Associação de Travestis de Mato Grosso do Sul, organizadora do evento. [...] Pelas redes sociais, a presidente da entidade, Cris Stefanny, reclamou. Segundo ela, o orçamento para a realização da parada gay na capital de Mato Grosso do Sul é de R\$ 167.400,00. Com o alto custo, Cris disse que para a Parada acontecer em Campo Grande neste ano, será necessário que

cada um dos participantes colabore com um pouco de dinheiro. [...] “Se fosse para a “Marcha para Jesus” onde até ônibus escolares foram usados por várias prefeituras para transportar fiéis ao invés de alunos e se fosse para pagar trios milionários para carregar a besta fera do Silas Malafaia, rapidinho tinha milhões. Só nos resta cantar nos banheiros químicos no meio das duas praças. É um verdadeiro absurdo isso, mas o que esperar de uma administração municipal onde prefeito, vice-prefeito, secretários, presidente da Fundação de Cultura, enfim, todos, são evangélicos?” disse a organizadora (Midiamax, 13 set. 2013).

Mesmo sem financiamento estatal, a Associação promoveu um ato público na Praça do Rádio Clube denominado “Diversificando a Diversidade”. A programação contou com palestras de voluntários e exibição de filmes. Nesta ocasião, travestis associadas também discursaram sobre o contexto político da época, referente à eleição do Pastor Marco Feliciano, assumidamente homofóbico, para presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e o momento de grande ascensão da bancada evangélica na política.

Devido à pressão popular, no ano seguinte, a XIII Parada (2014) aconteceu, com apoio da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul e do Ministério da Saúde. Com o tema “Um país democrático, é um país livre, laico e sem discriminação!”, o evento pediu um país mais igualitário para homossexuais e um Estado que atue sem intervenção de preceitos morais religiosos. “Esperamos comprometimento com as causas sociais, os direitos humanos e combate severo à homofobia e transfobia. Um governo laico, democrático e que não tenha ranços e rancor por achar que os movimentos sociais sejam seus inimigos”, destacou Cristiane à imprensa (Agência Brasil, 25 out. 2014).

**Figura 12** – Participantes da XIII Parada manifestando por um Estado laico



Fonte: Arquivo Campo Grande News.

A parada de 2014 também comemorou os avanços obtidos para a comunidade naquele ano, como o uso do nome social por travestis e transexuais no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), além de ações de combate à homofobia.

Entre as atividades da 13ª Parada da Cidadania LGBT estão blitzes educativas em boates, bares, motéis, saunas e outros pontos de concentração dessa população para a entrega de materiais de conscientização para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e do vírus da aids e também de incentivo ao uso de preservativos. Palestras sobre direitos humanos e apresentações culturais também vão mobilizar os participantes (Agência Brasil, 25 out. 2014).

De acordo com um participante da XIV Parada (2015), em entrevista ao jornal Correio do Estado, “antes desta festa, o movimento não era visto pela sociedade. Acredito que independentemente do número de pessoas que participam, o importante é que sociedade tome conhecimen-

to da situação e respeito” (Correio do Estado, 14 nov. 2015). Este posicionamento demonstra que, de certa forma, a ATMS conquistou alguma visibilidade para a comunidade LGBTQIA+ em Campo Grande. No decorrer dos anos, segundo Cristiane, o comportamento do comércio em relação ao evento também foi se transformando.

Aí elas começaram a abrir as portas, decorar suas vitrines, pede para os funcionários acompanhar... Até fecha as lojas, mas não por causa da gente, mas para acompanhar a parada, pessoas jogam confete em cima dos prédios, manda tchau e tal... Então tem de tudo, né, ainda tem muita homofobia, muita violência, mas a gente não pode negar que mudou muito (Venceslau, 14 abr. 2020).

Através de um vídeo postado no *Youtube* por um participante, em meio a gritos que ecoavam “Fora Temer”, podemos acessar o discurso proferido por Cristiane durante a XV Parada (2016), quando o trio elétrico passa pela Avenida Afonso Pena, principal trecho da cidade (Prado, 9 dez. 2016). Além de pedir colaboração, igualdade e respeito, a presidente de honra da ATMS propõe um diálogo tradicional e simbólico com cidadãos que passavam alheios à manifestação. A declaração de Cristiane aponta uma busca por conscientizar a população por igualdade e respeito, por ela, e por todos.

Aqui na 14 de julho com a Afonso Pena a gente sempre faz questão de ter umas paradas obrigatórias, porque este é o momento que a gente não pensa somente nos nossos direitos, mas também em conscientizar a população campo-grandense para o respeito à diversidade, à igualdade, à diversidade de pessoas que existem neste estado. É super importante saber que podemos contar com a colaboração de vocês. [...] Não estamos pedindo que vocês nos aceitem, estamos pedindo respeito (Prado, 9 dez. 2016).

Com a criação, no ano de 2017, da Subsecretaria de Políticas Públicas LGBT, que passou a integrar o organograma do Governo do Estado dentro da pasta de Cidadania e Cultura, a Parada passou a ser organizada oficialmente de forma conjunta com subsecretários.<sup>51</sup> A XVI Parada (2017) teve atrações regionais, com intuito de valorizar a arte e a cultura sul-mato-grossense. Com o tema “Não há cura para o que não é doença”, esta edição protestou contra a polêmica liminar concedida pelo juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara do Distrito Federal. Na prática, tal medida tornava legalmente possível que psicólogos oferecessem “terapias de reversão sexual”, popularmente chamadas de “cura gay” (El País, 20 set. 2017).

Este ano também marcou a iniciativa dos vereadores Eduardo Romero (PT do B) e Valdir Gomes (PSD), primeiro legislativo do Mato Grosso do Sul assumidamente homossexual, de propor o Projeto Lei Complementar n. 8.613/17, que instituiria no calendário oficial do município de Campo Grande a “Parada da Cidadania LGBT e Show da Diversidade”. Amplamente discutido, o projeto acabou sendo aprovado por 13 votos a 12, porém foi vetado pelo então prefeito Nelson Trad Filho (PSD). Segundo enquête produzida pelo Jornal TopMídiaNews, 75% da população campo-grandense apoiou a decisão do prefeito (Top Mídia News, 11 set. 2017). Apesar de avanços como a criação da Subsecretaria LGBT+ e o cargo de Cristiane na prefeitura, como Coordenadora Municipal de Políticas Públicas LGBT, o corpo político e social do Mato Grosso do Sul mostrou-se ainda muito atravessado pelo fundamentalismo religioso.

---

<sup>51</sup> Desde 2009, a Parada vinha sendo realizada com apoio do Fórum LGBT do MS, criado também pela Associação. No entanto, a partir de 2017, o evento começou a ser organizado oficialmente junto a subsecretários como Frank

Em entrevista no programa Balanço Geral MS (TV Record), para a divulgação da XVII Parada (2018), Cristiane continuou a criticar a gestão da prefeitura de Campo Grande ao afirmar que esta apoia logisticamente a Parada, mas não financeiramente (DiariodigitalMS, 27 jul. 2018).

A prefeitura apoia logisticamente, apoia com aquela questão da Guarda Municipal, da Segurança, por ser um evento público, de cunho social, não é cobrado, então tem todo esse apoio estrutural do ponto de vista logístico, não necessariamente financeiro. [...] O Governo tem apoiado, isso desde os governos anteriores até o atual, mas também através de chamamento público, com projetos sociais que nós apresentamos (DiariodigitalMS, 27 jul. 2018).

A temática desta edição, “Empoderamento LGBT, Nosso Voto! Nossa Voz” se referia a iniciativa de impedir, através do voto, que o então candidato assumidamente homofóbico Jair Messias Bolsonaro, chegasse a vencer as eleições presidenciais.<sup>52</sup>

Devido a pandemia do COVID-19, a edição de 2020 aconteceu de forma remota, a partir de uma transmissão ao vivo no *Youtube*, sendo organizada pelo Fórum LGBT e o coletivo Corrida das Drags. Além de apresentações de dança e performances, Cristiane apresentou um breve resumo sobre sua trajetória como fundadora da ATMS e do surgimento do movimento LGBTQIA+ no Mato Grosso do Sul (Fórum LGBT MS, 20 set. 2020). Ainda por consequência do isolamento social, e rompendo uma tradição de dezenove anos, não houve eventos do Orgulho no ano de 2021 em Campo Grande.

---

<sup>52</sup> Empossado Presidente da República em janeiro de 2019, 65,22% da população sul-mato-grossense votou em Jair Messias Bolsonaro

De volta às ruas após dois anos, em 2022, a XIX Parada da Cidadania e o Show da Diversidade aconteceram presencialmente, com apoio do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, Subsecretaria de Defesa dos Direitos Humanos (SDHU) e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECTUR). Contando também com o atendimento móvel da Defensoria Pública do MS, prestando serviços para a promoção de direitos e cidadania, o evento voltou a se organizar em três etapas. A caminhada aconteceu no tradicional circuito, partindo da Praça do Rádio Clube, em que tive a oportunidade de participar.

**Figura 13** - Trajeto da Caminhada da Diversidade



Fonte: Instagram Paradalgbt oficial.

As fotografias a seguir, capturadas por mim, apresentam momentos semelhantes aos já citados neste trabalho, mas que se reproduziram novamente na edição de 2022. A Figura 15 captura o instante em que Cristiane realiza o diálogo simbólico com a população do centro da cidade e a Figura 16, em que os participantes carregam a bandeira da comunidade LGBTQIA+ no trajeto da Caminhada, nos relembra a Figura 10, referente à segunda Parada da Cidadania, dezenove anos antes.

**Figura 14** - Cristiane discursando no trio elétrico



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

**Figura 15** - XIX Parada da Cidadania (2022)



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Um dos momentos mais marcantes, para mim, foi a apresentação de Berbela Mortis, multiartista regional, durante o Show da Diversidade. Em sua performance baseada no livro “O amanhã não está à venda”, de Ailton Krenak (2020), Berbela denunciou uma das mais urgentes problemáticas que se referem aos povos originários no Estado do Mato Grosso do Sul: o agronegócio e o genocídio indígena.<sup>53</sup> Apesar do evento apresentar claras influências e tradições internacionais, observamos em apresentações como a de Berbela potencialidades na troca cultural, não só em um sentido de transferência, mas considerando a intersecção com origens e problemáticas locais.

**Figura 16** - Performance “O amanhã não está à venda” no Show da Diversidade



Fotografia: Tanaíra Sobrinho, 2022.

---

<sup>53</sup> De acordo com o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Mato Grosso do Sul é o segundo estado com maior número de indígenas assassinados em 2021, ficando atrás apenas do Amazonas. Fonte: MS é o segundo estado do Brasil em número de assassinatos de indígenas em 2021, aponta Cimi. (G1 Mato Grosso do Sul, 17 ago. 2022).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reflexões acerca da formação do pensamento social, político e cultural brasileiro foram fundamentais para o entendimento do lugar da travestilidade ao longo da história do Brasil. Com respaldo nos projetos para o “progresso da nação”, que datam fins do século XIX, baseados em uma família formada por pessoas brancas, cisgêneros e heterossexuais, localizamos um processo histórico de exclusão social de pessoas que fogem a esta norma. O olhar interseccional foi importante na consideração de questões raciais dentro da comunidade trans, para a não generalização desses corpos e existências, compreendendo que mesmo em um contexto de marginalização, existem camadas de privilégios. Ao longo do século XX, localizamos nas experiências de travestis brancas uma possibilidade maior de ascensão social, aceitação e permissividade, sobretudo através da cena artística, enquanto travestis negras raramente alcançaram visibilidade ou acumularam riqueza, admiração e status cultural.

A partir de uma revisão de literatura, foi possível reunir trabalhos que conversam entre si, respondendo questionamentos inicialmente propostos para esta investigação. Os períodos autoritários do Brasil republicano, sobretudo a Ditadura Militar, mostraram-se decisivos para a institucionalização de práticas policiais abusivas contra travestis, principalmente para as que trabalham na prostituição. As “Rondas de Wilson Richetti” ecoaram nas atuações de agentes institucionais do Estado por todo o país, através de perseguições, humilhações, espancamentos, e diversas outras práticas, mesmo após a redemocratização. A semelhança entre os relatos mobilizados por Don Kulick (2012) para a cidade de Salvador, e por mim neste trabalho, em relação aos arrastões da DEOPS-MS, expressam um grande exemplo desta herança e ressonância histórica.

Paralelamente a esta discussão, também concluímos que, ao longo dos séculos XX e XXI, existências trans foram construindo formas de existir e resistir em território brasileiro, seja através da linguagem, da autoafirmação ou da organização política. Esta conclusão foi pensada a partir de uma extensa bibliografia que incluiu numerosas análises historiográficas, estudos de caso e livros autobiográficos, como o de Jovanna Baby (fundadora da ASTRAL). Apresentamos os avanços significativos para esta comunidade nas últimas duas décadas, sobretudo a partir da criação de mais de 120 associações regionais e de um movimento nacional. Pessoas trans, portanto, não se configuram somente como vítimas de um sistema excludente, mas também como agentes de transformação dele.

Assim como no cenário nacional, a investigação acerca da Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS) apresentou uma luta política coletiva que possibilitou a diminuição de violências de Estado contra travestis. A cidade de Campo Grande também manifestou especificidades importantes a serem observadas, principalmente no que diz respeito à sua cultura e população ultraconservadora e não propícia para a formação de movimentos de reivindicação de direitos para pessoas LGBTQIA+. Este estudo, portanto, permitiu um olhar para o contexto histórico, político e cultural da região, e demonstrou que a comunidade trans local teve mais dificuldade para se organizar do que outros grupos de grandes centros urbanos, e que suas conquistas romperam um sistema hegemônico. As metodologias de pesquisa utilizadas, que auxiliaram na análise de fontes orais, periódicas e fotográficas, foram fundamentais no resgate dessas informações, além de apresentarem histórias e trajetórias pessoais.

No caso das fontes orais, é preciso considerar que histórias de vida não são compostas somente por momentos de glória, mesmo que alguns depoimentos as façam parecer. Erros, recuos, hiatos, decepções,

ou até mesmo sentimentos não tão nobres por parte das personagens são absolutamente naturais em uma trajetória, seja ela individual ou de um grupo. Esta questão metodológica foi compreendida por mim ao longo da construção do trabalho proposto, levando em consideração que o conteúdo apresentado pelas entrevistadas exprime um ponto de vista majoritariamente positivo em relação às realizações da Associação. Portanto, retomando o pensamento de Alberti (2005), Meihy (2010) e Araujo (2012), afirmamos que o uso de depoimentos em geral, sempre carregados de sentimentos, subjetividades, contradições, mentiras e esquecimentos, não significa o caminho em uma busca da verdade sobre os fatos, mas uma interpretação deles.

Apesar das grandes realizações e conquistas da ATMS, especialmente no campo dos direitos para as pessoas LGBTQIA+, ainda existe muito a ser feito. O estado de Mato Grosso do Sul preserva fortemente a sua cultura conservadora e intolerante às sexualidades e identidades de gênero dissidentes, não possuindo nenhuma pessoa trans até o momento em seu parlamento. Durante o tempo em que me dediquei à pesquisa, também pude notar uma escassez de trabalhos que tratam justamente sobre esta temática.

A memória, em suas diversas possibilidades e dimensões teóricas, também foi um assunto presente neste trabalho. Memórias coletivas, subterrâneas e em disputa corresponderam às discussões realizadas nos três capítulos desta dissertação, ampliando a investigação histórica sobre território, relações de poder e movimentos sociais.

O arquivo da instituição, tão importante para a realização da pesquisa, foi analisado a partir de uma discussão sobre Acervos Privados. Semelhante às fontes orais, o *corpus* documental em questão também foi pensado através de uma noção de ponto de vista, pois, pelo fato de ser produzido por integrantes associadas, expressa desejos ou intenções em relação ao que se preservou ou descartou. Concluímos que

além de ter possibilitado uma análise historiográfica sobre a trajetória da ATMS e da imprensa sul-mato-grossense, tal arquivo pode contribuir para acervos de memória da comunidade transgênera do Brasil.<sup>54</sup>

As discussões sobre os eventos Parada da Cidadania e Show da Diversidade de Campo Grande revelam que tais manifestações vêm promovendo momentos de empoderamento e visibilidade para a comunidade LGBTQIA+ de Mato Grosso do Sul. Além disso, a idealização e realização dos eventos, desde o primeiro, por parte da ATMS, expressam uma inovação no Brasil, visto que a maioria das Paradas do Orgulho foram iniciadas por homens gays e mulheres lésbicas cisgênero. Podemos notar que tais festividades políticas e culturais também transformaram a relação das organizadoras com a cidade. O trajeto da Caminhada da Diversidade e a Praça Ary Coelho, para as associadas, mobilizando o conceito de Elizabeth Jelin (2002) sobre “marcas territoriais”, foram transformados de um espaço físico qualquer para um lugar com significados.

Em linhas gerais, ao apresentarmos um panorama da trajetória da Parada da Cidadania, idealizada e organizada até os dias atuais pela ATMS, analisamos seus diversos impactos na população e no território campo-grandense. Mencionamos a transformação da postura do comércio e a visibilidade alcançada, sobretudo na mídia local, do movimento LGBTQIA+ e suas atuações políticas. Ao longo da investigação, compreendemos momentos de altos e baixos no número de frequentadores e de financiamento para a festa e o contexto histórico do país através das temáticas de cada ano. Além disso, localizamos uma disputa territorial para além do espaço físico, pensando nas di-

---

<sup>54</sup> Somente no ano de 2023 foi criado o primeiro arquivo histórico transgênero museal do Brasil, o Museu Transgênero de História e Arte (Mutha)

mensões sociais, políticas e de memória, entre o movimento Parada e o conservadorismo e fundamentalismo religioso de uma parcela da população sul-mato-grossense, que ocupa grande parte das cadeiras legislativas da região.

Muita coisa mudou entre os anos que esta pesquisa contemplou (2021-2023). Na ocasião de nossa última entrevista (2021), Cristiane transmitiu um certo desânimo com a militância, em virtude da falta de financiamento para projetos no contexto político brasileiro do governo de Jair Messias Bolsonaro (2018 - 2022) e da Pandemia do COVID-19. Com a recente posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2023), e a nomeação da ativista trans Symmy Larrat para a Secretaria dos Direitos LGBTQIA+, cargo inédito dentro do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, a esperança das associadas parece ter se renovado.<sup>55</sup>A organização criou recentemente uma conta no *Instagram*, para divulgação de eventos e vêm publicizando parte de seu acervo. Novas reuniões da ATMS, ainda com sede na casa de Cristiane, estão sendo realizadas em 2023, inclusive com a nomeação de uma nova gestão para atuação em projetos que já começaram a realizar. Atualmente a travesti Mikaella Lima exerce o cargo de coordenadora da instituição, e Cristiane permanece na presidência.

---

<sup>55</sup> O Mato Grosso do Sul se destacou com a 2ª melhor nota do país em um mapeamento nacional de políticas públicas LGBTQIA+, realizado em fevereiro de 2023. Financiado pelo Fundo Positivo e em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, para Symmy Larrat, esta iniciativa se configurou como parte de "um processo de construção pública de uma política nacional". É inegável a contribuição da ATMS para este indicador, e a importância da mudança no contexto político do país para novas esperanças de transformação social, em especial, no contexto da vida de pessoas trans no Brasil. Fonte: MS tem a 2ª melhor nota do País em indicador de políticas públicas LGBTQIA+ (Governo de Mato Grosso do Sul, 17 mar. 2023).

**Figura 17** – Primeira reunião da ATMS em 2023



Fonte: Instagram Attms2001, 17 jan. 2023.

Concluimos que políticas públicas, tais como ações, programas, medidas e iniciativas, bem como financiamentos para projetos, se configuram como fundamentais para a atuação de organizações travestis, em âmbito regional e nacional. A luta pelo fim dos “processos de precarização e vulnerabilização de pessoas trans” deve ser uma preocupação do Estado e de todes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. Parada da cidadania LGBT acontece sábado em Campo Grande. **Agência Brasil** [online], Campo Grande, 25 out. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-10/populacao-lgbt-de-campo-grande-pede-combate-homofobia-e-estado>. Acesso em: 13 fev. 2023.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS. Visibilidade Trans: Keila Simpson fala sobre como é ser mulher trans na terceira idade. **Agência de notícias da AIDS** [online]. 29 jan. 2020. Disponível em: <https://agencia-aids.com.br/noticia/visibilidade-trans-keila-simpson-fala-sobre-como-e-ser-mulher-trans-na-terceira-idade>. Acesso em: 11 jul. 2022.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Basanezi. **Fontes Históricas**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

ALIANÇA PRÓ-SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA. Conheça a FONATRANS. **Aliança Pró-Saúde da População Negra** [online], Picos, 1 fev. 2021. Disponível em: <https://aliancaprospn.org/2021/02/01/conheca-a-fonatrans/>. Acesso em: 11 jul. 2022.

AMARAL, Marília dos Santos; SILVA, Talita Caetano; CRUZ, Karla de Oliveira; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. **Psicologia & Sociedade** [online], São Paulo, v. 26, n. 2, p. 301-311, 2014.

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. História. **ANTRA** [online], 15 jan. 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/historia/>. Acesso em: 11 jul. 2022.

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Pesquisas anuais. **ANTRA** [online], 29 jan. 2018. Disponível em: <https://antra-brasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 11 jul. 2022.

AQUIDAUANA NEWS. Entidades promovem “Parada Gay” hoje em Campo Grande. **Aquidauana News**, Aquidauana, 4 jul. 2003. (Acervo Privado ATMS).

ARAÚJO, Gabriela Costa. **Bajubá: memórias e diálogos das travestis**. 1. ed. Jundiá: Paco Editorial, 2019.

ARAÚJO, Maria Paula. Sentimento e subjetividade na história: a contribuição da história oral. *In*: MAIA, Andréa Casa Nova; MORAES, Marieta de (Orgs.). **Outras Histórias**. Ensaios em História Oral. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2012.

ASSEMBLEIA de fundação da ATMS, 13 jan. 2001. Fotografia. (Acervo Privado ATMS).

ASSUMPTÃO, Cláudia. Depoimento. Campo Grande, 26 abr. 2021. (Fonte oral).

BEIJA FLOR FILMES. Megg Rayara: O lugar de travestis e transexuais na história e na sociedade. Publicado pelo canal Beija Flor Filmes, **YouTube**, 13 set. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yx9D3PeEtvw>. Acesso em: 11 jul. 2022.

BENEVIDES, Bruna G. (Org.). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag/ANTRA, 2022.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular/ANTRA/IBTE, 2020.

BIG BROTHER BRASIL. Programa de TV/Reality Show. **Big Brother Brasil**. Rio de Janeiro: Emissora Globo, 20 jan. 2022.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BOVO, Cassiano Ricardo Martines. Um experimento de história oral sobre violências entre travestis e policiais na cidade de São Paulo a partir da década dos 1990. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 240-259, jan./jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

CAMARGOS, Moacir Lopes. O surgimento das Paradas LGBT no Brasil. In: GREEN, James N.; FERNANDES, Marisa; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio (Orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda Editora, 2018.

CAMPO GRANDE NEWS. Com meta de reunir 120 mil, Marcha para Jesus fará coro a Bolsonaro na Capital. **Campo Grande News** [online], Campo Grande, 6 out. 2022. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/com-meta-de-reunir-120-mil-marcha-para-jesus-fara-coro-a-bolsonaro-na-capital>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CAMPO GRANDE NEWS. Juíza proíbe menores de 16 anos em Parada Gay da Capital. **Campo Grande News** [online], Campo Grande, 19 nov. 2009. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/juiza-proibe-menores-de-16-anos-em-parada-gay-da-capital-11-19-2009>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CAMPO GRANDE NEWS. Travestis protestam por mais segurança na Costa e Silva. **Campo Grande News**, Campo Grande, 26 fev. 2004. (Acervo Privado ATMS).

CAMPOS, Gustavo de Aguiar; HUR, Domênico Uhng. Da invisibilidade à participação política: experiências e discursos sobre a luta de travestis e transexuais. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 244-261, mar. 2017.

CAPITAL NEWS. Centro de combate à homofobia participa de parada gay. **Capital News** [online], Campo Grande, 19 nov. 2007. Disponível em: <https://www.capitalnews.com.br/geral/centro-de-combate-a-homofobia-participa-de-parada-gay/36876>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CAPITAL NEWS. Em dia de “Parada Gay”, frases religiosas amanhecem pintadas nas vias do Centro; população não gosta. **Capital News** [online], Campo Grande, 20 nov. 2009. Disponível em: <https://www.capitalnews.com.br/conteudo.php?cid=82781>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 14, ago. 2013.

CHICO BUARQUE. **Geni e o Zepelim**. Rio de Janeiro: Philips. 1979. (5 min.).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS. **Conselho Federal de Psicologia** [online], Brasília, 22 mai. 2019. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de%20Sa%C3%BAde,Problemas%20de%20Sa%C3%BAde%20\(CID\)](https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de%20Sa%C3%BAde,Problemas%20de%20Sa%C3%BAde%20(CID)). Acesso em: 11 jul. 2022.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)**. Campo Grande: Editora UFMS, 1995.

CORREIO DO ESTADO. Adiado novamente o julgamento do assassinato de gays. **Correio do Estado**, Campo Grande, 6 mar. 2001. (Acervo Privado ATMS).

CORREIO DO ESTADO. Crimes contra travestis geram reunião. **Correio do Estado**, Campo Grande, 29 nov. 2003. (Acervo Privado ATMS).

CORREIO DO ESTADO. Crítica dos excluídos encerram comemoração. **Correio do Estado**, Campo Grande, 7 set. 2001. (Acervo Privado ATMS).

CORREIO DO ESTADO. Manifestação em frente ao fórum de Dourados. **Correio do Estado**, Campo Grande, 6 mar. 2002. (Acervo Privado ATMS).

CORREIO DO ESTADO. Orgulho gay faz ato público. **Correio do Estado**, Campo Grande, 30 jun. 2002. (Acervo Privado ATMS).

CORREIO DO ESTADO. Orgulho Gay faz ato público. **Correio do Estado**, Campo Grande, 30 jun. 2002. (Acervo Privado ATMS).

CORREIO DO ESTADO. Parada da Diversidade reúne 2 mil pessoas em Campo Grande. **Correio do Estado** [online], Campo Grande, 14 nov. 2015. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/parada-da-diversidade-reune-2-mil-pessoas-em-campo-grande/263031/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CORREIO DO ESTADO. Parada Gay atrai cerca de 10 mil pessoas em Campo Grande. **Correio do Estado**, Campo Grande, 16 set. 2006. (Acervo Privado ATMS).

CORREIO DO ESTADO. Parada Gay paralisa centro de Campo Grande. **Correio do Estado**, Campo Grande, 5 jul. 2003. (Acervo Privado ATMS).

CORREIO DO ESTADO. Quem é íntegro não discrimina: Entrevista com Cristiane Stefanny – Presidente da Associação de Travestis de Mato Grosso do Sul. **Correio do Estado**, Campo Grande, 27 mar. 2006. (Acervo Privado ATMS).

CORREIO DO ESTADO. Travesti denuncia policial. **Correio do Estado**, Campo Grande, 10 jul. 2001. (Acervo Privado ATMS).

CORREIO DO ESTADO. Um triste “espetáculo” no centro da cidade. **Correio do Estado**, Campo Grande, p. 2, 19 nov. 1975.

COSTA, Naldson Ramos da. Ofício de polícia, violência policial e luta por cidadania em Mato Grosso. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, 2004.

CRISTIANE STEFANNY VIDAL VENCESLAU. História LGBT de Campo Grande MS. Publicado no canal Cris Stefanny, **Youtube**, 28, nov. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vZ-M02MrmBjc>. Acesso em: 26 jun. 2022.

DE AGUIAR CAMPOS, Gustavo; HUR, Domênico Uhng. Da invisibilidade à participação política: experiências e discursos sobre a luta de travestis e transexuais. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 244-261, 2017.

DIÁRIO DO PANTANAL. Violência Policial. **Diário do Pantanal**, Campo Grande, 11 dez. 2002. (Acervo Privado ATMS).

DIARIODIGITALMS. **Balanco Geral MS** - Sábado acontece a XVII Parada da Cidadania LGBT em Campo Grande. **Youtube**, 27 jul. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s3qvaAmNcAM>. Acesso em: 13 fev. 2023.

DIVINAS DIVAS. Direção: Leandra Leal. São Paulo: Vitrine Filmes, 2016. (110 min.).

DORES DE AMOR. Direção: Pierre-Alain Meier e Matthias Kälin. São Paulo: Jürg Müller Film, 1988. (58 min.).

EL PAÍS. “Cura gay”: o que de fato disse o juiz que causou uma onda de indignação. **El País** [online], São Paulo, 20 set. 2017. Disponível em: <https://>

brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454\_712122.html. Acesso em: 13 fev. 2023.

FERNANDES, Estevão Rafael. **Descolonizando sexualidades:** enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

FOLHA DO POVO. Arco íris coloriu Campo Grande. **Folha do povo**, Campo Grande, 16 jul. 2005. (Acervo Privado ATMS).

FOLHA DO POVO. Travestis sofrem violência nas ruas. **Folha do povo**, Campo Grande, 24 jul. 2000. (Acervo Privado ATMS).

FOLHA DO POVO. Travestis sofrem violência nas ruas. **Folha do povo**, Campo Grande, 24 jul. 2000. (Acervo Privado ATMS).

FÓRUM LGBT MS. Parada da Cidadania e do Orgulho LGBTQIA+ de Mato Grosso do Sul. Publicado no canal Fórum LGBT MS, **Youtube**, 20 set. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=04knT-DaWW0g&t=2075s>. Acesso em: 13 fev. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

G1 MATO GROSSO DO SUL. MS é o segundo estado do Brasil em número de assassinatos de indígenas em 2021, aponta Cimi. **G1 Mato Grosso do Sul** [online], Campo Grande, 17 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/08/17/ms-e-o-segundo-estado-do-brasil-em-numero-de-assassinatos-de-indigenas-em-2021-aponta-cimi.ghtml>. Acesso em: 28 fev. 2023.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL. MS tem a 2ª melhor nota do

País em indicador de políticas públicas LGBTQIA+. **Governo de Mato Grosso do Sul** [online], Campo Grande, 17 mar. 2023. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/ms-tem-a-2a-melhor-nota-do-pais-em-indicador-de-politicas-publicas-lgbtqia/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. Tradução: Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GREEN, James N.; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa; QUINALHA, Renan. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HILTON, Erika. A revolução é transvestigênera. In: IGNÁCIO, T. *et al.* **Tem saída?** Perspectivas LGBTQ+ sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2020.

IBISS-CO – Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável – Centro-Oeste. Associação de Travestis de MS recebe prêmio nacional de Direitos Humanos. **IBISS-CO**, Campo Grande, 11 dez. 2008. (Acervo Privado ATMS).

INDIANARA. Direção: Aude Chevalier-Beaumel e Marcelo Barbosa. 2020. (84 min.).

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL. Uma reflexão sobre a história de Mato Grosso do Sul. **Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul** [online], Campo Grande, 3 out. 2021. Disponível em: <https://ihgms.org.br/artigos/uma-reflexao-sobre-a-historia-de-mato-grosso-do-sul-43>. Acesso em: 26 jun. 2022.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires/Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria. Introducción. Las marcas territoriales comonexo entre pasado y presente. *In*: JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria. **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S.A., 2003. v. 5.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Notas sobre as travessias da população trans na história. **Revista Cult**, São Paulo, n. 235, p. 16-21, 12 jun. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **O protesto na festa**: política e carnavaalização nas Paradas do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). 2010. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 101-123, 2013.

KADORY, Hellen. Depoimento. Campo Grande, 10 mai. 2021. (Fonte oral).

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

LAITANO, Bruno Grigoletti; CARNEIRO, Anita. YouTube como fonte histórica: uma proposta de metodologia. *In*: BASSO, Alana *et al.* (Orgs.). **Comunicações do 3 Encontro Discente de História da UFRGS**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. *In*: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. *In*: LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2017.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. v. 1. p. 111-153.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018a.

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. *In*: GREEN, James N. *et al.* **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018b.

MADAME SATÃ. Direção: Karim Aïnouz. São Paulo: Columbia Pictures, 2002. (105 min).

MAIA, Andrea Casa Nova. História oral e movimentos sociais: A memória ferroviária em questão. *In*: ALMEIDA, Juniele Rebêlo de (Org.). **História oral e movimento social: Narrativas públicas**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MARIUSSO, Vitor Hugo da Silva Gomes. “Prendam, matam e comam os travestis”: a imprensa brasileira e seu papel na exclusão da população

LGBT (1978-1981). **Albuquerque** – revista de História, Aquidauana, v. 7, n. 13, p. 44-61, jan./jun. 2015.

MATTOSO, Glauco. “Não me expreme que eu sangro!”. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 5, set. 1978.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história – possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MEGG - A Margem que migra para o centro. Direção: Larissa Nepomuceno e Eduardo Sanches, 2019. (15 min.).

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Memória, história oral e história. **Revista de História Oral**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 183, 2010.

MEIRELLES, William. Ler, ouvir e ver. A revolução documental na pesquisa histórica: uma abordagem das formas da construção da história. **História & Ensino**, Londrina, v. 8, out. 2002.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. SP faz sua 1ª Parada do Orgulho Gay. **Memorial da Democracia**, [S. l.], 28 jun. 1997. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/sp-faz-sua-1a-parada-do-orgulho-gay>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MIDIAMAX NEWS. “Profissionais do sexo” denunciam agressões de policiais em CG. **Midiamax News**, Campo Grande, 10 dez. 2002. (Acervo Privado ATMS).

MIDIAMAX. Associação reclama de pouco apoio à parada gay e causa polêmica em Campo Grande. **Midiamax** [online], Campo Grande, 13 set. 2013. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/geral/2013/associacao-reclama-de-pouco-apoio-a-parada-gay-ecausa-polemica-em-campo-grande/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012.

MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963 – 1969). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MORO, Nataniél Dal. Cidade de Campo Grande: cotidiano urbano (décadas 1960-70). **El Futuro del Pasado**, Salamanca, v. 7, p. 533-551, 2016.

MORO, Nataniél Dal. **Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORO, Nataniél Dal. Uma cidade (in)civilizada: Elite, povo comum e viver urbano em Campo Grande (Décadas de 1960-70). **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 30, n. 1, p. 5, 2012.

MSNOTÍCIAS. Associação de travestis capacita jovens de 16 a 24 anos. **MSNotícias**, Campo Grande, 23 dez. 2005. (Acervo Privado ATMS).

MÜLLER, Ludmila Neves. **Memória Travesti: A trajetória política de Cristiane Stefanny Vidal Venceslau**. 2020. Orientadora: Maria Paula Nascimento Araujo. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Rio de Janeiro, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: A história depois do papel. In: PINSKY Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes históricas**. 2 ed., 1. reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2008.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelos direitos LGBTQIAP+. **National Geogra-**

**phic Brasil**, [S. l.], 24 jun. 2021. Disponível em: <https://www.national-geographicbrasil.com/cultura/2021/06/gay-lgbt-revolta-de-stonewall-movimento-atual-pelos-direitos-lgbtqia>. Acesso em: 13 fev. 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

O ESTADO DE S. PAULO. Anúncio do Especial “Perigo! A Invasão dos Travestis”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 35, 25 mar. 1980.

OCANHA, Rafael. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

OLIVEIRA, Alessandra de. Depoimento. Campo Grande, 17 mar. 2022. (Fonte oral).

OLIVEIRA, Augusta da Silveira. Em busca da “Igualdade”: A luta pela cidadania da população trans em Porto Alegre (RS) na década de 1990. In: COLAÇO, Rita; VERAS, Elias; SCHMITD, Benito. (Orgs.). **Clio sai do armário**: Historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Por que você não me abraça? Invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 15, p. 168, 2018.

PENNA, Rejane Silva; GRAEBIN, Cleusa Maria. Acervos privados: indivíduo, sociedade e história. **Sæculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 23, p. 124, 31 dez. 2010.

PERFIL NEWS. Parada gay busca vencer discriminação. **Perfil News** [online], Três Lagoas, 16 jun. 2003. Disponível em: <https://www.perfilnews.com.br/parada-gay-busca-vencer-discriminacao/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

PERFIL NEWS. Passeata da Parada Gay atrai 12 mil pessoas em Campo Grande. **Perfil News** [online]. 16 jun. 2003. Disponível em: <https://www.perfilnews.com.br/passeata-da-parada-gay-atrai-12-mil-pessoas-em-campo-grande/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

PERFIL NEWS. Professores vão receber aulas de travestis nos dias 1 e 2. **Perfil News** [online], Três Lagoas, 16 jun. 2003. Disponível em: <https://www.perfilnews.com.br/professores-vaao-receber-aulas-de-travestis-dias-1-e-2/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

População LGBT de Campo Grande pede combate à homofobia e Estado laico. **Agência Brasil** [online], Três Lagoas, 25 out. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-10/populacao-lgbt-de-campo-grande-pede-combate-homofobia-e-estado>. Acesso em: 13 fev. 2023.

PRADO, Francisco. XV parada da cidadania LGBT Campo Grande-MS, novembro de 2016. Publicado pelo canal Francisco Prado, **Youtube**, 9 dez. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EO-UI-ni2MLI>. Acesso em: 13 fev. 2023.

PRIMEIRA HORA ESPECIAL. Associação quer mudar documentos. **Primeira Hora Especial**, Campo Grande, 1 dez. 2000. (Acervo Privado ATMS).

PRIMEIRA HORA POLÍCIA. “Bofe” surra traveção. **Primeira Hora Polícia**, Campo Grande, 4 jul. 2000. (Acervo Privado ATMS).

PRIMEIRA HORA POLÍCIA. A jiripoca piou no zoológico da Costa e Silva, trecho da bicharada. **Primeira Hora Polícia**, Campo Grande, 20 ago. 2000. (Acervo Privado ATMS).

PRIMEIRA HORA POLÍCIA. Travestis Bagunceiros. **Primeira Hora Polícia**, Campo Grande, 31 dez. 2000. (Acervo Privado ATMS).

PRIMEIRA HORA. Travestis reagem contra discriminação em salão de beleza. **Primeira Hora**, Campo Grande, 10 mar. 2005. (Acervo Privado ATMS).

QUEER IG. Estudo aponta que Brasil teve ao menos 275 paradas LGBT-QIAP+ em 2022. **Queer IG**, [S. l.], 23 jan. 2023. Disponível em: <https://queer.ig.com.br/2023-01-23/estudo-brasil-teve-ao-menos-275-paradas-lgbtqiap-2022.html>. Acesso em: 13 fev. 2023.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N.; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa; QUINALHA, Renan. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

SANT'ANA, Raquel. O som da Marcha: evangélicos e espaço público na Marcha para Jesus. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 210-232, 2014.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 27, p. 11, 2020.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SILVA, Alessandro Soares; BARBOZA, Renato. Exclusão social e consciência política: luta e militância de transgêneros no ENTLAIDS. **CADERNOS CERU**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 271, 2009.

SILVA, Jovanna Cardoso da. **Bajubá Odara**: Resumo histórico do nascimento do movimento social de travestis e transexuais do Brasil. 1. ed. Picos [PI]: Jovanna Cardoso da Silva, 2021.

SILVA, Márcia Pereira; TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. Código de Posturas e a modernidade em Campo Grande (1905 – 1930). **Albuquerque** – revista de História, Aquidauana, v. 2, n. 4, p. 129-139, jul./dez. 2010.

SIMPSON, Keila; CARRIJO, Gilson Goulart; RASERA, Emerson Fernando; PRADO, Marco Aurelio Máximo; TEIXEIRA, Flavia Bonsucesso. Movimentos emaranhados: travestis, movimentos sociais e práticas acadêmicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Elizeu Savério. **Territórios e Territorialidades**: Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2009.

SOUZA, Mariana Jantsch. Fronteiras Simbólicas – espaço de hibridismo cultural, uma leitura de Dois irmãos, de Milton Hatoum. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, 2014.

TEMPORADA DE CAÇA. Direção: Rita Moreira. São Paulo, 1988. (24 min.).

THAYLOR, Daniela Raylana. Depoimento. Campo Grande, 17 mar. 2022. (Fonte oral).

TOP MÍDIA NEWS. Em enquete, 75% dos leitores são contra a inclusão da Parada LGBT no calendário oficial da Capital. **Top Mídia News** [online], Campo Grande, 11 set. 2017. Disponível em: <https://www.topmidianews.com.br/campo-grande/em-enquete-75-dos-leitores-nao-apoia-inclusao-da-parada-lgbt-no/76086/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

TRANSRESPECT. Dados do relatório do projeto *Transrespect versus Transphobia Worldwide 2021* (TvT) da Transgender Europe (TGEU), ONG internacional que mapeia 72 países denunciando casos e índices de transfobia. **Transrespect**, Berlim, 11 nov. 2021. Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

TREVISAN, João Silvério. **A Idade de Ouro do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alfabeta, 2019.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

UBIRAJARA CAPUTO. Entrevista Olhar Brasileiro Retrato em Movimento: Brenda Lee (1993). Publicado no canal Ubirajara Caputo, **YouTube**, 19 ago. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S-dzhg3ri6eg>. Acesso em: 11 jul. 2022.

VASCONCELOS, Dayane. Depoimento. Campo Grande, 30 abr. 2021. (Fonte oral).

VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. Depoimento. Campo Grande, 14 abr. 2020. (Fonte oral).

VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. Depoimento. Campo Grande, 26 fev. 2019. (Fonte oral).

VENCESLAU, Cristiane Stefanny Vidal. Depoimento. Campo Grande, 5 abr. 2021. (Fonte oral).

## GALERIA

Cristiane Stefanny discursando no XI ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids), que aconteceu em Campo Grande (MS), em 2004



Fonte: Acervo privado ATMS.

Logo da Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul



Fonte: Instagram Attms2001

ATMS (representada por Cristiane Stefanny) recebendo das mãos do Presidente Lula o Prêmio Direitos Humanos (2008)



Fonte: Instagram Attms2001

Cristiane Stefanny nomeada presidente da Associação Nacional das Travestis e Transexuais (ANTRA), ao lado de Keila Simpson, atual presidente (2012)



Fonte: Instagram Attms2001

Hellen Kadory se apresentando no Concurso *Miss Trans Travesti* (2022)



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Daniela Raylana Thaylor e Cristiane Stefanny



Fonte: Instagram Attms2001.

## **SOBRE A AUTORA**

Ludmila Neves Müller é historiadora, pesquisadora e estudante de psicologia. É bacharela e licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e, atualmente, doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Seus interesses de pesquisa giram em torno de temas como movimentos LGBTQIA+, gênero, lesbianidades, história das mulheres, movimentos feministas, memória e história oral, em interface com a história do Brasil e da América latina. Através do IBISS-CO, em 2024, produziu a “Cartilha Mulheridades Lésbicas e Bissexuais de Mato Grosso do Sul: visibilidade, representatividade e combate à violência”.

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text e Montserrat.  
Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>

ORGANIZADORA  
Ludmila Neves Müller

# TEMPORADA DE LUTA:

Resistência e organização travesti em  
Campo Grande, Mato Grosso do Sul  
(2001 - 2023).



 editora  
**UFMS**